



COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS

Agendas em tempos de crise

ELÓI MARTINS SENHORAS
CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
(organizadores)



POLÍTICAS PÚBLICAS
Agendas em tempos de crise

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR



Reitor
José Geraldo Ticianeli

Vice-Reitor
Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fábio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone: +55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



POLÍTICAS PÚBLICAS

Agendas em tempos de crise

ELÓI MARTINS SENHORAS
CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
(organizadores)



BOA VISTA/RR
2020

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

Revisão

Autores

Capa

Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Berto Batalha Machado Carvalho
Cândida Alzira B. M. Senhoras

Organizadores da Coleção

Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial

Charles Pennafort
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

P 769 SENHORAS, Elói Martins; SENHORAS; Cândida Alzira Bentes de Magalhães.

Políticas Públicas: Agendas em tempos de crise. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 221 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 66. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-65-86062-33-5

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3901672>

1 - Brasil. 2 - Estudo de Caso. 3 - Política Pública. 4 - Roraima.

I - Título. II - Senhoras, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. III - Série

CDU – 321.01

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 Políticas Públicas: Agendas Urbanas	17
CAPÍTULO 2 Políticas Públicas: Agendas sobre a Migração Venezuelana	37
CAPÍTULO 3 Políticas Públicas: Agendas Socio-Econômicas	55
CAPÍTULO 4 Políticas Públicas: Agendas Educacionais	77
CAPÍTULO 5 Políticas Públicas: Agendas Sanitárias	105
CAPÍTULO 6 Políticas Públicas: Agendas de Segurança e Defesa	135
CAPÍTULO 7 Políticas Públicas: Agendas Relacionadas ao Coronavírus	165
AUTORES	211

Em um período conturbado, permeado pela complexidade, fluidez da realidade e por múltiplas crises, compreender as diferentes agendas das políticas públicas torna-se um artifício para contextualizar os problemas e desafios existentes

Elói Martins Senhoras
Cândida Alzira B. M. Senhoras

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas Públicas: Agendas em tempos de crise” trata-se de um livro de coletânea, organizado com base em diferentes contribuições científicas apresentadas no III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, realizado online por meio de vídeos em um contexto pandêmico de difusão da pandemia do coronavírus, responsável pela doença identificada como COVID-19.

O presente evento explorou as políticas públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorializada, teórica, histórica e empírica, sendo conformado por um amplo público composto desde estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do setor público e demais interessados na temática.

Neste livro, os artigos consolidam um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que integraram, durante o III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, a comunidade epistêmica na área, e de certo modo contribuem como uma iniciativa inicial para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas no estado.

Constituído por 52 resumos expandidos, apresentados no III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, o presente livro foi estruturado em 7 capítulos temáticos que correspondem aos núcleos de convergência aglutinadora das diferentes pesquisas apresentadas, respectivamente identificados por um conjunto de agendas:

1. Políticas Públicas: Agendas Urbanas;
2. Políticas Públicas: Agendas sobre Migração Venezuelana;
3. Políticas Públicas: Agendas Socio-Econômicas;
4. Políticas Públicas: Agendas Educacionais;
5. Políticas Públicas: Agendas Sanitárias;
6. Políticas Públicas: Agendas de Segurança e Defesa; e,
7. Políticas Públicas: Agendas sobre Coronavírus.

As contribuições sobre políticas públicas presentes nos 53 textos distribuídos nos 7 capítulos do presente livro foram elaboradas por um total de 81 autores, os quais na sua maioria estruturaram suas pesquisas em um sistema de co-autoria (80,7%) e com uma majoritária presença de pesquisadoras do gênero feminino (58%), demonstrando um forte compartilhamento de experiências entre graduandos, graduados, especialistas, mestre e doutores.

Os fundamentos metodológicos das pesquisas caracterizaram-se por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quantos aos objetivos, bem como por abordagens qualitativas e quantitativas quanto aos fins, convergindo por um padrão de uso do método dedutivo, uso de revisão bibliográfica e documental, bem como diferentes métodos de análise de dados.

Um universo de 80 textos foi submetido para o III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, resultando em uma taxa de reprovação de 35%. Os 52 textos apresentados neste livro foram aprovados na seleção feita por um sistema de avaliação do tipo *blind review* por 12 professores da Comissão Científica, oriundos de instituições de ensino superior de Roraima públicas (UFRR, UERR e IFRR) e privadas (Cathedral, Estácio Atual, FACETEN, FARES, UNAMA e UNIP).

A origem dos pesquisadores cujos textos estão expostos neste livro é concentrada pela presença de professores, estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes Instituições de Ensino Superior de Roraima, os quais se comprometeram a produzir novos conhecimentos em um contexto crítico de isolamento social e fechamento de creches, escolas, colégios, faculdades e universidade em função da difusão da pandemia da COVID-19.

As discussões e resultados apresentados no presente livro apontam não apenas a abertura para discussões sobre políticas públicas, a partir de pesquisadores roraimenses nativos ou não, mas principalmente abre uma importante janela de oportunidades para a consolidação de um campo dialógico e para uma comunidade epistêmica no campo de Políticas Públicas no estado.

Em nome dos organizadores do III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, desdobramos o ensejo para que esta obra seja amplamente utilizada pelo público leigo ou especializado no âmbito das políticas públicas, na certeza de que os conhecimentos aqui registrados possam se refletir em um ciclo de melhorias na *res pública lato sensu* no Brasil e em Roraima.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

(organizadores do livro)

CAPÍTULO 1

Políticas Públicas: Agendas Urbanas

ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO: SUB CENTROS E EIXOS COMERCIAIS EM BOA VISTA RR

Rafaela Kéroleen Silva Maia

Elisângela Gonçalves Lacerda

Observar a cidade a partir do comércio nela existente é pensar nas práticas comerciais e estratégias de produção do espaço urbano, envolvendo ainda, a capacidade de deslocamentos de pessoas que nos centros comerciais com maior diversidade de serviços e mercadorias são vistos com maior frequência. As instalações comerciais concentradas condicionam um poder de atração de pessoas e possibilitam novas formas de ocupação e produção urbana.

Identificado, assim a importância para a sociedade e para o desenvolvimento econômico, o presente estudo pretende contribuir para essa análise, abordando a definição e localização de sub centros e eixos comerciais em agrupamentos de empresas locais. Sub centros e eixos comerciais, são aglomerações de atividades do setor terciário que exercem múltiplas funções urbanas, como o comércio múltiplo e\ou especializado, serviços financeiros como bancos, serviços profissionais superiores como consultórios médicos e escritórios, serviço cultural e recreativo, profissionais liberais, lazer, além de serviços de transporte e comunicação.

Da mesma forma, os eixos comerciais, porém de forma segmentada. Portanto, um tema central na administração pública, pois a produção do espaço geográfico na cidade está associada com a localização e funcionalização das áreas comerciais que auxiliam a compreensão do movimento geral de reprodução do espaço geográfico, uma vez que a coesão espacial facilita a acessibilidade dos usuários aos serviços demandados e reflete as condições da sociedade, estabelecendo relações necessárias para o funcionamento da cidade, o que desencadeia um poder polarizador nos locais onde estão inseridos.

Diante disso, pretende-se compreender e analisar por meio de bibliografias disponíveis, levantamento de dados secundários e tratamento de dados espaciais a dinâmica espacial presente na distribuição das atividades econômicas em sub centros e eixos comerciais. O setor terciário de mercadorias e serviços em Boa Vista possui grande importância econômica pois representa 14,7% do seu PIB total.

Atualmente a cidade apresenta frequentemente a ocorrência de espaços caracterizados pela densidade de empresas, onde é possível encontrar diversas áreas comerciais com múltiplas funções. Segundo o levantamento, atualmente possuem na cidade 32.161 empresas voltadas ao comércio e prestação de serviços. Sua maior área comercial situa-se no Centro da cidade e atende toda população, porém, a capital dispõe de demais centros comerciais, entre os quais podemos citar os bairros, Pricumã, Mecejana, Buritis, Asa Branca, Feira do Garimpeiro, Pintolândia, Raiar do Sol, Santa Tereza, São Francisco e os dois shoppings centers.

Já o eixo comercial segmentado pode se destacar o de autopeças na Avenida Venezuela. Além disso, é notável uma maior diversidade econômica e intensidade de fluxos para diversos bairros que ocorrem para atender uma necessidade das populações dos bairros periféricos distantes do centro comercial, no lugar das pessoas se deslocarem de suas casas ao centro comercial, é mais viável ir ao local mais próximo.

Percebe-se ainda que a localização dos principais sub centros e eixos comerciais não se dá de maneira homogênea no espaço, mas mostra-se seletivo e ordenado para determinadas áreas da cidade, a fim de promover a valorização imobiliária, não só de empresas, mas também do setor público, que realiza obras de infraestrutura urbana, como iluminação, asfaltamento e projetos paisagísticos, para atender aos empreendimentos.

Nesse processo, o que se tem visto como resultado é a organização econômica do espaço urbano em detrimento ao aspecto social. Com isso ganham um novo significado, ligado ao consumo do espaço, onde a mercadoria e as relações de troca e consumo se estabelecem como dominantes, agindo como forma de condicionar e ofertar bens e serviços que onde o espaço torna-se produto onde emerge uma rede hierarquizada

de localidades, gerando uma economia de mercado que interliga entre si numerosas áreas, cada uma produzindo e consumindo. É desta maneira que podemos perceber na nossa abordagem a maneira específica dessas reproduções no espaço social de Boa Vista com suas contradições dentro da lógica global do Capitalismo.

Enfim, muitos são os desdobramentos a partir da localização de empresas que no geral, contribuem para alterações espaciais na cidade e podem em circunstâncias adequadas ser uma forma eficiente de fortalecer as chances de crescimento e de sobrevivência de um empreendimento que geram renda e emprego, favorecendo o desenvolvimento da economia.

Palavras-chave: comércio; espaço; geografia; localização.

REQUALIFICAÇÃO URBANA X EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: ESTUDO DA ÁREA CENTRAL “BEIRAL” DE BOA VISTA-RR

Pâmola Andreia Lemke Walter

Artur Rosa Filho

A presente pesquisa busca realizar um estudo sobre a remoção dos moradores do “Beiral” a partir da requalificação urbana no contexto da reprodução do espaço em Boa Vista-RR. Esse estudo faz uma breve análise de conceitos básicos ligados aos processos de reutilização de espaços urbanos consolidados a partir dos processos de requalificação urbana.

Requalificar as áreas centrais urbanas tem se mostrado uma tendência pelo mundo. Algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, já passaram por esse processo de práticas intervencionistas buscando uma adequação aos parâmetros contemporaneamente exigidos pelos padrões urbanos do século XXI.

O “Beiral” está localizado entre os bairros Centro e Calungá, o seu nome é devido a sua localização à margem do rio Branco. Em 1940, a comunidade criou a Escola de Samba Unidos do Beiral, reforçando a sua denominação e perpetuada até os dias atuais. Até o ano de 2018 o “Beiral” era habitado por moradores, comerciantes e pescadores próximos ao rio.

Segundo o poder público local, cerca de 340 famílias foram removidas desta área para a construção do Parque do Rio Branco. Diante dessa dinâmica, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de remoção dos moradores do “Beiral” como uma política pública a partir da requalificação urbana da área central de Boa Vista-RR.

A investigação está voltada à pesquisa bibliográfica e documental, ao trabalho de campo (aplicação de questionário e entrevista com aproximadamente 10% das famílias removidas, bem como com 0,1% da população adulta de Boa Vista-RR), ao levantamento de dados, elaboração

de diagnósticos e prognósticos, pautando-se pela prática científica a partir de fontes existentes, bem como por novas fontes a serem exploradas.

A pesquisa de campo possibilita conhecer a percepção dos moradores de Boa Vista removidos, no que tange à requalificação urbana na área central da cidade. Isso porque os moradores que habitavam o “Beiral”, foram desapropriados com o motivo de, segundo o planejamento anunciado pela prefeitura, melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

O poder público procura, na realidade, programar ações em busca de atração de investimentos, novos moradores, usuários e turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção, o que, conforme pesquisa realizada, agradou a população geral.

Através da pesquisa de campo, observou-se uma transformação brutal no centro de Boa Vista, onde o “Beiral”, antiga área de moradia, foi eliminado da paisagem urbana e o Parque Rio Branco vem surgindo, como atração turística, lugar para os mais abastados da cidade, com arquitetura e planejamento contemporâneo.

A pesquisa possibilitou conhecer, individual e subjetivamente, a percepção atual dos antigos moradores do “Beiral” de Boa Vista-RR, de forma que, para uns houve benefício com as intervenções realizadas, já para outros, há apenas um beneficiado: o poder público, demonstrando assim forte assimetria de interesses..

Em relação aos moradores removidos, verificou-se uma questão comum negativa: a dificuldade na mobilidade urbana, haja vista que os realocados atualmente encontram-se em bairros afastados do centro, com média superior a 30 minutos de deslocamento para acesso aos equipamentos urbanos centralizados de uso comum.

Concluimos com base nos resultados apresentados, por fim, que a requalificação urbana na área central de Boa Vista-RR está sendo implementada e, para isso, os moradores do “Beiral”, que ali habitavam há mais cinquenta anos, uma vida inteira, foram removidos, consequência de uma higienização social.

Com qual finalidade? Segundo o planejamento anunciado pela prefeitura, para melhorar a qualidade de vida dos moradores locais, com habitação de qualidade e em local próprio, porém, a maioria foi empurrada para áreas periféricas da cidade, onde acentua-se a segregação socioespacial.

Palavras-chave: área central; Boa Vista; espaço urbano; geografia; requalificação; segregação; urbana.

PERFIL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER DE BOA VISTA – RR

João Victor da Costa Alecrim

José Victor da Costa Alecrim Neto

Andre Pereira Triani

A centralização de equipamentos em certas regiões da cidade, a disponibilidade de tempo e espaço, falta de segurança, debilidade nos transportes, falta de acessibilidade, má condição de uso dos equipamentos, falta de assistência profissional, iluminação precária, entre outros podem ser fatores que impedem o acesso aos espaços públicos de esporte e lazer.

É importante diagnosticar as condições destes locais e analisar a sua influência sobre a participação da população nas atividades. Os municípios brasileiros vêm investindo em revitalizações e construção de novos espaços, que por vezes se tornam os únicos espaços de esporte e lazer urbano de alguns bairros.

Estudar a implantação de espaços públicos de lazer em uma cidade implica em estudar relações entre espaços cheios e vazios, iniciativa pública e privada, democratização do uso, meios de preservação e conservação, entre outros. O presente estudo buscou verificar a estrutura física e as condições de todas as praças com espaços para prática de atividades de lazer no município de Boa Vista-RR.

Entende-se como espaços públicos de esporte e lazer, locais abertos de acesso livre para a população usufruir em horários diversificados, nesse sentido, essa pesquisa identificou os espaços administrados pela prefeitura e estado visando quantificar estes locais com espaços para lazer e atividade física e qualificar suas características de uso.

O estudo realizado na cidade de Boa Vista – RR foi caracterizado como quantitativo, ao todo foram investigadas 35 espaços de lazer, tanto estaduais quanto municipais onde se verificaram a estrutura física dos

espaços levando em consideração os seguintes critérios: existência de espaços esportivos, playgrounds, quadras, espaço para caminhada, acessibilidade e iluminação, as avaliações ocorreram nos três turnos, o levantamento de dados foi realizado no ano de 2019, analisando pontos-chaves para a utilização adequada e confortável das áreas esportivas e comuns, com critérios quantitativos.

O item espaços esportivos, quadras, espaço para caminhada e acessibilidade, foram avaliados em SIM, afirmando sua existência e NÃO, negando sua existência. Os playgrounds e iluminação foram avaliados em Bom, Ruim e Inexistente. Quando observadas as áreas esportivas 68,57% apresentam o espaço e 31,43% não apresentou o espaço específico.

Quando se trata de quadras 87,50% não apresentam cobertura, sendo apenas 12,50% delas cobertas. 68,24% são específicas e 31,76% poliesportivas. 83,33% possuem espaço para destinado para caminhada, e 16,67% não, nenhuma delas possui distância percorrida. 50% das quadras específicas são destinadas para vôlei de areia, seguido de quadras de futebol de areia com 20,69%, 12,07% das praças possuem quadras de tênis e 8,62% são campos para futebol

Boa Vista mostra-se bem em relação a esses espaços devido a recentes reformas nas quadras, as pinturas apresentaram-se em boas condições sendo grande parte visível, pouco menos da metade estavam com as redes das traves e cestas de basquete deterioradas, mas tudo ainda utilizável e com pintura em dia.

Nos equipamentos de ginástica, classificamos os equipamentos em estações (barras fixas, paralelas, bancos para abdominal) e cíclicos (esquis, simulador de cavalgada, surf, etc.). 28,57% apresentam possuem estações, tal qual 80% apresentam condições de uso. 14,28% possuem equipamentos cíclicos, sendo todos com condições de uso, e um deles foi construído através de iniciativa privada, mas de uso público.

Com relação a acessibilidade 79,17% apresenta rampas em boas condições, 12,50% apresentam as rampas, mas estão em condições ruins e 8,33% das praças não apresentam rampas de acesso. 63,64% apresentam piso tátil e sinalização para deficientes visuais 36,36% não apresentam.

62,50% apresentam banheiros adaptados e 37,50% não apresentam ou não estão em condições de uso.

Tratando da iluminação dos espaços 75% apresentou boas condições, 16,67% estavam em condições ruins e 8,33% era inexistente. 83,33% apresentaram playground e 16,67% não, dessas que apresentaram 75% estavam em boas condições de uso e os outros 25% poderiam causar problemas aos usuários. Os animadores e professores dão aulas específicas em programas específicos, o que leva a percepção que as demais áreas como equipamentos está desamparada, o que pode ocasionar lesões nos praticantes.

Esse diagnóstico aponta a boa conservação da maioria das praças, condições para mobilidade, acessibilidade e prática de atividades, é necessário a presença de mais profissionais prestando auxílio aos usuários evitando possíveis lesões por mau uso. É necessário repetir esse diagnóstico pelo menos uma vez ao ano e encaminhar aos órgãos responsáveis para que façam a manutenção dos espaços e atraiam mais usuários.

Palavras-chave: Boa Vista; espaços públicos; esporte; lazer.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER EM BOA VISTA – RR

João Victor da Costa Alecrim

Andre Pereira Triani

Gilberto Pivetta Pires

A urbanização teve dentro de suas consequências um aumento no cenário da exclusão social, com ascensão da violência e destaque para a marginalização, de modo que estes fatores colaboraram para o desenvolvimento do medo na população que estaria propícia a usar o espaço.

Esses fatores conseqüentemente se tornaram motivo para o não uso dos espaços públicos de esporte e lazer e conseqüentemente diminuição dos benefícios de suas práticas. As praças e parques são utilizadas diariamente por pessoas que depositam no espaço público um leque de intencionalidades que vão desde o praticar alguma atividade física até o simples, e tão necessário, descanso.

A disponibilização não distribuída dos espaços e equipamentos de lazer, concentrada em centros específicos, a relação de disponibilidade e tempo dos usuários, a não priorização de espaços vazios, a insegurança, a falta de acesso a transportes, a falta de participação dos possíveis usuários na elaboração de programas e fomento de atividades, podem ser fatores que dificultam o acesso ao lazer e sob a ótica do lucro uma parcela significativa de espaços de lazer vêm sendo privatizados e o acesso ao esporte e lazer se tornado mercadoria.

Para essa análise utilizaram-se dados coletados em janeiro de 2019 e analisados 35 espaços destinados a prática de esporte e atividades de lazer, podendo ser ou não através de adaptações culturais aplicadas pelo público, também foi observado a distribuição geográfica desses locais pelas regiões da cidade de Boa Vista - RR. Desses espaços 85,71% eram

locais específicos para as práticas acima sugeridas e as demais foram adaptadas.

As regiões central e norte concentram 28,57% das áreas analisadas, enquanto as zonas leste e oeste possuem 20,0% e 22,85% respectivamente. Na zona sul da cidade não há espaços destinados a prática do lazer.

A falha na distribuição de espaços é evidente e preocupante pois ao analisarmos a distribuição populacional em números concretos a Zona Norte da cidade possui 23.913 habitantes, a Zona Sul 13.620, a Zona Leste 4.949, a Zona Oeste 229.454 e o centro 5.240, ou seja, a zona oeste possui mais que o dobro da população de todas as outras zonas somadas.

Os espaços, equipamentos e infraestrutura pública que podem contribuir no incentivo as práticas de lazer nos espaços urbanos, necessitam de uma melhor gestão e planejamento, o que nos leva a debater o tema: lazer e cidade. Esse processo acelerado na urbanização não teve acompanhamento da infraestrutura, resultando em uma dimensão espacial urbana desorganizada, apesar do planejamento da cidade existe diferenciação entre áreas centrais e nobres com muitos benefícios e áreas periféricas, com os depósitos de habitações.

A presença desses espaços precisa ser revista e as ações de construção devem ser elaboradas visando os benefícios à população e não apenas o embelezamento da cidade para os pontos em que turistas certamente transitarão.

Ao falar de benefícios desses espaços, pesquisas apontam que em São Paulo a presença de, pelo menos, dois destinos recreacionais dentro de um perímetro de 500 m dos domicílios dos participantes estava associada a um aumento na probabilidade de caminhada no tempo livre em comparação com nenhum destino presente. Nenhuma associação foi encontrada para destinos mais distantes.

A concentração de equipamentos de lazer é um obstáculo ao acesso, pois a concentração nos centros e zonas nobres das cidades pode diminuir as oportunidades de acesso dos moradores de áreas mais periféricas e menos nobres, visto que há uma maior necessidade de

deslocamento, um afastamento dos companheiros de grupos sociais, fatores que geram gastos e assim o desinteresse pelo uso dos equipamentos e pela prática da atividade de lazer pelos moradores da periferia influenciando no não envolvimento destes em determinadas atividades.

Equipamentos construídos longe das residências causam nos indivíduos uma sensação de não acolhimento do ambiente, levando sua impopularidade e conseqüentemente sua subutilização. A distância física que separa o cidadão do equipamento é uma característica importante que atrapalha a efetiva possibilidade de acesso ao esporte e lazer.

Com isso pode-se concluir que é necessário a realização de uma análise da distribuição populacional e correlacionar a quantidade de equipamentos de esporte e lazer ao redor e a partir disso analisar quais locais precisam de mais equipamentos, de mais manutenção e maior incentivo à população. É de extrema importância que o distanciamento dos espaços ou equipamentos de esporte e lazer não seja um fator excludente aos possíveis praticantes.

Palavras-chave: Boa Vista; equipamentos; espaços públicos; esporte; lazer.

DISCUTINDO DEMOCRATIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER EM BOA VISTA – RR

João Victor da Costa Alecrim

José Victor da Costa Alecrim Neto

André Pereira Triani

Atividades de esporte e lazer são elaboradas e/ou vivenciadas a partir de ações temporais, lugares e conteúdos vivenciados por meio da cultura, resultando na produção de mais cultura através de vivências, que consequentemente resultam em diálogos e transformações, gerando um ciclo infinito de produção de cultura.

Democratização deve-se entender pela diminuição da centralização de alguma coisa, aqui no caso, os espaços públicos de esporte e lazer, é necessário rever a distribuição destes locais e adequar a necessidade da comunidade alvo, bem como integrar a população na tomada de decisões a respeito das medidas a serem tomadas em relação a manutenção de espaços e materiais e elaboração de projetos.

Uma das formas de democratizar o esporte e lazer é democratizando os espaços de prática do esporte e lazer. Os espaços são locais onde ocorrem ações, atividades, projetos e programas de lazer. A disponibilidade de espaços ofertando acesso a todas as tribos e comunidades gera uma sensação de acolhimento e maior participação, além da aderência aos programas propostos, podendo gerar benefícios a saúde relacionados a pratica de atividades físicas e lazer.

O espaço urbano é para atividade física e lazer, sendo que essas atividades podem ser praticadas em lugares não destinados a prática. A urbanização tem papel de importante na democratização ou ausência de espaço de lazer e a atividade física, observado que as áreas utilizadas são elaboradas principalmente como locais de produção, ficando os de esporte e lazer reservados para atividades não acessíveis a todos.

Esse estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico do uso dos espaços públicos de esporte e lazer, bem como o motivo do uso desses locais pelos praticantes, visando assim, facilitar uma futura elaboração de um plano de distribuição dos espaços e elaboração de políticas públicas de esporte e lazer visando a participação da comunidade como um todo.

Foi aplicado um questionário em um local de grande circulação de Boa Vista, dentre os participantes encontraram-se 606 participantes praticantes de atividades físicas, destes 41.42% utilizavam espaços públicos para a prática, destes 70.92% utilizam praças, 7.57% parques, 21.51% na rua, quando questionados o porquê 51.79% afirmaram que foi devido à proximidade de suas residências, 37.85% devido a adequação a atividade, 6.37% devido a segurança e 3.98% outros motivos.

Nota-se que pouco mais da metade dos usuários utilizam o espaço devido à proximidade de suas residências, visto isso, é necessária uma distribuição igualitária desses locais, procurando agregar. Em Boa Vista a maioria dos espaços concentram-se nas zonas centrais e nobres, porém, nas regiões mais marginalizadas a aparição dos espaços é reduzida ou inexistente, levando a um menor aproveitamento dos seus benefícios.

A centralização de equipamentos em certas regiões da cidade, a relação de tempo e espaço disponíveis, não priorização de espaços vazios no processo de urbanização, a falta de segurança, debilidade nos transportes e a não participação da população nas decisões que afetam a vida diária, são fatores que dificultam o acesso ao lazer. Ainda, sob a ótica do lucro, muitos espaços de lazer vêm sendo privatizados e o lazer se tornado mercadoria.

Então a democratização dos espaços públicos de esporte e lazer gera maior engajamento, visto que a dificuldade de acesso é um fator que consequentemente leva a um afastamento dos usuários do espaço. Em Boa Vista esses espaços devem se tornar algo além de um enfeite para turistas e moradores, é necessário que o planejamento urbano abranja todas as regiões da cidade e produzam atividades e políticas públicas de acesso e atraiam usuários que usufruam dos benefícios dessas práticas.

Palavras-chave: Boa Vista; democratização; esporte; lazer; políticas públicas.

CAPÍTULO 2

Políticas Públicas: Agendas sobre a Migração Venezuelana

O DIREITO DE SUFRÁGIO E OS MIGRANTES EM RORAIMA

Iara Loureto Calheiros

Nathália Santos Veras

A questão “migratória” adquiriu nos últimos meses uma visibilidade não vista desde o período da II Guerra Mundial, ocasionada pelo número alarmante de pessoas em rota de fuga. Embora o maior número de refugiados busque abrigo na Europa, um número significativo tem procurado o Brasil, e é neste contexto, em Roraima, que circularam falsas notícias de que estrangeiros poderiam votar.

O efeito foi instantâneo, sentido inclusive no Cartório da 4ª Zona Eleitoral, localizada no município de São Luiz (RR), no qual centenas de migrantes buscaram o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para se alistarem como eleitores.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa propõe uma discussão sobre a relação do fenômeno da migração e suas nuances no que diz respeito a possibilidade de os migrantes/estrangeiros participarem do processo eleitoral brasileiro. A metodologia utilizada na pesquisa é de cunho bibliográfico e descritivo sob a ótica da abordagem exploratório e qualitativo, com intuito de familiarizar-se com a problemática que envolve o direito e processo eleitoral, o processo de migração e o sufrágio.

Os resultados partem da análise de conteúdo que demonstram que em tempos de enxurradas de boatos e notícias falsas (*fake news*), é primordial salientar à população que é falsa a informação que circula nas redes sociais de que venezuelanos que estão em Roraima na condição de migrantes/refugiados, podem votar nas eleições deste ano.

Muitos estrangeiros chegaram a procurar os cartórios eleitorais de Roraima, no entanto, nenhum título foi expedido, em conformidade com o que determina a Constituição Federal, em seu Artigo 14, §2º: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros”. Ressalte-se que o artigo 12, § 1º da Carta da República, estabelece que aos portugueses com

residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na própria Constituição.

Desta forma o cidadão português, com residência habitual no Brasil, que deseja adquirir igualdade de direitos e deveres como o brasileiro, pode requerer ao Ministério da Justiça, o qual a reconhecerá por decisão do Ministro da Justiça, mediante Portaria. Ressalte-se que, neste caso, não se trata de processo de naturalização, porque adquirida a igualdade/gozo de direitos, o cidadão português mantém a nacionalidade portuguesa. De fato, a Constituição não permite o voto do estrangeiro, porém não se pode perder de vista que é possível ao estrangeiro tornar-se brasileiro, e então votar. Como isso funciona?

Desde que requeira, o estrangeiro residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal pode naturalizar-se brasileiro. Caso o estrangeiro seja originário de país de língua portuguesa, para sua naturalização, será exigida apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. Por final, destacamos que os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente são brasileiros natos.

Conclui-se que, o ordenamento jurídico brasileiro proíbe que os estrangeiros participem do processo eleitoral na qualidade de eleitores, assim como passivamente na condição de candidatos. Por outro lado, a constituição garante o direito à participação política de estrangeiros no Brasil, inclusive ir a manifestações e fazer parte de protestos, tendo em vista o novo caráter garantidor da Lei de Migrações.

Pode-se afirmar seguramente que embora não possam cooperar de maneira palpável nas eleições, proibi-los de manifestarem-se politicamente é uma ideia autoritária não recepcionada pela Lei Maior brasileira, ou seja, constitui irrefutável excesso a expulsão de estrangeiro por ter opinado ou ido a manifestação ou passeata, porém tal premissa não se amolda para os casos que envolvem ameaça à segurança nacional.

Palavras-chave: Direito Eleitoral; migração; processo eleitoral; sufrágio.

A COBERTURA JORNALÍSTICA DO FLUXO MIGRATÓRIO DE VENEZUELANOS PELA FOLHA DE BOA VISTA

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Elói Martins Senhoras

Frente às crises política, econômica e social, a Venezuela encontra-se em um estado de escoamento populacional. Até dezembro de 2019, o fluxo de emigrantes e refugiados do país passavam dos quatro milhões. Dentre os destinos desses migrantes, o Brasil configura-se como o quinto maior receptor do continente sulamericano.

Tal fluxo, concentra-se no estado de Roraima, onde devido suas características socioeconômicas sofre com o repentino aumento populacional. Tal conjuntura logo se tornou objeto da mídia que por intermédio de seus textos jornalísticos passaram a relatar, divulgar e construir a imagem desses andarilhos em migração, por meio de notícias, entrevistas e reportagens, histórias essas construídas pela população que os recebem e consomem tais textos.

Partindo de tais pressupostos, a presente pesquisa possui o objetivo de analisar a cobertura do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima entre os anos de 2016 a 2019 pelo *webjournal* da Folha de Boa Vista, com o intuito de compreender o processo de construção da imagem dos venezuelanos na mídia local.

A justificativa dessa pesquisa assenta-se sob a estigmatização do fluxo migratório como principal responsável pela precarização dos serviços públicos do estado de Roraima, para além, da reverberação de discursos anti-imigração que circulam nos meios de comunicação locais tanto de políticos quanto da sociedade civil.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram de natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos meios e qualitativa quanto aos fins, utilizando-se no levantamento de dados, as técnicas de revisão bibliográfica e documental para análise conjuntural.

A partir da coleta de dados e da sistematização dos mesmos, os resultados obtidos indicam o levantamento de 221 textos publicados pelo *webjournal*, distribuídos ao longo dos anos, da seguinte forma: 2016 (15); 2017 (87); 2018 (24) e 2019 (95). A volatilidade na quantidade de textos publicados coincide com dados da Polícia Federal sobre o fluxo de migrantes que entram no estado, demonstrando que a produção dos textos segue as oscilações do fluxo de entrada.

Dentre todos os atores citados nos textos analisados, os venezuelanos têm um maior nível de referência, seguidos do Exército, da Polícia Militar, Governo de Roraima e das Polícias Civil e Federal. Embora exista um grande volume de citações aos venezuelanos, os mesmos raramente possuem voz ativa nos textos e são poucas vezes entrevistados, logo, a percepção inicial que se tem é de que o jornal não os trata como sujeitos, mas sim como coadjuvantes sem transmitir seus olhares na construção das histórias.

Quando analisadas as áreas temáticas de que tratavam os textos, 28% das publicações eram sobre Segurança Pública, seguidos das temáticas de Política, Refúgio/Migração, Economia, Políticas Públicas, Educação, Saúde, Cultura, entre outras. Tais resultados representam, em outras palavras, uma vinculação do fluxo migratório a uma condição de insegurança tanto por parte das instituições governamentais, que se utilizam constantemente das forças de Segurança Pública, quanto por parte da população local, que consome essa mídia e comenta sobre.

Quanto aos discursos dos textos, 9% eram liberais, 23% críticos, 30% nacional-realistas e 38% de natureza eclética ou híbrida. Embora a percepção inicial quanto à cobertura seja de não tendenciosa, pela forte presença de textos ecléticos, tais dados revelam uma mudança de viés nos textos a partir da mudança do posicionamento político local, antes assentado em discursos críticos e nacional-realistas, que a partir de 2018, passaram a ser mais ecléticos com a presença de novos atores (Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais e Forças Armadas).

Como forma de analisar a opinião dos leitores sobre o fluxo migratório, e conseqüentemente o resultado dos textos na construção de

opinião pública local, foram analisados os campos de comentários, onde se constatou que 2% dos comentários eram neutros, 5% positivos, 9% mistos, 31% negativos e 54% não tiveram *feedback*, demonstrando que a visão dos leitores quanto ao fluxo migratório é majoritariamente negativa, confluindo em convergência com a dos políticos.

Conclui-se que a cobertura do jornal segue uma tendência política local, não distante do histórico de construção da indústria midiática do estado de Roraima. Antes da chegada das Organizações Internacionais e da atuação das Organizações Não Governamentais, o jornal seguia a tendência política local reverberando discursos anti-imigração, entretanto, a partir da atuação de outros atores a partir da instauração da Operação Acolhida em 2018, o Jornal passou a mudar de posicionamento quanto ao fluxo migratório venezuelano.

Palavras-chave: mídia; Folha de Boa Vista; migrantes; Roraima; venezuelanos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA): O TRABALHO REALIZADO COM MULHERES MIGRANTES EM RORAIMA

Lukas Raphael Monteiro Rezende

Mirella Nunes Lasmar

A Venezuela nos últimos anos passa por uma crise econômica e social que iniciou em 2015. O estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil e fronteira com a Venezuela, intensificou fluxo de imigrantes venezuelanos, até final de 2017, havia cerca de 30 mil pedidos de regularização migratória de venezuelanos no Brasil segundo a organização Conectas em 2018.

Tendo em vista o alto número de pessoas entrando na fronteira, as Organizações Internacionais da ONU se mobilizaram para dar uma ajuda humanitária à população. O intuito deste trabalho é analisar como o Fundo de População das Nações Unidas no estado de Roraima tem desenvolvido políticas públicas para imigrantes e população local.

O estado de Roraima segundo pesquisas levantadas pela organização Human Rights Watch, possui um alto índice de violência contra a mulher de acordo com dados do relatório as taxas de homicídios de mulheres no estado cresceram entre 2010 e 2015, atingindo mais de 11 mil mortes para cada 100 mil mulheres em 2015 segundo um estudo feito pela Agência Brasil em 2017.

Desta forma, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) iniciou o trabalho em Boa Vista e Pacaraima promovendo políticas públicas voltadas a campanhas de segurança as mulheres, ressaltar a importância da denúncia, explicar às leis de proteção a mulher, assim como: Maria da Penha e também os canais de ajuda para vítimas de violência.

O Fundo de População é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que promove questões populacionais, sendo

responsável na contribuição com os Estados em garantir acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, assim como, trata sobre direito à maternidade segura. O papel da agência é essencial para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O trabalho do Fundo de População das Nações Unidas em Roraima se inicia em 2017 com ações pontuais em seus mandatos já mencionados anteriormente.

As ações do UNFPA estão ligadas a promover atividades à população imigrante dentro e fora dos abrigos. Fazendo um paralelo, a agência para busca alcançar seus objetivos do ODS, adotando estratégias únicas no Sistema ONU tais como: promover panfletagens trazendo informações sobre Maria da penha nos semáforos em Boa Vista, Rodas de conversas sobre saúde sexual e reprodutiva, violência baseada em gênero e direitos humanos foco em gestantes, lactantes, mulheres e adolescentes, sendo um dos passos iniciais da agência indo de encontro ao ODS 3 que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

O UNFPA exerce a aproximação que se baseia nos direitos humanos no decorrer do seu trabalho. Com isso tem criado parcerias com a sociedade civil, setor privado, entre outros para ampliar o acesso a informações. Outras iniciativas da agência visando à igualdade de gênero e empoderar meninas e mulheres é reduzir a desigualdade dentro do país e trazer uma roda de autodefesa para mulheres, assim como, dar apoio e incentivos.

Além disso, nos dois postos de triagem foram criados espaços seguros que contendo lugares para amamentação, sala de escuta segura, distribuição de insumos para prevenção contra doenças sexualmente transmissível com panfletos informativos sobre os mandatos, promovendo assim a educação inclusiva e equitativa promovendo a oportunidade de aprendizagem para todos e segurança nos espaços para expressão (DOS 4 e 11) ainda mais, mensalmente teste rápidos estavam sendo feitos, também a alguns kits dignidade foram distribuídos como estratégia de salvar vidas a quem vive nas ruas da capital, ações de entrega na maternidade de kits para mulheres venezuelanas que tinham dado a luz, tendo em vista, cuidar da saúde das mulheres e das grávidas em diversos países onde tem atuação.

O UNFPA trabalha na prevenção da violência contra mulher, além de prevenção da gravidez na adolescência, fornecimento de kits e analisa e coleta dados que ajudam no planejamento de ações. Tendo em vista as especificidades de cada pessoa, o UNFPA faz parceria juntamente com outras agências das Nações Unidas possibilitando o fortalecer e desenvolver o trabalho com a população, ainda essas parcerias alguns pontuais possibilitam ser feitas algumas capacitações de migrantes para o mercado de trabalho local e trabalho autônomo.

Por fim, temos aqui uma série de ações pontuais dentro do estado por parte de uma Organização Internacional que fazem diferença e ajudam no contexto humanitário com políticas públicas para a população imigrante venezuelana. Conclui-se ainda, que as ações do UNFPA atingem degraus no estado de Roraima pouco debatidos e muitas vezes abafados ao longo dos anos, podendo assim dar mais força a movimentos pouco visibilizados e marginalizados, possibilitando trazendo temas tão importantes a serem debatidos com os mandatos da agência aborda proporcionando assim com que lacunas de crescimento local sejam construídas para as próximas gerações.

Palavras-chave: migrantes; mulheres; Roraima; UNFPA.

POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO E CONDIÇÕES DE SAÚDE EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS - CASO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM BOA VISTA–RR

Joana Muñoz Palomino

Simone Lopes de Almeida

Victor da Silva Santos

Devido à crise política e econômica que está sendo vivenciada na Venezuela, houve uma intensificação do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, principalmente para o Estado de Roraima, na sua capital, Boa Vista, que se localiza relativamente próxima as cidades fronteiriças – em torno de 200 km.

Dentre a população migrante, muitos são indígenas, principalmente das etnias Warao e Eñapa. Para o acolhimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, faz-se necessário, além de adequações de espaços físicos, a oferta de alimentação e medidas assistenciais de saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que a saúde é um direito essencial dos seres humanos, porém migrantes que se encontram em determinadas situações de vulnerabilidade podem estar mais expostos aos riscos de violações de direitos por causa de suas desigualdades não reconhecidas pelas políticas públicas.

Diante dessa situação, os objetivos da pesquisa foram estabelecer um perfil epidemiológico dos grupos populacionais presentes no abrigo e caracterizar a situação de saúde da população migrante indígena venezuelana presente no abrigo do bairro Silvio Botelho em Boa Vista-RR.

Tratou-se de uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva, transversal, de abordagem quantitativa, realizada no abrigo provisório ao migrante venezuelano, com 632 indígenas migrantes venezuelanos que

residem no local. Foi realizado um levantamento do perfil epidemiológico, estudos dos mapas consolidados de atendimentos médicos dos abrigados.

Os dados coletados dos mapas de atendimentos médicos, foram categorizados por faixa etária e tabulados na planilha eletrônica Excel do Microsoft Office 2010. No abrigo residem 632 indígenas venezuelanos que representam um total de 179 famílias, sendo que cada uma média de 4,3 pessoas por família. A população é composta quase absolutamente por indígenas da etnia Warao, que corresponde a 95,5% da população presente no abrigo.

Foram analisados 983 atendimentos médicos registrados no período de janeiro de 2018 a abril de 2019 demonstrando que nas crianças predominam os diagnósticos de Infecções das vias aéreas superiores e síndrome diarreica. As condições higiênico-sanitárias do ambiente em que vivem povos em situação de vulnerabilidade, torna estes sujeitos mais propícios para adquirir doenças infecciosas.

Conclui-se com base na pesquisa que são necessários mais estudos sobre a busca de novas estratégias de cuidado e integralização, utilizadas de forma a amenizar o sofrimento e riscos à saúde destas pessoas e desta forma, criar estratégias assistenciais que permitam a esta população acesso a direitos humanos, como moradia, alimentação e assistência à saúde.

Palavras-chave: imigração; saúde indígena; vulnerabilidade.

RECOMENDAÇÕES DE INTEGRAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS IMIGRANTES EM BOA VISTA-RR

Sandra Milena Palomino Ortiz

O Estado de Roraima, caracteriza-se pelo intenso fluxo migratório venezuelano desde 2016. De acordo com dados da ACNUR, estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem na capital Boa Vista. Situações de violência, superlotação das unidades de saúde, aumento na quantidade de trabalho informal e/ou pedintes nas ruas, assim como aumento na procura de vagas nas escolas; tornam urgente a realização de campanhas de educação e conscientização para incentivar uma participação mais ativa no acolhimento das pessoas que estão em situação de deslocamento forçado.

Desta forma, é possível visualizar de um lado, o desesperado êxodo venezuelano e de outro, a falta de preparo do Brasil para lidar com os novos refugiados. Diante deste cenário, a presente pesquisa busca evidenciar o perfil identitário das crianças imigrantes em uma escola pública estadual do Ensino Fundamental II, a partir de dados coletados em 17 entrevistas informais com alunos entre 13 e 15 anos de idade, no período de agosto a outubro de 2019.

Essas falas foram analisadas para descrever como acontece o enraizamento (ou não) desses deslocados à nova terra, como está sendo o processo de adaptação (ou assimilação) dos mesmos a uma nova realidade e cultura brasileira. Entre os questionamentos que foram levantados pelas crianças imigrantes está a necessidade de formar grupos ‘guetos’ por vários motivos, para se proteger e se sentir “em casa” e no conforto falando sua língua materna ou porque os alunos brasileiros não entendem as piadas deles e preferem na maioria dos casos, o afastamento das crianças imigrantes.

Outra questão foi a saudade da terra, comida, música e datas comemorativas foram apontados como o grande diferencial. Em outra situação foi relatado o fato da professora de português mandar calar o

aluno imigrante porque falava espanhol em sala de aula. 90% desses alunos destacaram o fato de querer retornar à Venezuela se as condições econômicas e sociais fossem favoráveis a eles.

Com relação ao ensino-aprendizagem e ambiente escolar, 80% manifestaram ter problemas com a aprendizagem da língua portuguesa, aceitação no grupo, *bullying* e apelidos como “venecas” e insultos às meninas chamando-as de “80’s” (isso devido ao fato da prostituição e o valor de 80 reais por programa). O imigrante ao se deslocar forçosamente do seu país; chega a outro lugar com outro idioma e costumes. E vai ter que se adaptar, a isso, ou sofrer.

Os horários mudam e a comida não será a mesma; nunca mais vai comer seus doces da infância, não vai ver nenhum rosto conhecido, e vai ter que lidar com a solidão. Com o tempo acontece um processo difícil de perda de identidade, ou pelo menos, de criação de outra identidade.

O imigrante termina guardando a sua identidade, essa que foi criada durante toda a sua existência, vai ter que deixá-la oprimida, sufocada no seu porão interior; pois o imigrante começa a perceber que ninguém acha graça das suas piadas; que as suas lembranças que eles possam contar aos colegas não os emocionam, porque não viveram nada parecido; e que as aventuras que trouxe do seu país acabam tornando-se desinteressantes para os nativos.

A criança imigrante se sente deslocada ao ter que apagar sua língua materna e ter que adotar a língua portuguesa no seu dia a dia. Nessa hora a identidade do imigrante começa a se reinventar, a recriar-se; começará a falar como, a comportar-se como os outros, e vai se estranhar. O indivíduo estranho que habita no imigrante vai falar e agir como ele não faria. É a lei da sobrevivência. Cresce uma terceira identidade híbrida, que vai fazê-lo pensar diferente e se adaptar ao ambiente.

Nesse momento que vive o nosso Estado de Roraima como receptores da diáspora venezuelana podemos afirmar que esses imigrantes, como novos habitantes do Estado, estão passando por um momento de realocação, um entrelugar no qual estão surgindo seres híbridos, com mistura de línguas e culturas (pode ser constatado na presença do portunhol tanto escrito como falado e o surgimento de

pequenos grupos de alunos venezuelanos na escola como afirmação da sua identidade).

Esse ser humano traduzido passa por uma série de transformações em seu comportamento tentando forjar uma nova identidade para se adaptar às condições exigidas pelo meio social; incorporando uma língua e uma cultura hegemônicas, que garantem a sua existência na sociedade roraimense.

Por fim, foram propostos instrumentos pedagógicos de integração e acolhimento das crianças na escola, como rodas de conversas e jogos colaborativos para superar os preconceitos, a xenofobia e a aporofobia (rejeição ao imigrante pobre).

Reforço escolar na língua portuguesa com metodologia de PLE, incentivar a leitura em voz alta de historinhas em português, aproveitar e compartilhar os saberes tanto do imigrante como do aluno brasileiro por meio de férias culturais, gincanas ou jornal escolar, é uma experiência enriquecedora para ambas as partes e permitirá melhorar o ambiente na escola.

Palavras-chave: Boa Vista; escola; imigrante; integração; preconceito.

CAPÍTULO 3

Políticas Públicas: Agendas Sociais e Econômicas

AS CANDIDATURAS LARANJAS NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

Iara Loureto Calheiros

Nathália Santos Veras

Rozane Pereira Ignácio

O cenário político brasileiro tem sido marcado nas últimas décadas por diversos casos que envolvem atos ilícitos enraizados desde o processo eleitoral até as administrações públicas, protagonizados por atores secundários denominados de "laranjas". Esse termo é atribuído aos indivíduos que de forma voluntária ou involuntária tem seu nome utilizado para uma responsabilidade ou função no papel, mas não na prática.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa propõe uma discussão sobre as fraudes eleitorais refletindo sobre a cota de gênero e o uso de laranjas no processo eleitoral para o preenchimento de vagas femininas. Para isso, discute-se os "laranjas" no contexto eleitoral, as anomalias e os indícios de fraude, bem como os indicativos de fraude, a responsabilidade da justiça e medidas e sugestões para combater a prática da fraude eleitoral.

A metodologia utilizada na pesquisa é de cunho bibliográfico e descritivo sob a ótica da abordagem exploratório e qualitativa, com intuito de familiarizar-se com a problemática que envolve a fraude e as candidaturas laranjas no processo eleitoral.

Os resultados partem da análise de conteúdo demonstrando que os episódios tratando sobre fraude à cota de gênero estão disseminados por todos os estados brasileiros, entretanto o tema é controvertível devido à dificuldade de apurar e evidenciar a fraude, enquadrando-o nas ações eleitorais existentes no sistema eleitoral brasileiro.

Há o entendimento de que é possível a apuração de fraude em ação de investigação judicial eleitoral, por constituir abuso de poder,

estabelecendo-se que as consequências são a cassação dos diplomas e declaração de inelegibilidade dos envolvidos. Inclusive a simples não obtenção de votos pelas candidatas não caracteriza candidatura fictícia ou laranja, se a candidata tinha a legítima intenção de concorrer ao pleito, participou dos comícios, realizou campanha pedindo votos e mesmo assim não logrou êxito, por motivos alheios a sua vontade.

A legislação eleitoral a partir de 1997 estabeleceu requisições aos partidos com a finalidade de impulsionar a participação feminina na política para minimizar a disparidade entre homens e mulheres no cenário político brasileiro. A Lei das Eleições determina que ao menos 30% das candidaturas proporcionais (vereadores e deputados) sejam reservadas para mulheres.

Para assegurar os direitos de igualdade das mulheres nas campanhas eleitorais, a Justiça Eleitoral determinou nas eleições de 2018 que as legendas e coligações assegurassem a elas 30% dos fundos partidário e eleitoral (além do tempo de rádio e TV) com o objetivo de melhorar as condições de disputa dos candidatos independente do gênero. É notável que partidos e legendas apelam a fraudes, para embaçar essas regras e dissimular as candidaturas femininas.

Lamentavelmente inexistente a democracia interna nos partidos, embora eles sejam “em tese” os guardiões do regime democrático. Logo, difundir candidatas fictícias é fraude e crime, inclusive quem cometeu essa conduta fraudulenta e foi eleito pode ter seu mandato cassado, ser considerado inelegível e pode também ser condenado por falsidade ideológica.

Conclui-se que, quando se trata da participação da mulher no pleito eleitoral muitas vezes as candidaturas femininas são utilizadas apenas para preencher as cotas estabelecidas pela legislação. Na ocorrência das candidaturas laranjas o que está em questão são os comportamentos ilegais, para ludibriar regras ou tentar favorecer as irregularidades de outras candidaturas.

Considerando que essa prática do uso de laranjas não encontra expressamente definida em lei, a prática pode ser conexas a diversos crimes previstos no Código Eleitoral e no Código Penal.

Quanto às penas, podem ser diversas: em geral elas recaem ao partido e aos candidatos eleitos que foram beneficiados pela fraude. A legislação atual não prevê responsabilidades ao presidente do partido por causa da distribuição de verbas, salvo se ele souber se tratar de uma fraude e participar ativamente dela.

Palavras-chave: Brasil; candidatura laranja; fraude eleitoral; processo eleitoral.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL

Izabelly Barbosa Rodrigues

Felipe Oliveira Guimarães

O tema abordado nessa pesquisa é a Reforma da Previdência no Brasil a qual foi uma resposta ao déficit crescente nas contas com Previdência Social, bem como foi um meio de dar uma nova dinâmica a política fiscal que vinha há décadas passando por uma significativa crise. Para se ter uma dimensão do impacto da Previdência aos cofres públicos, no ano de 2018 os recursos destinados ao pagamento de aposentadoria alcançaram 715 bilhões, isso representou 53% das despesas primárias, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Com 8,8% da população com mais de 65 anos, ou seja, um país com população jovem, o Brasil gastava cerca de 13% do PIB com previdência, mesmo patamar de países com o dobro da fatia de idosos. A justificativa do desenvolvimento desta pesquisa é a relevância de tal assunto para nossas vidas dado que cedo ou tarde possivelmente faremos jus ao recebimento de uma aposentadoria quando estivermos na inatividade, portanto é salutar conhecermos as diretrizes e os parâmetros dessa nova Reforma.

O objetivo desta pesquisa é analisar os principais pontos de tal mudança e conseqüentemente os impactos para os cofres públicos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de revisão bibliográfica e documental acerca do tema com base em dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e de discussões por especialistas em Previdência Social veiculados em jornais e mídias.

Os resultados obtidos têm como pontos positivos: a nova previdência tornou-se uma rubrica menos onerosa para os cofres públicos, podendo o Estado direcionar o dinheiro que era destinado para a previdência para fomentar outras pautas da agenda como saúde, educação, investimento, entre outros.

A mesma tem caráter progressivo, pois quem ganha mais contribui com uma alíquota maior e independente da remuneração auferida pelo trabalhador este ficará limitado a receber no máximo o teto previsto para quem se aposentar de acordo com as regras vigentes. Como limitações podemos apontar a não inclusão de Estados e Municípios na reforma que resultaria numa economia maior devido ao efeito cascata.

Cabendo a cada Estado e Município regulamentar suas respectivas reformas. Outro ponto é que o cálculo estimado da economia na ordem de 800 bilhões que serão destinados para outros fins; não leva em consideração o aumento do emprego informal do país. Outra limitação é que o regime de capitalização não foi aprovado, ou seja, o Regime segue sendo solidário: as contribuições de hoje ajudam a bancar os benefícios já concedidos.

Ao contrário do que foi proposto que cada trabalhador contribuísse enquanto estivesse na atividade para sua própria aposentadoria. Podemos destacar ainda como ponto negativo que os impactos esperados para o ano de 2020 com a Reforma da Previdência para a área fiscal foram relativizados devido à política fiscal expansionista que o Brasil teve que fazer para combater essa crise sanitária do Covid-19 que teve início no final de 2019, a qual está levando as economias para uma recessão sem precedentes

Conclui-se com os resultados obtidos nessa pesquisa que foi necessária tal mudança, pois a antiga Previdência Social mostrava-se insustentável ao longo dos anos levando em consideração o aumento da expectativa de vida do cidadão e da diminuição da mão de obra e do regime de equiparação de ajustes da aposentadoria dos funcionários.

Entretanto, o novo regime deixou uma lacuna quando não fez um sistema de capitalização, e como alternativa quando houver uma nova Reforma sugere-se um novo sistema pautado na capitalização vinculado ao Mercado de Capitais, o qual trará uma maior segurança e ainda terá seu capital valorizado ao longo dos anos.

Palavras-chave: Brasil; capitalização; previdência; reforma.

O BOLSA FAMÍLIA COMO AGENTE ATENUANTE NA DESIGUALDADE SOCIAL

Hagata Windy dos Santos Ramos

Cristóvão Sousa Costa

No Brasil, a maior parte da renda concentra-se em pouco mais de 1% da população, enquanto mais de 15% sofre as consequências da fome e cerca de 32% não consegue ingerir a mínima quantidade de calorias diárias. Em 2003, o Governo Federal criou o programa Bolsa Família que beneficia milhões de pessoas em todo o país, com a finalidade de cumprir o primeiro objetivo proposto pela ONU: reduzir a extrema pobreza, alcançando famílias extremamente pobres e pobres.

Porém, devido a sua complexidade, o programa desencadeia dúvidas em relação ao método de financiamento. Como justificativa, a extrema pobreza no Brasil soma 13,5 milhões de pessoas e tem também 52,5 milhões na chamada linha da pobreza, sendo o 23º país mais desigual do planeta no ranking global. A miséria atinge, principalmente, os estados do Norte e Nordeste do Brasil, em especial as pessoas sem instrução ou com formação fundamental incompleta.

A falta de renda acaba empurrando os estudantes para a evasão escolar, e assim a escolha entre ir à escola e trabalhar é imposta aos estudantes diariamente. O país tem como seus objetivos fundamentais no artigo 3º a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais, além de instituir direitos que fazem parte da assistência social, que por sua vez, estão ligados ao princípio da solidariedade e, ao mesmo tempo, às garantias em toda a Constituição Federal, fazendo com que mesmo aqueles que não estão em condições de sustentar-se de forma plena tenham condições dignas de viver em sociedade.

Diante desta realidade, o Estado passa a intervir na assistência social, criando o Bolsa Família, um programa de transferência de renda

para reduzir a extrema pobreza e a pobreza no Brasil. As condicionalidades do programa proporcionam às famílias o acesso a serviços básicos, trazendo condições mais dignas, complementando a renda de milhões de brasileiros e fazendo a economia local girar. Segundo especialistas, cada R\$ 1 investido no programa se transforma em R\$ 1,78 no PIB. Investe-se em torno de 0,5% do PIB para chegar próximo de 14 milhões de pessoas.

Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar os resultados sociais e econômicos, agregados à nação através do programa Bolsa Família por meio de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quali-quantitativa. Criado pela Lei nº 10.836 de 2004, o programa tem como finalidade unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal com objetivo de prover meios à população que se encontra em extrema pobreza e pobreza.

A Constituição Federal em seu artigo 195 § 5º, afirma que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, sendo assim, quais seriam as fontes de custeio do bolsa família? Para compreender seus impactos na sociedade é necessário entender a forma que o mesmo é financiado segundo o artigo 203 da CF, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

O Bolsa Família se encontra entre os programas de políticas públicas pelos quais a assistência social se manifesta. Ao adentrar no artigo 195 da Carta Magna, observa-se que há diversas previsões como a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (incide sobre o lucro da empresa), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) que incidem sobre a Folha de salários, Faturamento bruto da empresa e importação).

A entidade política, conforme previsão orçamentária, destinará tais recursos à execução de programas aprovados no orçamento da seguridade social, o Bolsa Família, por exemplo, pelo congresso nacional. Os beneficiados com tal recurso, o utilizarão para suprir suas necessidades básicas, gerando lucros e renda às empresas e empregados. Propõe um

ciclo favorável a todos, o abismo financeiro entre ambos é reduzido, promovendo o bem-estar do “lado mais frágil” da população e fortalecendo a economia brasileira.

Como resultados, de acordo com os dados oficiais do IBGE de 2003 a 2011, a renda per capita brasileira aumentou 40%, o que fez o coeficiente do Gini diminuir de 0,576 para 0,523. A extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais 3% da população, enquanto a situação de pobreza recuou de 16% para 6%, ou seja, as medidas adotadas proporcionaram resultados positivos de erradicação de pobreza e extrema pobreza. Segundo o relatório do programa das nações unidas para o desenvolvimento de 2015, houve crescimento de 10,5% no IDH brasileiro entre 2000 e 2014 e a pobreza multidimensional caiu de 4% para 2,9%.

Conclui-se que embora as críticas ao programa sejam constantes, como a falta de limites (em relação ao número de inscritos e tempo de recebimento), continua imprescindível a sua oferta à população, pois os resultados alcançados mostram que as famílias aumentaram sua renda, amparando a um nível econômico além de mera subsistência.

Palavras-chave: Brasil; Bolsa Família; pobreza; políticas públicas.

SISTEMA INTEGRADO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA COMO ALTERNATIVA A UMA ALIMENTAÇÃO DIVERSIFICADA NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Elizete Camilo Araújo

Luciana Alves da Silva

Eliseu Adilson Sandri

O crescimento da população e a maior pressão social em relação à sustentabilidade demandarão maior produção agroecológica com menor impacto ambiental. Para isso, buscou-se avaliar o processo de inovação tecnológica e os sistemas integrados de produção sustentável. É válido afirmar que, o Sistema Integrado Lavoura Pecuária e Floresta (SILPF) pode ser considerado um sistema de agricultura benéfica para a região amazônica em especial na região de Roraima.

O Lavrado de Roraima ;e constituído de vegetação aberta, proporcionando uma produção maior em pequenas áreas, ao contribuir com o meio ambiente e na conscientização do homem para a erradicação do desmatamento, ao acesso de alimentação diversificada, transformando as áreas degradadas em terras produtivas, ao possibilitar o cultivo diversificado: frutas, hortaliças, essências florestais exóticas, criação de bovinos e aves, dentre outros, com manejos definidos de forma integrada e sustentável aos indígenas da Raposa Serra do Sol em Roraima.

O SILPF apresenta vantagens ao lavrado de Roraima, pois, apresenta clima quente e úmido, com níveis de precipitação bem definido. Suas características climáticas e de solo favorecem a adoção do sistema ILPF, com sua amplitude total. Embora ainda não utilizada de forma planejada em comunidades indígenas, o SILPF é importante ferramenta na diversificação alimentar, conservação dos recursos naturais e redução dos avanços das fronteiras agrícolas.

Deste modo, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em especial a comunidade indígena Napoleão de Normandia-RR, foi escolhida como

área de inquérito desta pesquisa por se tratar de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade amazônica, onde maior parte destas terras estão povoadas pelos povos indígenas e que vai de encontro com as fortes mudanças em nível cultural, social, ambiental e econômico que esses povos enfrentam devido ao processo de colonização.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um modelo de Sistema Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta (SILPF) como alternativa de acesso a uma alimentação diversificada aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol em Roraima. Em termos metodológicos, foi utilizado um roteiro básico com quatro etapas para obtenção dos resultados deste projeto:

a) Análise e descrição do perfil socioambiental e socioeconômico dos povos indígenas da Região do Lavrado de Roraima; b) Evidência da importância e dos benefícios que a adoção do Sistema Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta (SILPF) propiciam para a melhoria do perfil nutricional dos povos indígenas do Lavrado; c) Elaboração de um Manual de Boas Práticas Agrícolas de SILPF para as organizações indígenas da região do Lavrado de Roraima. d) Apresentação do Manual de Boas Práticas de SILPF para os órgãos governamentais para formulação de uma Política Pública para esse fim.

Os resultados da pesquisa apontam que o Sistema Integrado lavoura-Pecuária-Floresta (SILPF) aplicado em comunidades indígenas da região supracitada, promoveu a redução do grau de dependência de uma fonte de alimentação monótona pela diversidade da produção, ou seja, uma notória viabilidade enquanto sistema de cultivo alternativo, de subsistência, da melhoria do perfil do estado nutricional e da qualidade de vida dos povos indígenas de Roraima de forma sustentável.

O sistema SILPF reverteu problemas de degradação de pastagens, melhorou a qualidade do solo e o seu teor de matéria orgânica, aumento de produtividade e desempenho bioeconômico do sistema em sucessão em uma mesma área, com custos baixos. Foi elaborado um de um Manual de Boas Práticas Agrícolas de SILPF, onde o mesmo será apresentado para as organizações indígenas da região de Roraima, detalhando as formas de rotação de culturas, de como aumentar a produção de palhada para plantio

direto, a reestruturação física do solo, aumento do teor de matéria orgânica do solo, redução de pragas e doenças, plantas daninhas e limitações.

Conclui-se que, neste contexto, o presente estudo apresentou enfoque na vulnerabilidade que os povos indígenas têm diante ao setor de cultivo da terra frente à escassez da caça e da pesca, das mudanças de hábitos, adicionalmente, considerando a adoção de estratégias de adaptação como forma de amenizar os impactos causados pelas alterações climáticas e, ao mesmo tempo, garantir uma produção diversificada de forma sustentável.

E por fim, é importante destacar que esse sistema depende de assistência técnica e que é uma estratégia promissora capaz de conciliar ecoeficiência com desenvolvimento socioeconômico e socioambiental, reunindo esforços da comunidade acadêmica, do setor público e das organizações indígenas.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; povos indígenas; Roraima; SILPF.

O PAPEL DAS REFERÊNCIAS GLOBAIS NO PROJETO ALI

Sammuel Felipe Chagas de Souza

Graciela Míssio

Este trabalho analisa o Projeto de Agentes Locais de Inovação (ALI), que é uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta análise parte do conceito de referencial setorial global e local pensado por Muller (2002, 2004, 2005, 2018), que sugere a participação de agentes políticos na mediação das políticas públicas para um determinado setor da sociedade.

Ao cumprirem esse papel, os agentes políticos podem criar ou incorporar referências, sejam elas locais ou globais. Este trabalho tem por objetivo entender de qual referência o Projeto ALI está trabalhando, permitindo assim, entender as referências colocadas para o mercado empreendedor brasileiro e a motivação do Estado brasileiro em apoiar esse projeto.

Como agente principal desse projeto, o SEBRAE é um serviço social autônomo, surgido por meio da desvinculação da Administração Pública Federal que transformou o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) em SEBRAE e que incorporou os Centros de Apoio Gerencial dos estados (Ceag's) ao Sistema SEBRAE, por meio da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, e do Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990.

Com isso, o SEBRAE passou a intermediar as políticas públicas para as micro e pequenas empresas (MPEs), e a integrar as ações sociais para esse setor, como também, acumular conhecimento e experiências necessários para ser referência nas políticas destinadas às MPEs. Essa ação serviu para trabalhar na MPEs a competitividade e a sustentabilidade por meio do estímulo ao empreendedorismo.

Desse modo, pode-se caracterizar que essa instituição tem duplo papel: de mediar as relações políticas, sendo referência para o setor, e de aplicar a transformação social como agente político. Nesse sentido, o SEBRAE desenvolve vários projetos destinados às MPEs, um desses projetos é o Projeto ALI, destinado aos micro e pequenos empreendedores que querem melhorar a produtividade da empresa e a proposta de valor para seus clientes por meios de soluções inovadoras que podem ser no processo, no serviço ou no produto.

É importante colocar que esse objetivo de inovar não é um fim em si mesmo, mas uma forma de aumentar a captura de valor e de ser mais competitivo perante a concorrência. Com isso, os participantes do projeto são motivados a interagirem de forma sistêmica com o ecossistema empresarial ou de inovação.

Para expandir o Projeto ALI, após ser realizado o projeto piloto no Paraná e no Distrito Federal em 2008, o SEBRAE firmou parceria com o CNPq para trabalhar esse projeto como atividades de extensão inovadora e de transferência tecnológica. Hoje, após mudanças na metodologia do Projeto ALI trabalha, o foco do projeto é o desenvolvimento acelerado para criação, entrega e captura de valor nas MPEs com potencial de maturidade em inovação no mercado brasileiro.

É com essas características que podemos afirmar que o SEBRAE acompanha o entendimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a inovação. Essa ideia de inovação, entretanto, não pode ser analisada isoladamente, pois a sua raiz está fortemente ligada à ideia de desenvolvimento e de progresso, surgidas com a ideia de modernidade global que trabalha os avanços tecnológicos e científicos como avanços úteis para evolução social e humana, dividindo assim, geopoliticamente, países em sociedades desenvolvidas, industrializadas ou subdesenvolvidas.

Nesse sentido, a OCDE, representante da sociedade desenvolvida, referência para o mercado empreendedor, determina que a inovação somente ocorre quando existem novos produtos, novos serviços e/ou significativamente melhorados, resultando em impacto no mercado, gerando aumento de produtividade, receita, clientes, mercado ou novos

mercados. O Projeto ALI, ao incorporar essas ideias, mostra o poder que as referências globais exercem sobre as referências locais, apresentando o paradigma predominante no mercado empreendedor.

A referência global não pode ser vista como determinista, pois a reprodução pura das ideias originais requer uma mudança de paradigma das ideias e das referências locais. Portanto, essa reprodução é adaptada à realidade local, fazendo o agente político e o empreendedor incorporarem conceitos que o direcionam a pensarem globalmente, agindo localmente, visto que as suas ações na periferia do sistema dificilmente serão globais, como as ações na centralidade do sistema.

Desse modo, entende-se que a reprodução das referências globais sobre referências locais exige a ação dos agentes políticos na mediação. Esse entendimento pode representar uma maior participação empreendedora local no cenário global com adaptação das referências globais; ou pode representar um rompimento com as referências globais com o insucesso da adaptação, aproveitando as vantagens produtivas locais e a ideia de sustentabilidade que dominam as políticas de Estado.

Palavras-chave: inovação; Projeto ALI; SEBRAE; sistema de referências.

OS TERMOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO (INCOTERMS)

Ana Célia Machado Rodriguez

Ariag Munila Ferreira Costa

A partir de uma análise feita sobre os diversos países, blocos econômicos, uniões econômicas e outros componentes do sistema internacional atual, é possível observar que apesar de existirem divergências, ainda existe um sistema funcional de comércio entre eles. Fato este que poderia ser dificultado sem a existência de uma padronização única para todos os envolvidos.

Por esse motivo, em 1923, a Câmara Internacional do Comércio realizou um estudo sobre os termos comerciais mais utilizados e suas disparidades, com o intuito de padronizar a interpretação destes entre todos os países. Os Termos Internacionais de Comércio ou Incoterms (*International Commercial Terms*), como são conhecidos, nasceram em 1936, com a publicação de um documento por parte da *International Chamber of Commerce* (ICC) que trazia consigo uma série de regras para sua interpretação. Inicialmente foram apenas lançados 6 termos, sendo estes atualizados constantemente ao longo dos anos.

A atualização mais recente entrou em vigor em janeiro de 2020 e estabeleceu oficialmente o uso de 11 termos, sendo alguns deles: o EXW (*Ex works*) no qual mercadoria limita-se ao domicílio do vendedor dentro de um prazo pré estabelecido, ou seja, o vendedor não se responsabiliza pelo o carregamento e todo o acompanhamento até a chegada do produto ao comprador.

Por outro lado, o DDP (*Delivered Duty Paid*) o vendedor se responsabiliza por todo o acompanhamento da mercadoria, sendo assim todos os custos e riscos, incluindo taxas, impostos e outros encargos providos da importação realizando dentro do prazo determinado, portanto a responsabilidade do vendedor esgota-se quando a mercadoria está à disposição do comprador.

Apesar dos Incoterms serem instrumentalizados no âmbito privado, estes possuem natureza de política pública por fazerem parte de um regime multilateral de comércio exterior, porém nos últimos anos houve uma diminuição no número de incoterms existentes, significando uma convergência na utilização destes em termos de um número cada vez mais restrito.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é estudar a importância dos Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS) como uma política pública não-governamental e sua relevância na harmonização do comércio mundial. Para isso, foram utilizados como processos metodológicos a revisão dos livros originais e guias desenvolvidos pela Câmara Internacional do Comércio sobre os Incoterms, além de informações coletadas em artigos acadêmicos e no próprio site da ICC.

Com os resultados alcançados é possível perceber o quanto importante é a existência dos Incoterms, visto que eles padronizam todo o processo de exportação determinando fatores como o local onde o exportador deve entregar a mercadoria, quem deve pagar o frete internacional e quem deve contratar e pagar o seguro da mercadoria.

Embora, ainda existam outras cláusulas para comércio global, os termos internacionais do comércio são considerados universais e proporcionam clareza e previsibilidade aos negócios, pois é algo do qual todos envolvidos nessa área necessitam possuir conhecimento.

Conclui-se, tomando por base os resultados aqui apresentados, que os Incoterms são uma peça fundamental no comércio internacional por facilitar a compreensão de suas regras e por harmonizar os padrões de interpretação de cada país sobre estas.

Palavras-chave: comércio exterior; Incoterms; negócios internacionais.

CAPÍTULO 4

Políticas Públicas: Agendas Educativas

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL NACIONAL E EM RORAIMA

Amanda de Almeida Duarte

Maria de Nazare da Silva Moura

Marcos Andre da Silva Lucio

O presente trabalho tem como tema a análise de política públicas em educação tendo como ponto de partida uma análise histórica do processo de inclusão digital nacional e relação com o estado de Roraima.

Esta temática justifica estudo pelo fato da inclusão digital atrelada a educação ser um dos parâmetros avaliados quanto ao grau de desenvolvimento de um país e consequentemente dos estados correspondentes.

A presente pesquisa tem como objetivo mostrar dados do processo de inclusão digital nacional e relacionar com o estado de Roraima dentro de um contexto de políticas públicas em educação.

Quanto aos procedimentos metodológicos apresenta caráter exploratório, descritivo quanto aos fins, qualitativo em relação aos meios, a partir de revisão bibliográfica e documental através de consulta na plataforma SCIELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online), sites de órgãos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e Secretaria de Estado de Educação e Desporto de Roraima (SEED).

Em relação aos resultados, a inclusão digital entrou nas pautas de políticas públicas governamentais do Brasil em 1999, após o Governo Federal ter lançado o decreto de número 3.294. Como resultado do efeito dessa lei, entre os anos de 2000-2003, o MCTIC por meio de um aporte de recursos de R\$ 3,4 bilhões fomentou ações entre o Governo Federal, iniciativa privada e sociedade civil, no qual o objetivo foi a digitalização

desta como ferramenta de universalização de serviços e formação de cidadania. Após isso, entre os anos de 2005-2008, o Governo Federal lançou o programa Computadores para Todos, cujo intuito foi o de reduzir os preços dos computadores a fim de facilitar o acesso, o que ocorreu por meio de isenção fiscal de produtos de computadores de até R\$ 2.500.

Quanto ao estado de Roraima, as iniciativas para a inclusão digital da população ocorreram mediante dois programas resultante do processo histórico-político e do incentivo fiscal supracitado. O primeiro denominado de Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão, que buscou promover inclusão digital por meio de acesso à internet em estabelecimentos públicos como o de educação, no qual a Universidade Federal de Roraima foi contemplada. E o segundo foi o Programa Nacional de Informática na Educação, que foi criado pelo MEC, no qual os primeiros laboratórios de informática chegaram às escolas públicas estaduais em 1997 e até o final do ano de 2019 mais de 25 mil pessoas foram capacitadas.

Outrossim, um total de 60 computadores novos por iniciativa do MCTIC foram entregues em maio de 2019, no qual 30 equipamentos foram instalados em escolas indígenas na cidade de Pacaraima e o restante em órgãos federais da Operação Acolhida (onde atuou no acolhimento de imigrantes da Venezuela). Outros 60 computadores foram entregues em dezembro desse mesmo ano e com apoio também do MCTIC, o que beneficiou 3.220 alunos de seis escolas de Boa Vista (RR). Além disso, no dia 10 de janeiro de 2020 foi criada a plataforma digital do Programa Educa-Roraima (PRE) pelo estado de Roraima por meio da SEED, sendo o investimento de R\$ 1 milhão.

O PRE é um sistema de gestão educacional que foi implementado como um ambiente virtual conectado as escolas, SEED e a comunidade através do compartilhamento de informações e portal de transparência. Assim, os aspectos da assiduidade escolar como notas, boletins e trabalhos escolares puderam ser verificados pelos pais. Os investimentos supracitados tanto de iniciativa federal como do ER em todo o período analisado foram ações importantes para a inclusão digital. E a implementação de uma plataforma digital que permitiu o acesso de pais e alunos foi fundamental para a transparência e avaliação da assiduidade.

Concluindo, com base nos resultados expostos, verificou-se que o processo de inclusão digital no Brasil constituiu um processo histórico gradual bem como também foi visto no estado de Roraima. Além disso, as parcerias de investimento entre o estado de Roraima e o Governo Federal foram fundamentais para os ganhos de inclusão digital elucidados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Brasil; inclusão digital; Programa Educa-Roraima; Roraima.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TECNOLOGIA *MOBILE*: PROCESSOS EDUCOMUNICACIONAIS NO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO DA UFRR

Leila Adriana Baptaglin

Sandra Maria de Moraes Gomes

Visto que as mudanças e as transformações do mundo contemporâneo ocorrem num ritmo acelerado, a relação entre a Comunicação e a Educação passam a ter amplitude e conexões cada vez maiores, exigindo mais habilidades e competências para lidar com os desafios.

A plataforma *mobile* e seu uso na Educação é um imperativo, tendo em vista a inserção desta plataforma e as possibilidades que apresenta, sobretudo em relação às possibilidades de criação e compartilhamento imediatos, a sua característica mais desafiadora: a ubiquidade.

Nesta proposta temos como problema de pesquisa investigar: *quais as implicações educacionais do uso da plataforma mobile nos cursos de graduação do Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR)?*

Diante desta proposta objetivamos realizar a exemplificação dos processos educacionais que podem ser estabelecidos pela plataforma *mobile* e com isso, pensar em políticas de implementação e operacionalização. Este trabalho foi realizado a partir de uma proposta qualitativa e uma análise exploratória investigando as disciplinas ministradas durante o semestre 2019.1 e 2019.2 do curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFRR.

A partir da identificação das disciplinas potenciais, realizamos uma análise descritiva das ações adotadas pelo professor para o desenvolvimento das práticas educacionais utilizando a plataforma

mobile. Para a coleta de informações foram realizados acompanhamento das atividades, observação e registro no diário de campo.

Os dados registrados foram analisados a partir de uma análise descritiva apresentando os elementos educacionais presentes nas práticas propostas e executadas na disciplina. Ao propormos essa investigação nos deparamos com as ações desenvolvidas pelas disciplinas de Telejornalismo I e Telejornalismo II onde foi proposta a criação do programa Foca na TV, uma proposta de Jornalismo móvel.

Essa prática educativa, em uma análise do percurso desenvolvido ao longo do ano junto aos acadêmicos reflete a sugestão de ampliar o olhar sobre tecnologias e educação, agora sob a ótica da Educomunicação. Isso ocorreu especialmente ao abordar a articulação da prática educativa com uma plataforma tão recente e ágil como a mobile, que tem inserção, agilidade e autonomia, sintetizando à ubiquidade.

O trabalho desenvolvido uniu a plataforma tradicional (câmeras profissionais, sobretudo no estúdio para gravar a apresentadora) à plataforma móvel, utilizada pelos alunos para a elaboração do telejornal. O formato, que passa a ser usado por emissoras de televisão no mundo todo e, o primeiro que se tem notícia na região Norte- garantiu mais liberdade ao aluno na confecção das matérias, por não depender de equipe nem liberação de equipamento ou transporte, facilitou bastante a produção durante o andamento da disciplina.

O programa entra na grade de programação da TV Universitária e na grade Nacional com inserção a cada quinze dias. Inicia-se com um formato híbrido, num programa que une o formato profissional, com apresentadores em estúdio e edição final na ilha de edição do máster da TV, unido à produção dos alunos, que trazem as matérias realizadas pelos grupos da disciplina, feitas por smartphones, em diferentes modelos e marcas.

Os resultados dessa ação são positivos e podem ser observados na aceitação por parte dos discentes e na melhoria da qualidade de produção ao longo do semestre. Trabalhar num produto distinto instiga ao docente e ao discente a observar e atuar na inovação em educação e comunicação. Podemos destacar que, no andamento da disciplina ganhou-se domínio na

elaboração de pautas, produção, critérios de noticiabilidade para a escolha de notícia, elaboração de roteiro.

O que podemos sinalizar é que o contexto de hiperconectividade e produção de conteúdo nos desafia a pensar em como a universidade pode desenvolver e criar novas formas de utilizar as tecnologias digitais no ensino da graduação, num caminho provável e que possibilita a transdisciplinaridade, com o uso da tecnologia na disseminação do conhecimento de forma mais democrática, igualitária e menos hierárquica.

A partir das práticas educativas evidenciadas no desenvolvimento dessa ação fica emergente a possibilidade de implementação de políticas públicas que viabilizem e normatizem o trabalho com metodologias e processos educacionais que aproximem o docente do discente e, com isso conectem saberes divididos pela geração formativa.

Adentrar no híbrido jornalismo tradicional e jornalismo *mobile* requer rever estratégias pedagógicas e comunicacionais no sentido de estabelecer outras conexões estritamente necessárias ao ensino superior atual e, certamente isso requer políticas públicas para operacionalização.

Palavras-chave: comunicação; educomunicação; jornalismo; tecnologia *mobile*.

SMARTPHONES: UMA ESCOLA NA ERA DA INFORMAÇÃO DIGITAL

Jimmy Iran dos Santos Melo

Luisa Catarina de Santana Gomes Moreira

O presente resumo aborda a escola como espaço de aprendizagem para crianças e jovens, diante das mudanças em que a Sociedade da Informação (SI) se encontrou no contexto da difusão da pandemia do coronavírus no Brasil.

Portanto, queremos nesse estudo pensar como as tecnologias móveis na área educacional tornaram-se de extrema relevância, visto que, o estado de emergência de Saúde Pública decorrente da COVID-19 em março de 2020 (Boletim Epidemiológico – COE COVID-19), condicionou as escolas a suspensão de aulas presenciais e o isolamento social em todo o Brasil.

Com isso, as escolas precisaram repensar os casos de alunos em vulnerabilidade social que não tinham acesso pleno a internet de qualidade e as tecnologias móveis para a possibilidade de Ensino a Distância (EAD), conforme proposta apresentada pelo Ministério da Educação (MEC).

Portanto, a pesquisa busca analisar por meio das metodologias ligadas à história nova – Escola dos Anales, informações por meio de notícias de jornais digitais da cidade Boa Vista (RR) e em sites oficiais, nas soluções apresentadas pelos secretários de educação e coordenadores escolares, ao tentarem solucionar problemas de alunos que não tinham acesso às tecnologias móveis.

O Colégio de Aplicação – CAp, elaborou um plano didático-estratégico para alterar a realidade de alunos que não tinham acesso às tecnologias, na possibilidade de receberem o ensino a distância, levando em consideração as diretrizes propostas pela UNESCO/2014 para uso de tecnologias móveis.

Nesse sentido, partindo das mudanças que ocorreram no presente momento, o objetivo desta pesquisa é analisar o contexto sociocultural da sociedade boavistense, no sentido de discutir para entender o papel da escola frente às vulnerabilidades sociais dos alunos da educação básica no acesso a tecnologias móveis.

Desta forma, apresentamos as tecnologias da informação e comunicação - TIC's, como ferramentas que vem provocando mudanças profundas na vida de estudantes e professores, sendo que, a tecnologia móvel é a grande revolução do momento, conforme explica a UNESCO no seu Plano de Diretrizes de Políticas para a aprendizagem móvel de 2014 que historicamente, os estudantes esperavam dias ou semanas antes de receberem orientações referentes à sua compreensão de conteúdos curriculares, enquanto que, hoje, as tecnologias móveis, graças às suas características interativas, podem fornecer retorno (feedback) de forma instantânea.

Isso permite que os estudantes localizem rapidamente problemas de compreensão e revisem explicações de conceitos importantes. No entanto, embora a análise realizada pela UNESCO em seu Plano de Diretrizes para as escolas do século XXI seja o sonho de todos, como forma de oportunizar ao aluno aprendizagens interativas em tempo real, não tem sido realidade de todas as escolas em Boa Vista, inclusive no Colégio de Aplicação – CAP na Universidade Federal de Roraima.

Conclui-se na pesquisa que, embora os aparelhos móveis sejam de grande auxílio à educação, como podemos ver mais profundamente no conjunto de diretrizes proposto pela UNESCO em 2014, há empecilhos para uso do potencial máximo desta tecnologia. Sendo estes, o acesso aos próprios aparelhos móveis por parte da comunidade estudantil; internet de baixa qualidade e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: escola; tecnologias móveis; vulnerabilidade.

EDUCAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO SALVAGUARDA

Amanda de Almeida Duarte

Humbertiza Demétrio

Maria de Nazare da Silva Moura

O presente trabalho traz uma breve análise do Projeto Salvaguarda, associado à Educação Digital, que juntos tem como objetivo oferecer um processo de aprendizagem completo, dinâmico e eficiente por intermédio de recursos tecnológicos.

O Projeto Salvaguarda é um método de ensino por meios digitais, que já é um sucesso em outros Estados do Brasil e foi implementado recentemente em Roraima para apoiar os estudantes do ensino médio de escolas públicas e os incentivar a prestar o vestibular mesmo em tempos difíceis de pandemia do novo coronavírus.

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de buscar novas alternativas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, e neste contexto surge o Projeto Salvaguarda aliado a Educação digital, que é importante não apenas para promover um ensino com mais engajamento, mas também porque é uma realidade que fomenta a democratização do acesso à informação, pois demanda menos recursos e não reconhecem distâncias como obstáculos.

Considerando ainda que para frear o avanço do novo coronavírus, as instituições de ensino tiveram que suspender as aulas presenciais e adotaram novos modelos de educação. O objetivo desta análise foi demonstrar a importância do Projeto Salvaguarda, associado à Educação Digital, almejando a implantação de Políticas Públicas neste seguimento.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa há uma abordagem exploratória e descritiva quanto aos fins, bem como qualitativa em relação aos meios, a partir de revisão bibliográfica e

documental através de consulta na plataforma SCIELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online) e sites de órgãos oficiais do Ministério da Educação e Secretaria de Estado de Educação de Roraima.

Ficou evidenciado após estudo que o Projeto SalvaGuarda foi criado no ano de 2016 na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, pelo estudante de economia da Universidade de São Paulo (USP) Vinícius de Andrade, 22 anos. Após conquistar o sonho de ingressar em uma universidade, o rapaz decidiu ajudar jovens que vivem uma realidade parecida com a que ele próprio viveu. E já auxiliou mais de 1,4 mil alunos do ensino médio a ingressar na educação do ensino superior.

O Projeto SalvaGuarda foi implementado com o escopo da utilização de mão de obra voluntária, no qual ingressaram 200 discentes das esferas de ensino de graduação, mestrado e doutorado da Universidade de São Paulo, conectados via redes sociais.

Essas pessoas dedicam parte do dia a fazer testes vocacionais com os estudantes, apresentar e explicar as profissões e o mercado de trabalho, reforço escolar nas matérias do ensino médio, corrigir redações, dar dicas de leitura e estudo para o Enem, e principalmente, motivar os jovens a sonhar com novos horizontes.

Segundo o Ministério da Educação, um total de 40 escolas públicas são atendidas em São Paulo e no Rio de Janeiro pelo projeto. Esse projeto foi expandido para o Estado de Roraima na segunda semana de abril de 2020 em um contexto de pandemia da COVID-19, tendo o objetivo de auxiliar de forma online os alunos da rede pública quanto à preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio.

No Estado, as aulas da rede Municipal estão suspensas desde o dia 16 de março de 2020 e a rede estadual adotou o sistema de aulas não presenciais. Assim, o projeto supracitado cujo meio de funcionamento estabelecido foi à internet, tem o intuito de vencer as barreiras impostas pela pandemia da covid-19 e conta com cerca de 600 monitores voluntários e atendimento de aproximadamente 20 mil estudantes do ensino médio.

Concluindo os dados elucidados acima, observou-se que Projetos Sociais Educacionais como o Projeto Salvguarda de funcionamento online e direcionados para estudantes do ensino médio são ferramentas de inclusão importantes para ultrapassar as limitações financeiras, físicas e presenciais, deflagradas não só pela pandemia da COVID-19, mas também por outras mazelas sociais que assolam o nosso País. Mas estes projetos precisam de apoio financeiro do Poder Público, para que se faça uma construção contínua e conjunta do conhecimento, contemplando todos seus cidadãos.

Palavras-chave: Brasil; educação digital; ensino médio; Projeto Salvguarda.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA: UMA VISÃO SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marcos Andre da Silva Lucio

Maria de Nazare da Silva Moura

Amanda de Almeida Duarte

O presente trabalho se propõe a fazer uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Estado de Roraima, nos anos de 2015 e 2017. O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. E quando a escola não alcança a nota estabelecida, esse fato prejudica o desenvolvimento do discente e se estende para todos os setores da sociedade.

Neste contexto notou-se a grande importância de acompanhar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Estado de Roraima por meio dos resultados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), e já que o Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias, considerando a educação um direito básico de todo cidadão, sendo estabelecido pela Constituição Federal de 1998.

O objetivo desta pesquisa foi analisar os índices de desenvolvimento da educação básica do Estado de Roraima nos anos de 2015 e 2017, visando contribuir com informações para a possível implantação de uma política pública voltada para a melhoria de notas nas

avaliações nacionais, a fim de alcançar uma educação de qualidade no Estado de Roraima.

Os procedimentos metodológicos referentes a esta explanação científica correspondem a uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva quanto aos fins, de análise qualitativa (aprendizado e aprovação dos alunos) e quantitativa (resultado do IDEB), de 2015-2017, a partir de revisão bibliográfica e documental mediante consulta na plataforma SCIELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online), sites de órgãos oficiais (Ministério da Educação e Secretaria de Estado de Educação de Roraima) e livros didáticos.

Nesta perspectiva observou-se durante a pesquisa que no ano de 2015 e 2017 as escolas do Estado Roraima não atingiram as metas estabelecidas pelo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). E neste contexto Roraima ficou entre os estados que tiveram diminuição no Ideb. Já em 2015, a nota do ensino médio foi 3,6 e em 2017 caiu para 3,5, sendo que a meta era 4,8. A avaliação feita no ensino fundamental nos anos iniciais (6º ao 9º ano) resultou há dois anos na nota 5,2 e em 2017 esse número foi para 5,5, mas a meta era 5,4.

No ensino fundamental nos anos finais (6º ao 9º ano), o resultado em 2015 foi 3,8 e em 2017 obteve-se nota 4,1, todavia a meta era 4,9. Então o IDEB do ano de 2017 apresentou crescimento e atingiu a meta, embora a nota tenha sido menor que 6. Segundo esse indicador quanto maior o aprendizado (mensurado pela Prova Brasil) e o fluxo de aprovação (referente à taxa de aprovação) melhor o IDEB da escola em questão.

E com base no resultado de todas as escolas é feito um cálculo cuja expressão pode indicar a ação de medidas agressivas quanto ao desenvolvimento da qualidade de ensino. Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2016-2018, o Estado de Roraima apresentou uma taxa de matrículas escolares constante, um crescimento das matrículas após o aumento populacional advindo dos imigrantes venezuelanos.

Ademais tanto a população de imigrantes venezuelanos quanto a brasileira carente podem passar dificuldades financeiras que acabam por afetar psicologicamente os alunos e o rendimento escolar. Sendo tal

cenário visto em larga escala nas escolas públicas de todo o país e também no extremo norte, incluindo Roraima.

De acordo com o exposto, constatou-se a necessidade de implantação de políticas públicas que venham viabilizar o desenvolvimento do ensino, como a triagem adequada de alunos em condições de vulnerabilidade social, uma vez que estas podem influenciar sobremaneira o desenvolvimento cognitivo. Isso pode ser combatido com a interação de uma equipe interdisciplinar tais como professores, psicólogos e assistentes sociais.

Esses profissionais em conjunto podem encaminhar os casos adequados para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para a inclusão dos discentes em programas sociais de transferência de renda tais como Bolsa Família e em caso de violência familiar, acionar o Conselho Tutelar. Assim para organizar a sociedade, deve-se fazer boas escolas e oferecer ensino de qualidade para todos.

Palavras-chave: educação; IDEB; qualidade do ensino; Roraima.

O ADVENTO DAS ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA COMO POLITICA DE CONTENÇÃO

Bruno Sobral Barrozo

Wagner da Silva Dias

No ano de 2018 foram militarizadas 18 escolas públicas do ensino regular no estado de Roraima, por meio de um decreto governamental Nº 25.974-E de 24 de setembro, sendo que 11 dessas escolas estão localizadas na capital roraimense e outras sete unidades no interior do estado de Roraima.

A militarização das escolas está sendo apresentada como uma solução para a problemática da violência escolar e nas proximidades do bairro onde a comunidade do entorno se aglomera, e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil, não só pelas propostas oficiais de melhoria do rendimento de seus alunos através da diminuição do número de reprovações, mas pela introdução da disciplina militar, com princípios norteados pela hierarquia e disciplina que caracterizam o então modelo.

Deste modo, a população que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos estejam seguros na escola, aprovam o modelo padrão. É importante destacar também, que as emergências dos novos modelos militarizados de gestão escolar não estão livres de resistências e críticas, pois a partir desta visão, surgem diversos questionamentos quanto ao trabalho feito em sala de aula nas escolas em geral.

Quando uma escola pública é militarizada, a gestão é compartilhada, entre a Secretaria Estadual de Educação (SEED) que fica com a gestão pedagógica e a polícia militar, responsável pela gestão administrativa. Portanto, é responsabilidade da gestão militar cuidar da “disciplina” desses alunos. O objetivo deste trabalho é externar a atual conjuntura em que o ensino Básico Militarizado se faz presente nas escolas públicas de Roraima.

De fato, ele surge com uma solução, porém, ainda há muito a ser feito, sobre tudo os regimentos que a disciplina se debruçará nos alunos de instituições públicas, possibilitando a um grande debate no ensino superior acerca da prática docente, sobre tudo os caminhos que a educação estar sendo guiada em meios tenebrosos nas diversas esferas. Para obter os resultados, acerca da problematização do ensino nas escolas militarizadas de Roraima, visualizar o seu cotidiano foi fundamental para a produção desta obra.

O método de pesquisa escolhido para a produção deste trabalho, contribuiu para que fosse feita uma análise mais ampla, possibilitando um pensamento espacial das dinâmicas no qual as escolas vão estar entrelaçadas. As visitas e os diálogos feitos com os funcionários das instituições públicas militarizadas, nos trouxe respostas para os possíveis questionamentos de como ensino básico militarizado - EBM surgiu no cenário educacional roraimense, e que se faz popular não só no estado de Roraima, mas nos demais estados da federação.

Com base nessas primícias, foram feitas revisões bibliográficas acerca do militarismo no Brasil, sobre tudo, seu advento no estado de Goiás, que foi o primeiro estado a aderir ao programa de escolas cívicos militares, resultando na expansão do modelo em todo o território brasileiro. Visualizamos uma grande disputa de poder, no qual o estado se impõe com alternativas para se condicionar as políticas públicas, voltadas a segurança da população, bem-estar social agregados ao entretenimento em locais públicos.

Seguindo nesta linha, a população sofrerá uma grande mudança, sobre tudo os próprios alunos matriculados nas respectivas escolas, pois a doutrina militar impõe neles, uma maior responsabilidade que se torna dificultosa para a sua formação discente, sobre tudo sua criticidade no âmbito social, porque quando se impõe valores que certamente a realidade de muitos alunos não se fez presente na criação, se torna uma afronta aos seus ideais, valores cultivados cotidianamente no espaço familiar.

As escolas militarizadas, que são necessariamente instaladas em áreas periféricas da cidade de Boa Vista, são vistas por parte da sociedade como um novo tipo de escola padrão. A ideia de manter a ordem e a

disciplina é vista como algo desejável nas escolas, mas é preciso avaliar o “custo” do ponto de vista do desenvolvimento pessoal e coletivo, e da desapropriação de uma comunidade que carrega em si as mais diversas culturas, costumes, características.

Faz exatamente 34 anos que a ditadura militar no Brasil teve fim, e o povo brasileiro vem reconquistando sua atuação nas decisões políticas, portanto, a escola deve investir em projetos político-pedagógicos que contribuam com a ação cidadã consciente e responsável, que certamente se orgulharão da educação que foi feita em sua juventude, valorizando a o corpo docente, sobre tudo sua prática para que o processo de ensino e aprendizagem se concretize na nossa sociedade.

Percebemos a necessidade de a educação atender ao seu papel de estimular o ser humano, para que o mesmo tenha em mãos, a vontade de crescer, sabendo da sua transformação como ser humano, é importante ser feito um debate acerca dos caminhos que a educação vem seguindo, mas nunca deixando de lado um pensamento humanizado, não excludente, mas inclusivo, pois vivemos em um mundo pluralizado.

Palavras-chave: ensino regular; escolas militarizadas; Roraima.

O IMPACTO DAS ATLÉTICAS NO CENÁRIO CULTURAL E ESPORTIVO RORAIMENSE

Gabriela Paiva

Emanuelle Bezerra Mendonça de Oliveira

Célio Rodrigues

O presente trabalho propõe-se analisar o surgimento de uma nova representação estudantil de ensino superior no território roraimense e como tal movimento alcançou diferentes setores da sociedade através de suas ações sem fins lucrativos.

Ademais, o foco da pesquisa dar-se-á em como a falta de estímulos a cultura e o esporte roraimense fazem falta não apenas aos envolvidos, mas também aos comerciantes, trazendo uma perspectiva de apoio através de políticas públicas voltadas a essa área.

Os primeiros registros oficiais de jogos universitários no Brasil se referem à competição interestadual que contou com estudantes de ensino superior de instituições do Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1916. A tradição esportiva entre os dois estados se perpetuou e, em 1933, foi regulamentada a Federação Atlética dos Estudantes.

Eventualmente, a organização de eventos esportivos entre universidades e cursos se instaurou nos demais estados brasileiros e se tornou parte importante da cultura universitária nacional. As atléticas são definidas como entidades independentes responsáveis por promover e coordenar atividades de cunho esportivo nas universidades, em diversas modalidades.

Assim como, por encorajar a integração e interação dos alunos que compõem os cursos, com a realização de festas, atividades extracurriculares, eventos para comercialização de produtos da atlética, e entre outros. Ademais, as atléticas passaram a ser conhecidas não apenas

por suas atividades básicas, mas pelo objetivo de beneficiar os alunos e a comunidade com atividades filantrópicas sem fins lucrativos.

Além do incentivo à prática de esportes e a integração dos alunos de diversos cursos e instituições, as atléticas também promovem ações sociais que contam com o engajamento dos alunos e muitas vezes a mobilização da comunidade. Em Roraima, a primeira atlética foi fundada em 2017 pelo curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR), denominada Associação Atlética Acadêmica

Desbravadores. Posteriormente juntaram-se a ela, a Associação Atlética Acadêmica Guerreira, representante do curso de direito da UFRR, e a Associação Atlética Acadêmica Voraz do curso de medicina da Universidade Estadual de Roraima, que consolidaram a base da cultura esportiva acadêmica no estado e incentivaram outros cursos a buscarem sua representação no meio esportivo.

Nos anos de, 2018 e início de 2019, 31 atléticas foram fundadas representando 6 universidades presentes no estado. Ainda em 2019 houve a criação da Liga das Atléticas de Roraima (LARR) que sediou os primeiros Jogos Interatléticas (JIA) e contou com 623 atletas de 13 atléticas diferentes. No âmbito estadual, nenhum evento de cunho esportivo estudantil conseguiu reunir tantos atletas, exceto os Jogos Escolares da Juventude, que contam com o apoio do governo do estado, contendo alimentação, hospedagem e transporte para alunos do interior.

Durante os preparatórios do carnaval (CarnaBV) de 2020, algumas atléticas foram convidadas a participarem de blocos como meio aliciente da participação efetiva dos seus associados e todos aqueles que querem pertencer a uma atlética e conseqüentemente, de um curso de ensino superior.

Cada curso conta com seu amálgama social e em virtude disso transforma os gostos dos seus associados, em parcerias com empresas locais, gerando assim uma via de mão dupla, onde tal atlética divulga a marca e/ou o comércio em troca de descontos e/ou promoções para seus associados. Nesta esfera as mais diversas parcerias surgem para apoiar o mais variado tipo de empreendedor local gerando uma dupla satisfação.

As atléticas têm parcerias com comércios, bares, restaurantes, lanchonetes, lojas varejistas, clínicas odontológicas, farmácias e entre outros, tudo para benefício de seus associados e ajudando a fomentar o comércio de Roraima. Em mais um escopo de sua atuação para além dos muros das Universidades, temos as ações filantrópicas realizadas com a sociedade em geral, como doações de alimentos e roupas, treinos abertos e aulas para crianças, bem como o apoio da liga em qualquer ação neste âmbito.

Metodologicamente, este trabalho reuniu suas informações aqui expostas através de entrevistas com os presidentes das atléticas, com seus diretores e alguns associados, onde conseguimos demonstrar com clareza que uma valorização da cultura e do esporte roraimense gerará um ciclo de consumo e investimento beneficiando a sociedade como um todo.

Conclui-se, portanto, que a falta de aporte do estado em termos sociais deixou um espaço por muito tempo vazio, que nos últimos dois anos passou a ser preenchido pelas atléticas com o intuito de resgatar e disseminar as atividades esportivas para a população, propondo-se como uma atração economicamente viável, uma vez que políticas públicas tem como um dos seus objetivos, promover o bem-estar social.

Palavras-chave: atlética; ensino superior; esporte; universidades.

CAPÍTULO 5

Políticas Públicas: Agendas Sanitárias

O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: MUDANÇAS E EFEITOS

Lorena Vasconcelos Moraes

Clinton Junior George

O setor público de saúde brasileira passou por grandes transformações ao longo da história, por se tratar de um campo importante de atividade econômica gera muitas disputas e conflitos de interesse em diferentes âmbitos. O financiamento do mesmo aconteceu de forma gradativa recebendo um maior destaque a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao longo da história, o que se observa é a transição gradual de um modelo essencialmente privado, onde o Estado apenas agia diante de epidemias com ações de caráter preventivo, para um modelo de intervenção social, onde se define a saúde segundo os moldes da Constituição Federal (CF) de 1988 como "um direito de todos e um dever do Estado".

A implantação do SUS foi estabelecida como responsabilidade dos âmbitos federal, estadual e municipal, portanto, a gestão e o seu financiamento são compartilhados entre os mesmos. Cada município e estado aloca seus recursos para as ações de saúde do seu sistema local, resultando em disputas por recursos, pois sempre que aumentam os custos para uma atividade é necessário diminuir de outras.

A partir dos anos 2000, o investimento no SUS passou a depender do mesmo montante aplicado no ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Durante esse período o PIB apresentou oscilações, com momentos de crescimento como observados nos anos de 2004 a 2008 que registrou uma média anual de 4,7% resultando na ampliação dos programas de redistribuição de renda e momentos de queda como em 2009 apresentando -0,3%, consequência da crise financeira

internacional de 2008, e em 2015 com queda de 3,8% em relação ao ano anterior provocando um aumento da inflação e do desemprego.

Contudo, durante esse período os gastos federais em saúde cresceram, permanecendo ainda assim a insuficiência de recursos que se apresentam muito aquém a necessidade. Nos últimos anos, têm-se desenhado um caminho pelo qual o financiamento do sistema de saúde deve percorrer, em 2015 houve a aprovação da Emenda Constitucional n° 386 e da Lei n° 13.097 que permite a abertura ao capital estrangeiro e a participação de empresas na assistência à saúde de forma direta ou indireta e em 2016 a promulgação da Emenda Constitucional n° 95 que limita os gastos em serviços primários por 20 anos.

Na prática há uma retração do financiamento ao SUS e o incentivo ao investimento privado. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a saúde no país estão sofrendo um retrocesso social e econômico quando se fala em atendimento à população que depende da assistência de saúde pública em prol de renúncias fiscais e mercados privados da área de serviços de saúde.

Com isso, justifica-se a necessidade deste estudo para demonstrar que políticas públicas sociais como a da saúde são diretamente influenciadas pelas políticas econômicas de governo e também influenciadas por aspectos internacionais.

O objetivo desta pesquisa é apresentar um panorama da participação do Estado no setor público de saúde brasileira dando ênfase na criação e financiamento do Sistema Único de Saúde - SUS, demonstrando como a política econômica nacional influencia diretamente nas ações de saúde pública.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de revisão bibliográfica e estudos de casos sobre o financiamento do SUS. As informações foram retiradas de sites como do Ministério da Saúde e Agência IBGE, assim também como de alguns artigos acadêmicos.

Dos resultados positivos, é relevante os avanços em políticas de saúde favorecidos pela criação do Sistema Único de Saúde, algumas até reconhecidas. Como exemplos bem sucedidos pela Organização Mundial

da Saúde como a efetividade da política brasileira de controle do tabaco e o Programa Nacional de Imunizações com a estratégia de vacinação para toda a população que resultou na erradicação de várias doenças no país.

Dos resultados negativos, o subfinanciamento do SUS tem sido responsável pelo comprometimento da oferta de serviços de saúde com boa qualidade assim como o cumprimento do princípio de saúde universal e de dever do Estado, restringindo as suas possibilidades na promoção da redução da exclusão social e de desenvolvimento.

Conclui-se que as políticas públicas voltadas à saúde no país são diretamente afetadas por falhas de decisões políticas, as quais envolvem a gestão dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde, falta de ações políticas eficientes para torná-la adequada, bem como cortes e controle burocráticos de gastos.

Além disso, a arrecadação dos recursos resultantes de tributação de forma direta e indireta da população brasileira é garantida, entretanto, os bens e serviços ofertados pelo SUS são finitos e a demanda infinita.

Palavras-chave: financiamento; políticas governamentais; Sistema Único de Saúde.

ANÁLISE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA DURANTE O FLUXO MIGRATÓRIO DE VENEZUELANOS (2014-2019)

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Até o dezembro de 2019, foram mais de 4 milhões o número de migrantes venezuelanos que deixaram o seu país de origem. Dentre os principais destinos o Brasil, configura-se como o quinto maior receptor do continente Sul-Americano. Tal fluxo, entretanto, concentra-se no estado de Roraima onde devido suas características socioeconômicas sofre com o repentino aumento populacional, sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS)

Para tanto, tal pesquisa possui como objetivo analisar o SUS do estado de Roraima no contexto do fluxo migratório de venezuelanos no período de 2014 a 2019. Se o mesmo atendeu efetivamente as necessidades da população local e estrangeira e se as responsabilidades incumbidas aos poderes envolvidos (Federal, Estadual e Municipal) foram cumpridas para a salvaguarda dos dispostos na Constituição Federal (CF) sobre saúde pública.

Com base nessa conjuntura, a justificativa da presente pesquisa fundamenta-se, na estigmatização social local ao fluxo migratório para o estado Roraima como o principal responsável pela precarização do SUS da região.

Devido à contemporaneidade do assunto, a presente pesquisa foi realizada através de uma análise conjuntural e revisão documental, valendo-se da utilização de relatórios, decretos, artigos e jornais. No período de 2014 a 2017, foram registrados 62.113 atendimentos a venezuelanos nas unidades de saúde do estado, distribuídos anualmente, esses números mostram a crescente demanda por atendimentos no SUS da região, foram atendidos neste período em 2014 (766), 2015 (3.064), 2016 (7.457), 2017 (50.826), o que representa 4,2% dos 1.406.175 total de atendimentos realizados pelo estado neste período. Já nos anos de 2018 e

2019 foram registrados 111.060 e 9.377 atendimentos a venezuelanos, respectivamente.

Tais atendimentos, entretanto, se concentram principalmente na capital do estado, Boa Vista, que entre 2014 a 2019 atendeu 162.781? mil, enquanto que no interior foram atendidos 19.769? mil venezuelanos. Como consta no artigo 196 da CF de 1988 que trata da saúde pública, à União compete a aplicação de no mínimo 15% de sua receita líquida anual; os estados e o Distrito Federal devem aplicar no mínimo 12% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155, 157 e 159; já os municípios devem aplicar o mínimo de 15% dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159 da constituição.

Quando analisados os investimentos feitos pelo Governo Federal na área de saúde do estado de Roraima por meio do Fundo Nacional de Saúde percebe-se um aumento gradual nos montantes aplicados, 2014 (R\$ 147), 2015 (R\$ 162), 2016 (R\$ 233), 2017 (R\$ 251), 2018 (R\$ 331.2) e 2019 (R\$ 331.7), milhões. Ao analisar os investimentos feitos pelo Governo estadual a essa mesma área, através das estimativas da Lei Orçamentária Anual (LOA), percebe-se também um aumento gradual nos investimentos feitos pelo estado, exceto nos anos de 2018 e 2019 os quais permanecem estáticos: 2014 (R\$ 364.3), 2015 (R\$ 424.2); 2016 (R\$ 456.4), 2017 (R\$ 504.5), 2018 (R\$ 647.4) e 2019 (R\$ 647.4) milhões.

Na esfera municipal de Boa Vista, os investimentos na área de saúde permaneceram entre as pastas com a maior previsão de gastos, de acordo com as LOAs: 2014 (R\$ 84.2), 2015 (R\$ 107.9), 2016 (R\$ 206.4), 2017 (R\$ 192.8), 2018 (R\$ 234.7) e 2019 (R\$ 230.7) milhões. É perceptível, uma diminuição nas aplicações na área da saúde no ano de 2017, entretanto, configurou-se ainda maior do que os investimentos nos períodos de 2014 e 2015.

Quando analisados os dados dos questionários aplicados a respeito da opinião dos usuários quanto aos serviços fornecidos pelas principais unidades de saúde do município de Boa Vista no ano de 2019, percebeu-se que 34% dos entrevistados avaliam as UBSs como péssimas, 33% como regular e 11% como boas ou ótimas. Já ao Hospital Geral de

Roraima, 19% avaliaram como péssimo, 8% como regular e 3% como bom ou ótimo.

Como resultado tais dados mostram uma progressiva melhora nos serviços de atendimento à saúde do estado de Roraima, tendo em perspectiva o progressivo aumento de investimento nesse setor, ao mesmo passo de um progressivo aumento no seu número de usuários. Por outro lado, representantes políticos e a sociedade civil reverberam (nas mídias locais) discursos sobre a incapacidade e a defasagem do sistema de saúde do estado, principalmente o da capital, em lidar com o aumento na demanda devido ao fluxo migratório, o que contraria os dados de investimento na saúde apresentados anteriormente.

Tais análises revelam duas perspectivas de conclusão: (1) houve um aumento gradual nos investimentos na área da saúde por parte dos Governos, entretanto, os mesmos não foram suficientes para lidar com a demanda; (2) os investimentos previstos a esse setor não foram de fato aplicados, sob a possibilidade de desvios em corrupção. Ambas as teorias explicam assim, o paradoxo entre os investimentos progressivos na área da saúde do estado de Roraima e os discursos negativos sobre a qualidade dos serviços prestados pelo SUS.

Palavras-chave: migração; Roraima; SUS; Venezuelanos.

IMPACTO DO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO DA GESTÃO EM SAÚDE DE RORAIMA: DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA A PANDEMIA PELA COVID-19

Otávio Penna Pellizzetti

Renan da Silva Bentes

Marcelo Caetano Hortegal Andrade

A partir do ano de 2015, Roraima tem vivido uma crise político-econômica, devido à grande imigração venezuelana, a hiperlotação das unidades de saúde locais são uma consequência, que está sendo agravada pela pandemia da COVID-19.

Este trabalho visa explorar a escassez dos recursos locais, como o número limitado de leitos. Logo, verifica-se a necessidade de avaliar o impacto do cenário local para fins de tomada de decisão pela gestão pública de saúde no estado roraimense para enfrentar à COVID-19 com ênfase na quantidade de leitos hospitalares e ferramentas econômicas disponíveis.

A metodologia da pesquisa apresenta característica exploratória, descritiva quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, a partir de revisão bibliográfica e documental do BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde) e PUBMED (Biblioteca Virtual de Medicina dos Estados Unidos) bem como dos sites de noticiários locais e nacionais.

A cidade de Wuhan, epicentro da pandemia da COVID-19 na China, mostrou a necessidade de um enorme empenho por parte do Estado quanto à contenção da transmissão da doença e criação de estruturas de saúde com um total em termos de infectados e óbitos.

Outrossim, apesar do isolamento social pelos chineses, esse país apresentou números exponenciais de contaminados que exigiram a construção de um hospital em tempo recorde de 10 dias e alertou os

governos mundiais quanto ao isolamento social e ações nesse âmbito. Após isso, a pandemia da COVID-19 atingiu o Brasil em todos os estados.

Assim, a taxa de infectados e óbitos no Brasil é maior que a da China após a queda do ápice da pandemia nesta. Além disso, nota-se que a taxa de infectados em Roraima é cerca de 2,5 vezes maior que a nacional, implicando em sérias medidas de gestão pública a nível local, o que deflagrou medidas de isolamento social, como o fechamento de comércios não destinados a venda de produtos de primeira necessidade, uso obrigatório de máscaras neles autorizados ao funcionamento e recomendação de máscaras a população que precisar por motivos adversos a saírem de suas residências.

É notável a situação de lotação com relação aos leitos e recursos médicos insuficientes, devido a migração venezuelana. Mesmo com a Operação Acolhida, o número de imigrantes em condição de vulnerabilidade social ainda é grande. Além disso, a disseminação de doenças é presente, a exemplo das síndromes respiratórias, o sarampo e atualmente a COVID-19.

Conclui-se que o *boom* migratório e a pandemia da COVID-19 acarretaram em uma grave sobrecarga sobre o sistema de saúde, bem como em onerosos custos à máquina administrativa roraimense, imprescindíveis para garantir o direito à saúde. Observou-se, ademais que a pandemia abriu brechas de superfaturamento na compra emergencial de produtos e equipamentos para as unidades de terapia intensiva, os quais estão em investigação.

Palavras-chave: COVID-19; imigração; pandemia; sarampo; sistema de saúde.

POLÍTICA PÚBLICAS E O RETORNO AO SARAMPO: UMA VISÃO DE GESTÃO EM SAÚDE SOBRE A COBERTURA VACINAL E IMIGRAÇÃO VENEZUELANA

Renan da Silva Bentes

Joana de Sousa Resende

Marcelo Caetano Hortegal Andrade

Desde o ano de 2016 passou a haver imigração em massa de venezuelanos como resposta a atual crise econômica nesse país. E ainda no ano de 2020, mesmo o Brasil sendo atingido pela pandemia COVID-19, a diáspora venezuelana continua e revela uma necessidade por parte de Roraima de organização quanto à gestão em saúde bem como indica a relevância de se criar parcerias com órgãos da esfera federal.

Assim, foi criada a Operação Acolhida, uma ação liderada pelas Forças Armadas e apoiada pela Secretaria de Estado da Saúde, ONGs e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Não obstante a todos os esforços houve a reintrodução do sarampo, uma doença infecciosa de enorme importância pública.

Estudar o impacto público dessa doença justifica-se pelo fato de ser uma síndrome respiratória de alta transmissão e mortalidade e que necessita de ampla cobertura vacinal como medida profilática de rumo a erradicação. Nesse contexto, é analisada essa doença infecciosa respiratória e suas implicações públicas como fator de impacto na sociedade a partir da diáspora venezuelana, constituindo-se no objetivo do presente trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui uma natureza exploratória, descritiva e quantitativa quanto à coleta e qualitativa em relação a análise dos dados, a partir de revisão bibliográfica e documental por meio do MEDLINE (Sistema de Recuperação de Literatura Médica), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PUBMED (Biblioteca Virtual de Medicina dos

Estados Unidos) e estudo de documentos oficiais da Secretaria de Estado de Saúde de Roraima e Ministério da Saúde do Brasil cuja análise está voltada ao retorno do sarampo ao Estado.

Os resultados da pesquisa indicam que o sarampo é estabelecido pelo Ministério da Saúde como uma doença de notificação compulsória, possuindo no país vigilância integrada em todos os estados desde 1999. A Organização Pan-Americana de Saúde nos anos de 2016 e 2017 alertou a respeito da reintrodução do sarampo ao Brasil tanto devido à cobertura vacinal insuficiente a nível estadual quanto à imigração venezuelana.

Já em 2018 um surto de sarampo iniciou no mês de fevereiro de 2018 com 357 casos positivos e quatro óbitos da doença em Roraima. Em 2017, um estudo realizado no Estado sobre a cobertura vacinal dos últimos 20 anos revelou esta como insuficiente e grave, pois a taxa de vacinação foi de 45,55%, o que aponta para vulnerabilidade imunológica da população e maior chance em contrair a doença.

Conclui-se que a imigração venezuelana composta por indivíduos não vacinados exacerbou um problema anteriormente existente: Esta população somada a parcela brasileira sem cobertura vacinal deflagrou a disseminação da doença no ano de 2018.

A Operação Acolhida, implementada pelo Governo Federal no início de 2018, busca atuar sobre a crise humanitária decorrente da imigração venezuelana. A construção de abrigos e assistência em saúde por esse programa a fim de diminuir a aglomeração dos refugiados bem como condições essenciais de vida aponta para um impacto positivo na diminuição da transmissão do sarampo, pois o surto desta doença foi contido e se mantém inerte.

A manutenção e extensão da Operação Acolhida e investimento em políticas públicas que possibilitem maior cobertura vacinal tanto da população roraimense quanto venezuelana se apresentam como ações alternativas fundamentais para impedir novos surtos de sarampo.

Palavras-chave: cobertura vacinal; imigração; Operação Acolhida; sarampo.

ESTUDO DOS CASOS DE GRAVIDEZ ECTÓPICA NO HMINSN NOS ANOS DE 2017 E 2018

Ana Carolina Gonçalves Pires

Cynthia Dantas de Macedo Lins

A gravidez ectópica é uma condição médica recorrente. É causa importante de morbidade e mortalidade materna, especialmente em países de baixa e média renda, onde a grande parte das pacientes apresenta ruptura tubária tardia e comprometimento hemodinâmico.

Frente a determinação da prevalência e do perfil epidemiológico das gestações ectópicas no estado de Roraima, este trabalho tem o objetivo de evidenciar, de forma atualizada, o perfil das pacientes atendidas e as principais técnicas e condutas na abordagem desses casos, no Hospital Materno-infantil Nossa Senhora de Nazareth (HMINSN), em Boa Vista – RR, nos anos de 2017 e 2018.

Trata-se de uma pesquisa observacional, transversal e quantitativa, iniciada após aprovação e liberação pelo CEP-UFRR, sob parecer de número 3.725.814. Foram selecionados para o estudo 151 prontuários, 76 do ano de 2017 e 75 do ano de 2018. Nos anos de 2017 e 2018, incidências de gravidez ectópica foram de 0,82 e 0,71% respectivamente.

As pacientes tinham idade entre 15 e 40 anos, com média de 26,8 anos. 74,42% das ectópicas ocorreram a partir de uma segunda gestação e 6,97% apresentaram gravidez ectópica anterior. A idade gestacional (IG) média foi de 6,78 semanas; 60,28% se encontravam com IG entre as 6 e 8 semanas. 95,36% estavam localizadas nas trompas uterinas e 4,6% nos ovários. 79% encontravam-se rotas no momento do diagnóstico.

O tratamento cirúrgico foi realizado em 98,01% dos casos, e as 3 pacientes tratadas inicialmente de forma clínica, precisaram ser abordadas cirurgicamente, pois o metotrexato (MTX) não foi resolutivo para o quadro. O período médio de internação foi de 3,7 dias; 29,13% das

pacientes precisaram de transfusão de hemoderivados durante a internação. Não foi registrado nenhum óbito.

O maior conhecimento sobre os números da GE no Estado é importante para implementar melhorias na assistência prestada. Diante dos dados encontrados no serviço e das comparações feitas com estudos e a literatura científica, observamos que a forma de conduzir os casos é semelhante aos diversos outros serviços, dentro e fora do país, e que temos dificuldade semelhante em diagnosticar a GE antes da rotura para instituir um tratamento mais conservador que preserve o futuro reprodutivo da paciente.

Esbarramos no fato de que o exame quantitativo do β -HCG não está disponível de forma rápida dentro do serviço, gerando insegurança à equipe de saúde para adotar o tratamento clínico com o MTX. Além de criar ambiente favorável para que o profissional de saúde se sinta seguro para tratar suas pacientes clinicamente, a educação em saúde deve ser estimulada através da orientação, para homens e mulheres, a respeito da GE e de condições que aumentem o risco da patologia, como infecções do trato genital. Devem-se estimular, também, ferramentas para uma melhor investigação epidemiológica nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Boa Vista; gravidez; gravidez ectópica; maternidade pública; obstetrícia.

POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SANEAMENTO NO COMBATE ÀS ARBOVIROSES

Alexsandra Araujo de Castro

Elton Carlos de Oliveira Borges

Elói Martins Senhoras

As arboviroses são motivos de grande preocupação para à Saúde Pública, essas são doenças virais são transmitidas ao homem por insetos. Atualmente, o mosquito *Aedes aegypti* é o principal transmissor de diversas arboviroses, entre elas destacam-se a dengue, a chikungunya, zika e a febre amarela. A situação atual e preocupante das arboviroses reflete um complexo contexto, no qual interagem entre si ineficácias gerais de atuação do poder público e da sociedade em geral.

Nesse sentido, a formulação de políticas públicas é de grande importância, porque através desta identifica-se o problema; definem-se as necessidades; formulam-se as alternativas e análises de possíveis soluções. A pesquisa tem como objetivo conceituar o que são políticas públicas e abordar acerca da importância desta para à saúde e também identificar as políticas voltadas para o saneamento básico já que este está relacionado com as arboviroses e é um fator muito importante e também as políticas voltadas em relação às arboviroses.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apoiada uma revisão da literatura de artigos publicados na plataforma Google Acadêmico que abordaram políticas públicas e seu conceito, destacando a importância do saneamento no combate as arboviroses e as políticas públicas existentes para este problema.

As políticas públicas estão relacionadas com a questão do planejamento no setor público nas mais diferentes áreas, como saúde, educação, lazer, cultura, moradia, transporte, segurança, assistência social dentre outras, são conjuntos de ações e decisões tomadas pelos governos,

sendo que a qualidade deste planejamento e sua efetivação estão totalmente ligadas à nossa qualidade de vida, entretanto nem sempre chega de forma igualitária a todos.

Em relação às políticas de saneamento, o que se vê é uma deficiente cobertura, o que acarreta em pesados custos econômicos principalmente no que se refere ao sistema de saúde, esses fatores influenciam de maneira direta no desenvolvimento do país. Sendo assim, uma política de saúde correta deve ser desenvolvida no sentido de eliminar as causas, mais do que curar as doenças, já que a prevenção é melhor economicamente.

Para que isso se torne possível, é necessário incluir outras políticas que sejam eficazes. No que se refere às políticas públicas voltadas para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de arboviroses, elas existem, como a Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC), como uma estratégia essencial do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes* e à Microcefalia (PNEM), o Telessaúde que oferece suporte para esclarecimento de dúvidas sobre identificação de focos do mosquito transmissor além da mobilização da população para o enfrentamento ao vetor, porém é preciso unir-se a outras áreas, pois somente isolada não é capaz de solucionar esse problema.

A proliferação de doenças relacionadas ao saneamento e a morbidade até mesmo a mortalidade é inaceitável, o que recomenda que as políticas públicas a serem implementadas governo federal devam dar prioridade absoluta à questão do saneamento.

Conclui-se que se faz necessário políticas públicas que sejam aplicadas de forma integrada no combate à disseminação do mosquito transmissor das arboviroses, porque a partir do momento que se der maior importância a essas questões e deixar de dar tanta importância a questões menores (vasinho da planta, quintais) e com medidas de prevenção, não se tenha mais doenças cuja transmissão, controle e prevenção estejam relacionados à ausência ou precariedade de saneamento básico.

Palavras-chave: Brasil; prevenção; saneamento; saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA COMUNIDADE INDÍGENA MILHO, REGIÃO BAIXO SÃO MARCOS (RR)

Eliseu Adilson Sandri

Francimar Bezerra Dionisio

Diante do agravamento dos problemas ambientais e da ineficácia de políticas públicas voltadas para o planejamento da destinação de resíduos sólidos rurais, o desafio ambiental se insere num contexto emblemático que urge por ações políticas capazes de reverter ou ao menos mitigar os impactos que se colocam como ameaçadores da qualidade de vida humana e da sustentabilidade ambiental.

Nas comunidades indígenas, o mais preocupante é que os produtos industrializados, além de ser crescente o seu consumo, necessitam de um longo tempo para sua decomposição, tais como: papel, cerca de três meses; filtro de cigarro, de um a dois anos; gomas de mascar, madeira pintada, náilon, latas de alumínio, plástico, fraldas descartáveis, vidro, borracha, dentre outros.

As políticas públicas voltadas às questões ambientais se colocam como fundamentais para que as comunidades indígenas possam caminhar rumo a um desenvolvimento ambientalmente sustentável, que seja capaz de contrapor-se ao crescente quadro de degradação ambiental que afeta a vida de toda a sociedade e coloca em risco a saúde pública e o equilíbrio dos recursos naturais.

Baseado nesta problemática, a educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos se insere como parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos em comunidades indígenas de Roraima, na qual é praticamente inexistente.

Tomando como referência esta discussão, o objetivo desta pesquisa é criar uma ferramenta de promoção da saúde e qualidade de vida dos povos indígenas da comunidade Milho, região Baixo São Marcos em Roraima através de um programa de Educação Continuada. Para a realização deste estudo foram realizadas as seguintes intervenções metodológicas:

a) Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, visita de campo e coleta de informações de dados secundários em órgãos públicos sobre os principais atores da Política Nacional de Resíduos Sólidos em relação à destinação final dos resíduos sólidos em comunidades indígenas;

b) Ações educativas relacionadas aos resíduos sólidos de uma maneira geral com a participação de alunos, professores, instituições públicas convidadas e comunidades em geral. (oficinas, rodas de conversa, mutirão de coleta de lixo, jogos educativos e outros);

c) Realizou-se a classificação dos tipos de resíduos sólidos existentes na comunidade divididos em: resíduos orgânicos; resíduos recicláveis e secos; resíduos de rejeitos ou indiferenciados; resíduos perigosos/químicos e resíduos da Construção Civil.

Os resultados da pesquisa apontam que diante das ações educativas aplicadas como instrumento de transformação, o problema mais relevante relacionado à problemática dos resíduos sólidos refere-se a falta de informação das pessoas sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente. E com base nas atividades sócio-educativas-culturais realizadas através de palestras, rodas de conversa, jogos educativos e outros, percebeu-se uma melhor percepção dos povos indígenas da comunidade, quanto aos aspectos do processo saúde-doença e de aspectos ambientais sustentáveis.

Com relação à classificação dos Resíduos Sólidos existentes na comunidade Milho, pode-se concluir que a maioria dos resíduos gerados consiste de materiais recicláveis: papelão, plástico, garrafas pet e papel. Quanto aos resíduos orgânicos, foi possível evidenciar que eram constituídos principalmente de restos de alimentos como cascas de frutas, verduras, pó de café e ervas.

Foi constatado que a maioria das famílias não tinha compreensão sobre o que poderia ser reaproveitado, associando o lixo como algo que não tinha mais utilidade e que as famílias jogavam fora.

Conclui-se, por meio do exposto, que a questão dos Resíduos Sólidos envolve diversas esferas, as quais possuem relação direta com a qualidade de vida da população, bem como com os princípios da sustentabilidade, já que o consumo responsável faz que se reduza de forma significativa a quantidade de resíduos gerada.

A partir da experiência vivenciada frente aos grandes impactos ocasionados pelo manejo inadequado dos resíduos sólidos na comunidade indígena Milho, este trabalho é apresentado como um dos grandes desafios que perpassam a atual realidade regional.

É importante que as lideranças indígenas, governo, universidades e iniciativa privada se unam para melhorar a qualidade de vida dos moradores das comunidades indígenas, na busca de instrumentos sólidos para a minimização de impactos ambientais e riscos à saúde destes povos.

Palavras-chave: comunidade indígena; educação ambiental; políticas públicas; resíduos sólidos; Roraima.

ATUAÇÃO INDÍGENA: ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO DE PEQUENO PORTE NA COMUNIDADE INDÍGENA MALACACHETA, CANTÁ-RR

Diana Calixto da Silva

Naiane Souza da Silva

Eliseu Adilson Sandri

A gestão de resíduos sólidos em comunidades indígenas é um tema pouco estudado, porém de grande relevância para a sociedade, tanto no que diz respeito a essas populações crescentes e repletas de especificidades, como no que diz respeito ao meio ambiente, pois, apesar de serem sociedades difusas, cada vez mais sua contribuição na geração de resíduos vem aumentando significativamente.

A importância do desenvolvimento deste trabalho justifica-se pela necessidade que as comunidades indígenas de Roraima têm, com o passar dos anos, sobre o quantitativo de resíduos sólidos gerados na região, no entanto, a produção desgovernada destes, o não tratamento e a destinação incorreta têm causado danos à saúde dos indígenas e ao meio ambiente, talvez irreparáveis, tornando assim relevante o estudo da viabilidade da implantação de um aterro sanitário de pequeno porte, para minimizar os problemas causados pelo lixo, buscando maior proteção à saúde pública, da qualidade ambiental sustentável e principalmente da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas comunidades.

Assim, o respeito ao direito do meio ambiente equilibrado implica, necessariamente, na defesa do direito à vida, que é o mais básico dos direitos fundamentais, nele se inserindo, por visar diretamente à qualidade de vida como meio de atingir a finalidade de preservação e proteção à existência, em qualquer forma que a mesma se manifeste, bem como condições dignas de existência à presente e às futuras gerações destes povos.

O objetivo desta pesquisa está orientado à implementação de um projeto de aterro sanitário de pequeno porte como alternativa de solução dos problemas com resíduos sólidos na Comunidade Indígena Malacacheta, município de Cantá (RR). O projeto foi desenvolvido metodologicamente em três etapas: A primeira etapa constituiu-se na revisão de literatura técnica e científica com o objetivo de conhecer as tecnologias de aterros de pequeno porte para a disposição de resíduos sólidos em comunidades indígenas.

A segunda etapa foi a escolha da área: análise topográfica; investigação geotécnica do solo de fundação que consiste em conhecer a profundidade do nível d'água; avaliação da permeabilidade do solo para determinar o coeficiente de permeabilidade da água através do solo; caracterização climatológica da região, onde foram observados e coletados dados sobre os valores médios de temperatura, regime de chuvas, precipitação pluviométrica, evapotranspiração, direção e intensidade dos ventos; quantificação de resíduos sólidos com projeção do crescimento desta população em consonância com a produção per capita de resíduos na comunidade.

A terceira etapa analisou-se a viabilidade técnica da implantação do aterro. Como resultados práticos deste projeto, definiu-se que os resíduos sólidos deverão ser dispostos no aterro em células de altura de 70 cm. Para atender a demanda do aterro, foram sugeridas as dimensões das células para cada dia de jornada de trabalho: Largura: 10 m; Comprimento: 5 m; Altura: 0,35 m; Volume da célula: 17,5 m³.

O volume da célula compatível com o volume de resíduos que chegam ao aterro, de acordo com o consumo de resíduos gerados pela comunidade, que é em torno de 1 toneladas/dia. A impermeabilização oferece revestimento mineral, que pode ser feito com solos argilosos, que atende o requisito mínimo, que consiste em uma camada simples de revestimento mineral, ou camada de solo compactado revestido com material sintético.

Quanto à compactação, em se tratando de um aterro de pequenas dimensões, foi executado de forma manual ou por meio de compactador mecânico de menor porte, neste caso, a compactação se deu pela utilização

de compactação manual. Toda a área que abriga o aterro deve ser cercada para definir, principalmente seus limites físicos e impedir o acesso de animais domésticos e pessoas estranhas à área de operação.

O empreendimento foi considerado viável, dentre os custos envolvem: Aquisição da área, impermeabilização e drenagem, equipamentos, cercamento, mão de obra. De acordo com análise de viabilidade técnica, resultou em um custo total de R\$ 21.000,00, com vida útil de 10 anos, de acordo com o estimado pela NBR 10.157/1987.

Conclui-se com base neste projeto que o aterro sanitário é uma forma de disposição dos resíduos sólidos menos danosa ao meio ambiente. Ele envolve diversas camadas de proteção que impedem o contato dos efluentes provenientes da biodegradação da matéria orgânica.

Embora a construção de aterro sanitário faça parte de uma estratégia voltada para a proteção ambiental e de promoção à saúde, todas as precauções devem ser tomadas para que sua execução resulte no menor impacto ambiental possível, com uma alternativa viável, de custos otimizados para comunidades de pequeno porte.

Palavras-chave: aterro sanitário; comunidade indígena; políticas públicas; Roraima.

LOGÍSTICA REVERSA E DESCARTE SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA FARMACÊUTICA EM BOA VISTA/RR

Priscilla Brito de Souza

Waltencir Barroso Simão

As novas tecnologias vêm proporcionando pesquisas, tratamento e cura de vários tipos de doenças, o consumo de medicamentos pela população cresce a cada dia. Após o tratamento, as embalagens e medicamentos não utilizados, são jogados no lixo sem critérios de descarte. As organizações buscam se adequar e colocar em prática os 5R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Reeducar, Replanejar), como intuito de adotar estratégias para que, ao mesmo tempo obtenham lucros e atendam a preservação ambiental.

Em 2010 foi sancionada a Lei 12.305 - Política Nacional de Resíduos Sólidos que apresenta vários objetivos, portanto, gerenciar resíduos passou a ser primordial para a preservação ambiental. Em 2016, o Conselho Federal de Farmácia - CFF, instituiu um Grupo de Trabalho de descarte de medicamentos e logística reversa, com o objetivo de subsidiar tecnicamente as diversas comissões do CFF e dos CRFs.

Em cidades com pelo menos 30 mil habitantes, drogarias e farmácias, ficam obrigadas a manter, dentro de seus estabelecimentos, pelo menos um ponto de coleta de medicamentos, para que o consumidor deposite as sobras dos produtos pós-uso, em desuso ou vencidos. Essa determinação é uma das maneiras de favorecer a participação do consumidor e garantir o sucesso da logística reversa.

Apesar do desenvolvimento da sustentabilidade auxiliada à logística reversa, essa conscientização não é muito difundida na cidade de Boa Vista/RR, sendo negligenciada, o que acarreta em produtos descartados de forma incorreta, causando danos ao meio ambiente. Portanto, esse estudo abordou o descarte sustentável e responsável de

resíduos farmacêuticos através da logística reversa: um estudo de caso de uma empresa farmacêutica em Boa Vista/RR, tornando-se necessário para o entendimento, incentivo e prática de modelos sustentáveis.

A pesquisa se justifica no intuito de futuras contribuições com trabalhos acadêmicos e estudos para políticas públicas ambientais. Portanto, o objetivou-se com essa pesquisa o entendimento do processo de descarte de resíduos farmacêuticos como prática sustentável, especificamente a identificação dos meios de conscientização no descarte de medicamentos, averiguação das estratégias no descarte de produtos vencidos com o consumidor e o entendimento do uso logística reversa da empresa.

Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi entrevistado o coordenador geral de uma rede de farmácias de grande porte na cidade de Boa Vista/RR. Os resultados apresentados apontam para futuras discussões, entendimentos e análise de Políticas Públicas Ambiental no Estado.

Nesse sentido, a pesquisa indica que antes da Lei 12.305 ser sancionada, não havia na empresa o descarte de forma adequada, somente com a atuação da ANVISA, tomaram-se providências, para o processo de recolhimento e incineração desses medicamentos que estariam fora do prazo de validade, e que o processo de recolhimento ocorre um mês antes do vencimento. Identificou-se que a empresa possui coletas seletivas em suas lojas, e entende que sem o descarte correto dos resíduos farmacêuticos, estará contribuindo para a degradação ambiental, causando danos irreversíveis.

Observou-se que a empresa possui um departamento específico para coletas seletivas, que atua desde o recolhimento até o descarte final do material. Sobre o recolhimento de produtos vencidos junto ao consumidor e a instituições locais ligadas à saúde, a empresa faz doação de caixas de papelão que se utiliza como embalagens para os transportes de medicamentos vencidos.

Identificou-se que o processo de logística reversa da empresa, se inicia na seleção dos resíduos farmacêuticos e hospitalares e acontece através do envio por via aérea do material coletado, até o depósito da sede,

na cidade de Fortaleza, onde uma empresa cadastrada faz a incineração, já que o município de Boa Vista não possui suporte técnico e ambiental para o recolhimento e incineração.

Conclui-se que a empresa pesquisada, usa como estratégia, a conscientização junto a população e os incentiva a levar seus medicamentos vencidos para um ponto de coleta em qualquer loja da organização, assim como também recebe resíduos de unidades de saúde do município. Conclui-se que na empresa, acontece todas as fases da logística reversa, desde o seu recolhimento, transporte, destino final e a incineração por uma empresa especializada em outro Estado.

Observou-se que o município não possui estrutura e destinação final adequada a esses materiais, ficando todos os tipos de resíduos em lixões comuns. Conclui-se que, a logística reversa surge como grande alternativa no que se refere ao destinação correto de resíduos farmacêutico, que as políticas ambientais em Boa Vista ainda são tímidas.

Por fim, sugere-se que se desenvolvam ações mais efetivas, com criação de leis e práticas para o descarte consciente e correto desses materiais, contribuindo assim, para a execução das políticas públicas ambientais que o município necessita.

Palavras-chave: descarte; farmácia; logística reversa; resíduos.

CAPÍTULO 6

Políticas Públicas: Agendas de Segurança e Defesa

A ANDORINHA E O TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA LAVRADO PELA POLÍCIA MILITAR

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

A necessidade do pensamento estratégico e do protagonismo para o sucesso de políticas públicas é, há muito, conhecida. A Andorinha e as Outras Aves, fábula de Esopo, escrita entre 620 A.C e 564A.C, nos exorta, como uma lição, acerca da necessidade de pensar estrategicamente, vale dizer, através da construção de cenários e possibilidades, bem como de, corajosamente, assumir a frente das proposições resultantes do sobredito exercício intelectual.

A constante aprovação de leis, decretos, atos normativos ou regulamentares em geral que autorizam a lavratura de termos circunstanciados de ocorrência, ou, simplesmente, TCO, como é conhecido na qualidade de Procedimento de Polícia Judiciária ou Civil, por policiais militares, tem causado inquietude e desconforto, mormente, entre os Delegados de Polícia que interpretam essa prática como uma afronta a prerrogativas e consequente mitigação de poder.

A revolta e a insatisfação dos Delegados de Polícia se traduz, não raro, em um irracional linchamento àqueles que manifestam posição contrária, independente dos argumentos que a sustentam, bem como, muito frequentemente, transfere para o Poder Judiciário a responsabilidade pela regulação da inexorável marcha pela lavratura dos sobreditos procedimentos pela Polícia Militar.

O deslocamento do eixo de regulação causa prejuízos incalculáveis a persecução penal *ex judicio*, ou seja, em última análise, espolia a própria sociedade que tem pago a conta, com altos impostos, da insegurança jurídica produto de uma doentia obsessão bilateral pelo poder. O trabalho *sub examine* tem por escopo demonstrar que a lição da Andorinha permanece válida nos dias atuais e que a prefalada temática subsuma-se à fábula.

É cediço que o anseio policial militar pela lavratura de termos circunstanciados de ocorrência é incontrolável e seu apetite pelo que julga ser um naco de poder é insaciável. Insta gizar que fatores laterais como a condescendência do Parquet, e, muitas vezes, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, isolada ou conjuntamente, desenha, com clareza solar, um caminho sem volta.

O cenário impõe à Polícia Civil uma mudança na postura, exige o despertar de uma consciência superior que a lastreie na condição de vanguarda das mudanças, garantindo a higidez na produção de informações criminais e a garantia do seu gerenciamento quando fruto de ações delituosas classificadas como de menor potencial ofensivo, e, portanto, sujeitas à lavratura de TCO, eventualmente, pela Polícia Militar.

A pesquisa fundamenta-se no método dialético-comparativo-legal e uma abordagem exploratória, caracterizada, tanto, pelo levantamento de dados por meio dos procedimentos de revisão bibliográfica, integrativa e documental, quanto, pela análise de dados por meio de hermenêutica jurídica e análise de conteúdo, tendo por desiderato a geração de conhecimento de aplicação prática para a tomada segura de decisões em casos análogos pelos gestores das Polícias Cíveis.

A resultante da pesquisa demonstra que existem, flagrante e lamentavelmente, dois lados opostos, as Polícias Civil e Militar, disputando um mesmo objetivo, a lavratura de TCO, cuja gana é historicamente alimentada pela falsa percepção de poder, pela judicialização indiscriminada que, de tempos em tempos, exsurge com a polarização da (i) legalidade da sobredita lavratura, e, principalmente, pela omissão da Polícia Civil em assumir o encargo de comandar a metamorfose do fluxo procedimental.

É consequência do estudo também a premissa de que a real compreensão do teatro de operações, com a assunção do encargo de capitanear as mudanças, favorece a população como beneficiária imediata da lavratura de TCO pela Polícia Militar, criando um ambiente propício para o autêntico *Empowerment* da Polícia Civil, d'outro giro, na qualidade de beneficiária mediata, posto que irá “incorporar” a seus quadros centenas, e, talvez milhares de “novos” policiais civis.

A Andorinha, por sorte ou misericórdia divina, enxergava o futuro, seus pares, as Aves, presas a valores limitados, desdenharam de suas ideias concernentes a unirem forças para a destruição das sementes de algodão e linho que poderiam, após a colheita, se tornar laços para eles mesmos.

Assim, a Andorinha, antes protagonista de um levante, e, ciente do posicionamento de suas companheiras, mais uma vez, como protagonista, muda estrategicamente suas ações e escreve o seu próprio destino, fazendo as pazes com os seres humanos e indo morar próximo a eles, livrando-se, portanto, do laço que posteriormente fora preparado para as outras Aves.

Em suma, a lição da Andorinha se presta a servir de vetor axiológico para os gestores das Polícias Civis, informando acerca do pensamento estratégico e da coragem para o exercício do protagonismo, virtudes primárias para o sucesso de qualquer política pública e essenciais, *in casu*, para a sobrevivência da Polícia Civil na qualidade de Instituição.

Palavras-chave: lavratura; Polícia Civil; Polícia Militar; Termo Circunstanciado de Ocorrência.

VIOLÊNCIA CONTRA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

A partir do estudo de grupos vulneráveis ao tipo caracterizado como violência doméstica e sexual sistêmica no território brasileiro, identifica-se o público infanto-juvenil, o qual, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) encontra-se situando entre 0 a 19 anos, como sendo um dos mais afetados pela sua brutal ocorrência. Tal tema é objeto constante de debates teórico-normativos multidisciplinares, incluindo o campo das Políticas Públicas.

Assim, o presente estudo se origina da relação entre a efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como é mais popularmente conhecida a Lei Federal nº 8.069/1990, na efetiva proteção contra a violência das crianças e adolescentes no Brasil. A presente pesquisa justificou seu desenvolvimento devido aos altos índices nacionais de violência contra vítimas infanto-juvenis e a necessidade de se avaliar a verdadeira efetividade do ECA como instituto de proteção aos mesmos.

Conforme os dados mais atualizados do DATASUS, único sistema integrado com dados disponibilizados sobre violência no Brasil, o total de 126.230 crianças e adolescentes foram vítimas de violência em território nacional em 2017. Então, o objetivo desta pesquisa é analisar os dados empíricos sobre o tema a partir da base de dados do DATASUS bem como a relação dos mesmos com o disposto no ECA, iniciando com um estudo sistemático do corpo da lei e em seguida uma análise do estado da arte científico sobre este instituto legal utilizando-se de um método histórico-legal-dedutivo.

Como resultados da pesquisa verificou-se que a lei trata de vários assuntos e não somente dos crimes contra as crianças e os adolescentes, e tais crimes encontram-se apenas nos seus artigos 225 ao 258 e versam sobre assuntos os quais vão da responsabilidades administrativas de

servidores das área médica, justiça e de segurança pública, até crimes praticados pela sociedade em geral como no artigo 238 com a promessa ou entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, ou até mesmo os artigos entre o 240 e o 242 cujo objeto é a punição à pedofilia ou pornografia infantil.

Dos artigos 245 até 258, o ECA trata das infrações administrativas dos responsáveis em zelar pelo bem estar do público infanto-juvenil, como pais, professores e médicos. Por outro turno, a análise pragmática do resultado da violência contra o público em estudo, como resultado da análise dos últimos dados disponibilizados pela base de dados nacional do DATASUS, os quais correspondem ao ano de 2017, resulta no seguinte:

Em 2017, o total de 27.960 crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual, a maioria foi do sexo feminino (86%) com maior incidência na faixa etária de meninas entre 10 a 14 anos (42%) e de meninos na faixa de 05 a 09 anos (41%). O total de 11.502 crianças e adolescentes vieram a óbito por violência em geral (exceto acidentes de trânsito) no mesmo ano.

Quanto à violência doméstica (incluindo a violência sexual), em 2017, foram 126.230 vítimas onde os principais agressores foram familiares ou conhecidos, incluindo amigos, genitores, irmãos e outros como policiais, professores, etc., destacando-se entre os familiares a genitora como principal agressora (50%).

Conclui-se com base nas discussões ora apresentadas nesta pesquisa que embora o ECA seja um divisor de águas na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e principal instrumento da efetivação do disposto nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal Brasileira (sobre o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão).

Verifica-se ainda, diante dos dados fáticos sobre a violência contra crianças e adolescentes, o distanciamento prático entre a teoria e a

realidade, demonstrando assim, a necessidade da atualização de dados estatísticos integrados sobre tais vítimas e de uma maior atuação e integração multidisciplinar, envolvendo as áreas da educação, saúde pública, assistência social, setor econômico para redução de desigualdades sociais, a sociedade em geral e o próprio governo, na efetivação de políticas públicas mais abrangentes para a diminuição da significativa vulnerabilidade a qual assola e atinge as duas primeiras décadas de vida das pessoas no Brasil.

Palavras-chave: DATASUS; Estatuto da Criança e do Adolescente; segurança pública; violência.

ANÁLISE DAS MORTES VIOLENTAS NO ESTADO DE RORAIMA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ketiane da Costa Guerreiro

Gilmara Pinheiro de Andrade

Edgar Vinicius Cacho Zanette

Esta pesquisa pretende discorrer acerca dos índices de Mortes Violentas Intencionais (MVI), no período de 2009 a 2019. Para compreensão é necessário enfatizar a nova conjuntura do Estado na elevação demográfica, surgiram novas dinâmicas sociais, em consequência ao cenário de violência estrutural à violência urbana, os crimes transnacionais, e o aumento dos índices da criminalidade.

Segundo o art. 144 da Constituição Federal - CF/1988 prevê a responsabilidade da Segurança Pública como dever do Estado, e elenca as instituições policiais. A temática política de Segurança Pública é muito recente no Brasil, através da gestão de segurança. Uma das problemáticas quanto à sua efetivação é o processo de avaliação regular para identificação dos erros, para que o sistema os corrija.

Outro problema é a falta de continuidade nas políticas de segurança nas trocas de governo, principalmente àquelas que tem o foco preventivo. Tratando-se de planejamento somente no ano de 2000, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública, no qual iniciou-se o reaparelhamento e reformulação das instituições de segurança, no qual preconizou aos estados elaborarem seus planos de segurança pública de acordo com suas peculiaridades, com intuito de efetivar os princípios constitucionais e de cidadania, e a redução da criminalidade.

Nesse sentido a referida pesquisa justificou-se em analisar o porquê do aumento das MVI no estado de Roraima. O objetivo desta pesquisa é analisar o planejamento estadual da segurança pública em Roraima, em decorrência das mortes violentas. Dentro deste contexto, para os procedimentos metodológicos foi utilizada pesquisa aplicada e

bibliográfica, elencando os autores clássicos e modernos, bem como documentos oficiais dos órgãos executores das ações de segurança pública.

Considerando os aspectos de abordagem a pesquisa será qualitativa, necessitando da aquisição dos dados, para transformá-los em números, classificá-los e analisá-los, a fim de obter o levantamento do aumento da criminalidade e análise de dados criminais, o plano estadual de segurança pública.

Como resultado da pesquisa verificou-se o aumento linear dos homicídios no estado. Segundo o Atlas da violência de 2015, de 2003 a 2013, Roraima obteve acréscimo de 500% nos casos de homicídio de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no período de 2009 a 2014 a estatística de homicídios chegou a 890 vítimas. Em 2015 foram 203, ultrapassando duzentos casos, no ano de 2016, 207. Seguido do ano de 2017, com 4,2 de acréscimo de homicídios no Brasil com o ranking de 63.880 mortes violentas.

Considerando os dados do ano de 2016, houve crescimento de 30% dos homicídios no ano de 2017 em Roraima, com 248 vítimas de homicídio chacina de 33 reeducandos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, porém o destaque Nacional foi o número de homicídios de mulheres, com taxa de 10,6 vítimas de violência para cada 100 mil habitantes, causando questionamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e FBSP, se houve aumento de violência letal contra as mulheres ou feminicídio.

No ano de 2018, o estado alcançou verdadeiro ranking de homicídios, com 367 casos, segundo fontes da Secretaria de Segurança Pública (SESP), havendo controvérsia com os dados do FBSP que chegou a 384, casos, porém mesmo com dados inferiores ao considerado oficial, alcançou maior taxa de mortes violentas dos estados da federação com 66,6, um contraponto à média nacional de 27,5.

Em comparação a 2017, o total de mortes violentas caiu 13% em 2018, atingindo total de 51.589 homicídios e, 59.128 ao ano anterior. Em 2019, segundo a SESP revela redução de 42% no número de mortes

violentas, atingindo 199 casos de homicídio, destes 173 homicídios doloso, 17 latrocínios e nove lesões corporal seguido de morte.

Conclui-se que houve aumento da violência urbana e reflexos nos dados da criminalidade, além do surgimento de Organizações criminais de ramificação em todo território federal. No ano de 2017, os homicídios na PAMC foram oriundos de facções criminais possuem um ciclo de vingança seu poder regulatório através dos homicídios, dentro e fora dos estabelecimentos prisionais.

Houve intervenção federal com Força nacional e patrulhamento ostensivo, porém o Plano Estadual de Segurança foi validado em janeiro de 2018, portanto não houve plano estadual de segurança pública no referido ano, mas houve intervenção de agentes penitenciários federais através da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP). Em 2019 foram dadas continuidade às ações articuladas entre os órgãos de segurança de forma integrada, o que levou a redução dos dados de homicídio.

Neste, além da FTIP atuou também a força tarefa denominada Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), composta por policiais civis, militares e policiais federais. Segundo IPEA uma das estratégias para redução da criminalidade são as políticas públicas sociais, que reduzem as taxas de criminalidade.

Palavras-chave: criminalidade, mortes violentas; Roraima; Segurança Pública.

O NÚCLEO DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA EM BOA VISTA/RR

Waltencir Barroso Simão

O tráfico humano tem causas diversificadas e tem como modalidades a exploração sexual, trabalho escravo, venda de órgãos, adoção irregular, casamento servil, servidão doméstica entre outras atividades ilícitas. Em novembro de 2000, durante a XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, aconteceu a Convenção de Palermo que tem como premissa, o combate ao crime organizado transnacional.

No Brasil, a Convenção de Palermo só foi promulgada quatro anos depois, com a edição do Decreto N° 5.015, de março de 2004, após aprovação pelo Congresso Nacional por Decreto legislativo (art. 49, inciso I, da Constituição). Nesse sentido, a Lei N° 13.344, de 6 de outubro de 2016 dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas.

Na América do Sul, a prática do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, teve um crescimento significativo nos últimos anos, especificamente no país fronteiro com o Estado de Roraima, a República Bolivariana da Venezuela, que está mergulhada em uma profunda crise política, econômica e social, ocasionando um aumento de casos em Roraima, especificamente na cidade de Boa Vista.

Portanto, em 30 de julho de 2016 foi criado como política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, um serviço especializado e permanente da Procuradoria Especial da Mulher, da Assembleia Legislativa de Roraima, o Núcleo de Promoção, Prevenção e Atendimento às Mulheres Vítimas do Tráfico de Pessoas – NPTP, tendo como objetivo, a garantia de ações a serem desenvolvidas em quatro eixos estratégicos como: prevenção ao tráfico de pessoas; atenção e atendimento especializado e humanizado; articulação, estruturação e consolidação dos serviços da rede existente; campanhas sistemáticas e projetos sociais.

Esse estudo aborda à atuação do NPTP, como política pública de segurança em Boa Vista/RR, e tornou-se necessário para o entendimento, reflexões, perspectivas e desafios do NPTP, para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Portanto, essa temática, justifica-se pelo fato de ser um tema de extrema relevância social, onde os resultados contribuirão para futuros estudos acerca de políticas públicas de segurança e pesquisas acadêmicas.

O objetivo geral deste trabalho centra-se em análises dos procedimentos adotados pelo NPTP, especificamente, verificar o fator de sua criação; averiguar a política estadual de enfrentamento e entender a dimensão ética utilizada na construção da postura estratégica do NPTP. Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi possível entrevistar a Diretora do NPTP.

Os resultados apresentados não apontam somente para a abertura de discussões sobre o tráfico humano, mas abre essencialmente um importante leque de oportunidades de conhecer a atuação do NPTP, assim, colaborando para o entendimento de pesquisas e análise das Políticas Públicas de Segurança no Estado.

Nesse sentido, a pesquisa indica que ao assumir a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, a Deputada Lenir Rodrigues se deparou com casos de tráfico de pessoas (tráfico internacional e tráfico regional), trabalhando assim para a criação do NPTP, para a prevenção (palestras e oficinas), promoção de acolhimento, atendimento psicológico, social e jurídico especializado e humanizado nas normativas da Lei 13.344, de 6 de outubro de 2016.

O Estado de Roraima oficialmente não possui uma política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ficando a cargo da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima. Sobre ética no atendimento, o sigilo entre os envolvidos é de extrema relevância para que os casos sejam solucionados, a vítima tem toda a credibilidade até que se prove o contrário.

Em sua maioria, as vítimas são mulheres brasileiras e venezuelanas, e a faixa de idade está entre 16 a 28 anos. Identificou-se que após a vítima ser atendida, não existe abrigos para o acolhimento e

encaminhamentos. Os abrigos disponíveis são a Casa da Mulher Brasileira e o Abrigo de Maria, que só atendem vítimas de violência doméstica. Identificou-se ainda que as modalidades de tráfico mais comum no Estado é a exploração sexual, trabalho escravo e servidão. Levantou-se ainda que existe uma rede organizada atuando em Roraima.

Conclui-se que o Estado de Roraima é rota de tráfico de pessoas, que as vítimas são tocadas pela vulnerabilidade social e se deixam aliciar com promessa de uma vida melhor. E que por falta de uma política pública específica por parte do Estado, o NPTP, através da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, assume esse papel e vem atuando de forma contínua e eficaz no combate e na prevenção ao tráfico de pessoas no Estado de Roraima.

Palavras-chave: enfrentamento; NPTP; política pública; Roraima; tráfico de pessoas.

A ATUAÇÃO DO CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER (CHAME) NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA

Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

Adria Aragao Leidens

Edgard Vinícius Cacho Zanette

O fenômeno da violência contra a mulher sempre existiu na sociedade e traz consigo profundas consequências às mulheres. Coloca-se em evidência a complexidade, iniquidade e desigualdades marcantes. Apontando como desafio para as instituições públicas e da sociedade civil a atuação de forma preventiva no enfrentamento das diversas expressões da violência que atingem o público delimitado.

A presente pesquisa aborda o CHAME como instituição relevante no enfrentamento à violência contra a mulher em Roraima. Acredita-se que este estudo venha contribuir para maiores conhecimentos em torno da atuação da instituição, nas relações desiguais de gênero como propulsoras de violências no estado de Roraima.

Dessa forma, o objetivo geral foi compreender os desafios e trabalhos dessa instituição relevante, frente, à violência a nível estadual. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica abordando as relações de gênero e a violência contra a mulher em Roraima, pesquisa documental, com análise de estatísticas sobre atendimentos, e pesquisa descritiva com realização de entrevista e gravação de áudio.

Os resultados da pesquisa apontam para um declínio no número de mulheres que buscam atendimento psicossocial e jurídico na instituição nos últimos meses de 2019. Porém, fez-se necessário a realização de uma análise crítica que possibilitou o entendimento da constituição da casa da Mulher Brasileira como possível parceira para a redução da demanda do CHAME.

Levou-se em consideração também no estudo o aspecto político do qual a instituição está envolta e que pode possibilitar a descontinuidade dos serviços prestados à sociedade roraimense. Contudo, chegou-se ao resultado que há um esforço por parte do Centro Humanitário de Atendimento à Mulher para enfrentar as vulnerabilidades que colocam muitas mulheres em situação de violências.

Nesse sentido o trabalho preventivo desenvolvido pelo CHAME, tem se mostrado de relevância para a sociedade roraimense. Ao analisar as estatísticas disponibilizadas pela instituição, observou-se um declínio no número de mulheres atendidas nos primeiros meses de 2019, o que chamou a atenção na realização da análise foi a possibilidade de os casos estarem sendo atendidos também pela Casa da Mulher Brasileira que tem em seu organograma funcional uma equipe técnica responsável pelo atendimento das mulheres em situação de violência e com concentração da DEAM no mesmo espaço.

A entrevista realizada com a coordenadora do CHAME, Elizabete Brito, possibilitou a compreensão no que concerne a atuação da instituição no enfrentamento as violências familiar e doméstica pelas quais inúmeras mulheres são acometidas, suas ações são de cunho preventivo e tem como objetivo o empoderamento do público delineado.

As mulheres que procuram o Centro recebem atendimento humanizado e sigiloso, por uma equipe especializada que irá viabilizar serviços sociais, psicológicos e jurídicos a esse público como forma de romper com o círculo de violência ao qual perpassa essa mulher.

O que se torna um fator preocupante para a manutenção da instituição são os fatores políticos que envolvem a constituição e manutenção do CHAME que vem sendo mantida pela deputada estadual Lenir Rodrigues, por entender que a descontinuação de serviços públicos se dá muitas vezes nas mudanças de gestões, que tem como maior prejudicado a sociedade roraimense.

Palavras-chave: CHAME; gênero; mulher; Roraima; violência.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS NO ESTADO DE RORAIMA

Gilmara Pinheiro de Andrade

Ketiane da Costa Guerreiro

Cláudio Travassos Delicato

Esta pesquisa tem o objetivo de evidenciar as ocorrências de violência doméstica contra as mulheres rurais do Estado de Roraima. Neste utilizou-se, fontes bibliográficas, documentais e a história oral como metodologia aplicada na coleta de dados. As participantes da pesquisa foram mulheres residentes no Projeto de Assentamento Agrário Caxias, no município do Cantá-RR.

Após aplicação dos questionários com perguntas fechadas à treze mulheres, apenas uma aceitou relatar por meio de entrevista individual, sobre a ocorrência destes casos de violência na localidade. Os resultados evidenciam as violências contra mulheres rurais nessas regiões do Estado, e de que forma o poder público tem atuado quanto à elaboração, implementação e efetivação de políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres do campo e da floresta.

A escolha desta localidade para a pesquisa de campo, justifica-se pelo número de feminicídios que foram noticiados pela imprensa através dos jornais de circulação online, que somaram um total de três casos no ano de 2018 no município do Cantá. Dentre as mulheres pesquisadas, 12 informaram serem de nacionalidade brasileira e uma estrangeira (não informando o país, mas se declarou indígena).

Outras 3 se declaram indígenas, apenas 1 se declara (branca), e 8 sendo (negras). Dessas mulheres, 9 são agricultoras, 2 estudantes, 1 do lar, e 1 não informou. Quando perguntadas se tinham vivenciado alguma situação de violência, todas responderam que não. Sobre conhecerem alguma mulher na localidade que foi vítima de violência doméstica, apenas quatro responderam que sim, há casos.

Observou-se dificuldade das mulheres para falar sobre a violência doméstica, atrelada a vínculos afetivos e familiares presentes em suas vidas, por estar adentrando suas particularidades emocionais. Nos relatos destas mulheres das áreas rurais de Roraima pôde-se perceber que as dificuldades são ainda maiores, quanto ao acesso a serviços essenciais, a distância até as delegacias por exemplo, inviabiliza o deslocamento para um atendimento de urgência, como foi constatado na fala da entrevistada.

Outro fator agravante refere-se a dificuldade no registro de boletim de ocorrência, e receberem atendimento imediato em casos de urgência; noutro ponto mencionado, foi o medo em denunciar, pelo fato de que os agressores não permanecem presos, e ao serem soltos podem retornar à residência e praticar novas agressões, ou até chegarem ao extremo no crime de feminicídio.

Diante do exposto, se discute a importância de políticas públicas que permitam o acesso destas mulheres aos serviços básicos de atendimento público, de assistência e amparo tanto àquelas que sofreram alguma forma de violência, como a atuação preventiva no enfrentamento à violência doméstica nessas áreas. O próprio atendimento de saúde se torna um problema nestas localidades como foi verificado na análise dos questionários e entrevistas.

Um dos mecanismos para verificação de situações em que a mulher seja vítima de violência doméstica, é o sistema de saúde pública, identificada sua ausência será prejudicial às mulheres que sofrem as violências no seu cotidiano. Assim, oportunizar ações que promovam o acesso destas aos serviços especializados deve ser uma das frentes de atuação do poder público no enfrentamento a violência doméstica nas áreas rurais do Estado.

Assim, como a implementação de políticas públicas efetivas e constantes em um plano estadual direcionado às mulheres da cidade, do campo e das florestas. Diante dos dados obtidos quanto a falta de políticas efetivas e de maior alcance às mulheres roraimenses que vivem no campo, buscou-se por meio de ofício encaminhado à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), quais são as políticas públicas que estão

sendo implementadas e efetivadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo?

Em resposta, de acordo com o Relatório de atendimentos e ações realizadas em 2019, pela Coordenação Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (CEPPM), que tem como objetivo coordenar, articular e assessorar a política pública para as mulheres em âmbito estadual; de janeiro a abril, foram realizadas diversas ações que visam levar atendimentos especializados às mulheres roraimenses, promovendo a autonomia destas, e realizando palestras sobre a violência doméstica.

As políticas públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero no Estado de Roraima devem alcançar todas as mulheres, nas áreas urbanas, rurais e nos projetos de assentamentos agrários, de modo que elas tenham condições para romperem com os ciclos de violência que se fazem presentes nestas localidades, como também na área urbana. De modo que somente ações isoladas não são suficientes para o enfrentamento desta problemática, necessitando assim, de políticas públicas de estado, não apenas de governo.

Palavras-chave: gênero; mulheres rurais; Roraima; violência doméstica.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM RORAIMA

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Dentre as espécies de violências praticadas no Brasil contra o público entre 0 a 19 anos, encontram-se a violência doméstica e a violência sexual com alarmantes índices de ocorrência no país, no ambiente familiar, onde em tese, deveria ser o lugar mais seguro para tais vítimas.

A partir dos debates de pesquisadores e da própria legislação pátria, principalmente visando a implantação de políticas públicas mais eficientes, o presente estudo regionaliza o tema mostrando a realidade do estado de Roraima a partir dos registros da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes no estado junto ao DATASUS.

A presente pesquisa se justifica, pelo fato de Roraima estar situado em faixa de triplíce fronteira (Brasil-Guina-Venezuela), sendo corredor potencial para o tráfico de pessoas com finalidade sexual, além das questões estruturais locais como a questão indígena, cuja cultura sobre atos sexuais envolvendo jovens menores de 14 anos seria comum, além dos altos índices de violência doméstica contra mulheres cujas consequências atingem também os filhos.

Os dados mais atualizados do DATASUS sobre a violência doméstica e sexual em Roraima se referem ao ano de 2017, demonstrando a problemática inicial da defasagem de cerca de três anos das informações trabalhadas na presente pesquisa.

Assim, o objetivo deste estudo é a análise das informações mais atualizadas disponibilizadas na base de dados do DATASUS acerca dos casos de violência familiar e sexual contra crianças e adolescentes atendidos na área da saúde no estado de Roraima diante da obrigatoriedade da notificação compulsória em tais casos.

Para a pesquisa, foi aplicado o uso de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quali-quantitativa. Como resultado da

pesquisa verificou-se junto ao DATASUS, que o ano de 2017 possui as informações mais atualizadas com as seguintes taxas: em Roraima 144 crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual, onde a maioria foi do sexo feminino (94%) com maior incidência na faixa etária de meninas entre 10 a 14 anos (65%) e de meninos (6%) na mesma faixa etária (63%).

Levando em consideração a etnia, das 144 vítimas, 29 eram indígenas. Quanto à violência doméstica em Roraima, em 2017, foram 491 vítimas onde 339 eram do sexo feminino (69%) sendo a maior incidência no público entre 15 a 19 anos (51%), e 152 do sexo masculino (31%), sendo a maior incidência no público de igual idade (60%). Deste total 87 vítimas eram indígenas (18%).

Conclui-se a partir do presente estudo a necessidade de implantação de políticas públicas mais eficazes no combate à vitimização de crianças e adolescentes no estado de Roraima no âmbito da violência doméstica e sexual, pois conforme a tabulação dos dados do DATASUS referentes ao objeto da presente pesquisa o estado apresenta níveis altos de violência.

Considerando os dados investigados e o número de 600 mil habitantes, resulta em 82 registros por 100 mil habitantes no caso da violência doméstica e em 24 registros por 100 mil habitantes no caso da violência sexual, tais dados colocam Roraima no topo do *ranking* nacional de violência doméstica e sexual contra os jovens entre 0 a 19 anos.

Palavras-chave: adolescente; criança; DATASUS; Roraima; violência.

TRADICIONAIS E NOVAS AMEAÇAS: O DESAFIO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM RORAIMA

Marcos de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) situada na cidade de Boa Vista é considerada a representatividade do Exército Brasileiro no estado de Roraima desde 1992. A brigada caracteriza-se como unidade de agregação de Poder Força devendo ser analisado a partir de variáveis de agregação da capacidade de forças de um Estado no âmbito da Defesa Nacional, em cada braço das Forças Armadas (FA) dos respectivos Estados Nacionais.

A posição geográfica do estado de Roraima traz grande preocupação para o Estado brasileiro por se encontrar em uma zona de relativa de instabilidade e suscetível a possíveis conflitos, quer sejam domésticos, intermésticos e/ou externos, derivados de novas e/ou de tradicionais ameaças, que poderá repercutir numa série de demandas por parte das FA do Brasil, especificamente do Exército Brasileiro.

A justificativa do presente trabalho, reside na preocupação da posição geoestratégica do estado de Roraima frente à possíveis ameaças (exógenas e/ou endógenas) que circundam o estado, notadamente daquelas interestadual e pela frágil e porosa fronteira existente entre os Estados Brasil-Guyana-Venezuela.

Para tanto, a pesquisa tem o objetivo de elencar algumas das principais preocupações, enquanto Política Pública, da 1ª Bda Inf SI junto às possíveis ameaças (tradicionais e novas) no estado de Roraima. Para tanto, para desenvolver o presente trabalho, utilizou-se de um recorte metodológico exploratório-explicativo-descrito, fundamentado por método analítico de dados extraídos de revisão bibliográfica e documental.

Por ameaças tradicionais, entende-se sendo aquelas percebidas pelos militares, sobretudo, decorrentes da proteção territorial, integração

regional e os problemas fronteiriços, principalmente no entorno amazônico.

Enquanto novas ameaças, aquelas de abrangência de diversas atividades, dentre elas o terrorismo e o crime organizado em geral, podendo eventualmente estender-se para questões relacionadas aos movimentos sociais, à migração internacional, bem como aos direitos humanos e ao meio ambiente, entre outras, as quais representam um grande risco para os Estados Nacionais.

O estado de Roraima encontra-se na porção mais setentrional do Brasil, possui 1922 km de fronteira com a Venezuela e a Guayana, sendo estas de fácil acesso entre ambos os países pela frágil e porosa em seu acesso, o que de certo modo corrobora para ocorrência de crimes transnacionais oriundo das consideradas novas e tradicionais ameaças, cabendo ao Estado brasileiro realizar medidas preventivas e/ou repressivas, notadamente por meio do Comando da 1ª Bda Inf SI.

Tensões entre a Venezuela e a Guayana, principalmente em decorrência de disputa territorial (ameaça tradicional), bem como da crise migratória motivada pela a falência estatal da Venezuela e da incerteza política da Guayana (novas ameaças) são temas relevante e traz preocupação para a 1ª Bda Inf SI por serem países limítrofes do estado de Roraima, cuja possibilidade de conflitos interestadual e de acesso de grupos terroristas, aguçam o imaginário militar e fortalece a medidas mitigadoras de proteção das fronteiras.

De certo, a questão que traz grande preocupação para a 1ª Bda Inf SI é o narcotráfico seguido do terrorismo, o tráfico de armas, a guerrilha e os grupos subversivos, o crime organizado, os problemas sociais e o meio ambiente. Dentre estas ameaças, o narcotráfico, inicialmente era considerado problema doméstico, ameaçando a integridade de Estados sul-americanos, devendo ser combatido inclusive com as FA adaptadas às novas funções, ainda que historicamente os conflitos se apresentam num contexto entre Estados-Nações estando explícito o uso claro das suas FA em conflitos interestaduais, cuja finalidade é garantir a Defesa Nacional das fronteiras e da soberania.

No caso específico da pesquisa, como medida mais efetiva, a 1ª Bda Inf SI foi empregada por meio do dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem desde do ano de 2006 em diversas atividades (preventiva e/ou repressiva) além do fortalecimento do controle fronteiriço, bem como no combate de crimes transfronteiriços e de controle migratório oriundo da Venezuela e Guyana que trazem sérios problemas para o estado de Roraima, principalmente por conta de seus impactos humanitários que têm levado um grande número de venezuelanos a buscar refúgio em Roraima.

Por fim, com base nos resultados apresentados, conclui-se que a 1ª Bda Inf SI enfrenta grandes desafios decorrentes das tradicionais e novas ameaças que circundam o estado de Roraima, notadamente por meio de instabilidades nos países vizinhos, motivadas por disputas territoriais, bem como das ameaças contemporâneas, como o narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, crimes ambientais, e de correntes migratórias.

Palavras-chave: 1ª Brigada de Infantaria de Selva; ameaças; Forças Armadas; Roraima.

CAPÍTULO 7

Políticas Públicas: Agendas Relacionadas ao Coronavírus

A EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO ESTADO DE RORAIMA (21/03/2020 a 15/05/2020)

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

O novo coronavírus vem se expandindo pelo globo terrestre a partir do seu surgimento em dezembro de 2019 na província de Hubei na China Central. No início, a doença se manifestou na cidade de Wuhan como uma onda de casos de pneumonia de origem desconhecida. A partir daí as autoridades chinesas de saúde iniciaram imediatamente uma investigação para caracterização e controle da doença, incluindo o isolamento das pessoas.

Em janeiro de 2020 os cientistas chineses isolaram e identificaram a doença misteriosa como sendo a sequência genética 2019-CoV de rápida disseminação entre as pessoas. No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia da doença com mais de 118 mil infecções em 114 nações até então.

Devido o rápido avanço da pandemia, no dia 21 de março de 2020 foram anunciados pela Secretaria Estadual de Saúde os dois primeiros casos da doença no Estado de Roraima. No dia 15 de maio do mesmo ano, até às 13h, menos de dois meses da detecção dos primeiros casos, Roraima já registrava o total de 1587 casos testados e confirmados do COVID-19 e a ocorrência de 38 óbitos pela doença onde a primeira morte ocorreu em 03 de abril.

Então, o objetivo desta pesquisa é analisar evolução da pandemia em Roraima, localizado no extremo norte do país e um estado de tríplice fronteira (Brasil-Guyana-Venezuela) com grande fluxo de pessoas, utilizando-se de um método histórico-legal-dedutivo, com uma abordagem qualitativa, exploratória e mista, levantamento de dados a partir das informações divulgadas pela mídia e pela SESAU/RR via análise de conteúdo.

Como resultados da pesquisa verificou-se que em um período inferior a dois meses, até o dia 15 de maio, todos os 14 municípios do estado possuem pelo menos um caso da doença estando à maioria, 1313 casos, concentrados na capital Boa Vista e o menor número, 01 caso, no município de Iracema.

Quanto aos pacientes a SESAU/RR informou que até as 13h da citada data, 308 foram considerados curados e 38 vieram a óbito pelo novo coronavírus. Do total de 1587 casos, 846 são do sexo masculino (53%) e 741 do sexo feminino (47%). Em relação à faixa etária, a maioria dos casos concentra-se nas pessoas entre 20 a 59 anos (84%), seguido pelas idades entre 0 a 19 anos (8%) e 60 a 80 anos ou mais (8%).

Dos 38 óbitos, 66% foram de vítimas do sexo masculino (25 homens) e 34% vítimas do sexo feminino (13 mulheres). Os dados confirmam a rápida evolução da pandemia em Roraima cujos casos por 100 mil habitantes ultrapassam 262.

Ao todo, até o dia 15 de maio, 66 pessoas estavam internadas no Hospital Geral de Roraima e 04 pacientes na Maternidade, incluindo dois recém-nascidos. Os demais positivados encontravam-se em tratamento domiciliar. Entre os profissionais de saúde, 281 receberam diagnóstico positivo para o COVID-19, sendo 53 enfermeiros, 94 técnicos de enfermagem, 30 médicos, 104 são de outras ocupações da área da saúde.

Quanto à capacidade de leitos e UTI's, o estado de Roraima, segundo o plano de contingência da SESAU/RR, concentra os atendimentos na capital Boa Vista com 164 leitos de internação e 10 leitos de UTI no Hospital da Criança Santo Antônio (até 13 anos), 240 leitos de internação e 20 leitos de UTI no Hospital Geral de Roraima (acima de 13 anos) e 281 leitos de internação e 42 leitos de UTI neonatal na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

O plano informa ainda que com relação a capacidade de instalação e expansão de leitos de UTI nas unidades de referência de gestão estadual, atualmente não há previsão de expansão de estrutura física das mesmas nos próximos 6 meses. O Estado possui ainda dois hospitais com leitos de retaguarda, sendo Hospital das Clínicas Dr. Wilson Franco com 150 leitos de internação e o Hospital Lotty Íris com 80 leitos de internação

contratados, mas destes 230 leitos de retaguarda, todos já estão utilizados em sua totalidade, havendo possibilidade de credenciamento de leitos de retaguarda, disponíveis na rede particular.

A Área de Proteção do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro em Roraima está funcionando desde o dia 26 de abril, e até o final desta pesquisa contava com 247 migrantes venezuelanos em observação. A Área de Cuidados do local, ainda aguardava a chegada de insumos e corpo clínico para dar início ao funcionamento, sendo que conforme a coordenação da Operação Acolhida, a área possui a capacidade para atender até mil pessoas, destinando-se a casos suspeitos e infectados por Covid-19, que não necessitam de internação.

Quanto ao índice de isolamento social, conforme o site Mapa Brasileiro da COVID-19 em 03 de maio, Roraima apresentava um índice de isolamento social de 44,8%, considerado abaixo do satisfatório, aparecendo em último lugar na avaliação nacional.

Com base nas discussões ora apresentadas nesta pesquisa inicial, já que a pandemia apresenta uma situação *sui generis* na rotina das pessoas, conclui-se que no estado de Roraima a doença encontra-se em fase de rápida evolução rumo ao pico da curva da doença, e assim como a maioria dos estados brasileiros, também apresenta defasagem estrutural tanto de recursos materiais quanto de pessoal da saúde.

Além dos fatos expostos ao longo desta pesquisa, a ausência de testes em massa para toda a população, as inúmeras denúncias de corrupção e superfaturamento na aquisição de materiais para o combate ao novo coronavírus, aliados à falta de consciência da população a qual resiste ao cumprimento do isolamento social, fator essencial ao achatamento da curva da COVID-19, percebe-se uma rápida difusão da pandemia no estado de Roraima.

Palavras-chave: coronavírus; COVID-19; Pandemia; Roraima; saúde.

IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL EM RORAIMA: UM ESTUDO DE CASO DO COMPORTAMENTO DO MERCADO

Clinton Junior George

O estado de Roraima é um dos 27 estados do território nacional que desde o dia 21 de março de 2020 está sendo afetado pela pandemia do vírus corona, causador da doença COVID-19, que a priori, para ser combatida, força a maioria da população a evitar a proximidade por meio do isolamento social, uma vez que ainda não há sinal de uma vacina.

Quanto à sua localização, o estado situa-se na região norte do território nacional e possui duas fronteiras a saber, a nacional e a internacional. Na fronteira nacional localiza-se o estado do Amazonas na porção sudoeste, com mais de 18mil casos confirmados e o estado do Pará, na porção sudeste, com mais de 12mil casos confirmados. Quanto às fronteiras internacionais, o estado possui limitações territoriais com a Guiana e a Venezuela que possuem, entre 113 e 455 casos confirmados, respectivamente.

Com este cenário o governo tem adotado medidas de prevenção por meio de decretos como estratégia de impossibilitar o aumento de casos em todo o estado. Como exemplo, os principais decretos relacionados à prevenção são: Decreto nº 28.587-E que suspendeu as aulas, visitas a presídios e proíbe eventos públicos; Decreto nº 28.635-E que declarou estado de calamidade pública restringindo o funcionamento de comércio mantendo apenas os serviços essenciais; Decreto nº 28.662-E que autoriza o comércio a funcionar no sistema *delivery* e *drive-thru* e o Decreto nº 28.663-E que ampliou o trabalho *home office* de servidores público do estado.

Com uma população de mais de 631.181 e atividades econômicas voltadas para a administração pública (49,1%), comércio (12,7%) e as atividades imobiliárias (8,4%), as estratégias provisórias de enfrentamento da COVID-19 impactaram de forma incisiva no funcionamento do mercado estatal. Assim, justifica-se a necessidades de realização deste

ensaio para contribuir com informações sobre os impactos percebidos na economia do estado de Roraima.

O objetivo desta pesquisa é apresentar dados da pesquisa mensal de serviço e comércio do mercado roraimense no mês de março de 2020. A metodologia utilizou-se de fontes e procedimentos de coletas documentais, analisando artigos científicos, notícias jornalísticas, documentos oficiais da administração direta do estado de Roraima, autarquia, entidade privada e de fundações.

Perante os resultados obtidos, observa-se que o estado no mês de março de 2020 teve uma diminuição na demanda por alguns serviços que refletiu diretamente no volume de vendas de bens e serviços em comparação ao mês de fevereiro de 2020. Em relação aos serviços mais afetados há destaque para os prestados às famílias, de informação e comunicação, de profissionais, administrativos e complementares, de Transportes e serviços auxiliares dos transportes e correio.

Estes serviços tiveram um recuo correspondente a -8,5%, com ajuste sazonal, em relação ao mês de fevereiro de 2020 que foi de 5,8% em relação ao comércio de bens e serviços. No que tange ao comércio foi analisado o índice de volume de venda do comércio varejista (combustíveis e lubrificantes, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo, tecidos, vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, livros, jornais, revistas e papelaria, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e outros artigos de uso pessoal e doméstico) e do comércio varejista ampliado (veículos, motocicletas, partes e peças, material de construção) com ajuste sazonal.

O comércio varejista apresentou recuo de -7,6% em relação ao mês de fevereiro de 2020 que foi de -1,0%. O comércio varejista ampliado também apresentou recuo de -8,2% em relação ao mês de fevereiro de 2020 que foi de -2,2%. Dessa forma, a receita nominal de vendas do mês de março de 2020 no comércio varejista apresentou recuo de -6,7% em relação ao mês de fevereiro de 2020 que foi de -3,3%, e o comércio

varejista ampliado teve recuo de -7,4% em relação ao mês de fevereiro de 2020 que foi de -2,0%.

Com base nos resultados obtidos, observa-se que a demanda por serviços e a comercialização de bens e serviços no mercado roraimense sofreram influência da crise viral mundial ocasionado pela COVID-19. Com isso, houve recuo na demanda por bens e serviços no mercado por parte dos consumidores que resultou na insegurança e a incerteza que possui efeitos contracionistas na economia do estado que passa por este momento delicado. Por fim, o isolamento social, até este momento, é a única forma de conter o avanço da doença, entretanto, o impacto sobre a economia é devastador, principalmente nos serviços que são considerados não essências em um estado que possui uma economia influenciada pelo serviço público.

Palavras-chave: COVID-19; economia; isolamento social; mercado; Roraima.

IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DA COVID-19 E AS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS DE RORAIMA

Aline Almeida Lima

Bruna Kempfer Bassoli

Eliseu Adilson Sandri

A pandemia de coronavírus já atinge mais de 100 países no mundo e está em pleno curso no Brasil. Em Roraima, embora os primeiros casos tenham sido confirmados há poucas semanas, no momento já há registro de mais de 300 casos confirmados e o crescimento da doença tem acontecido de forma exponencial, com registros de óbitos. Do que já se sabe da epidemia, os grupos populacionais mais vulneráveis são idosos e portadores de comorbidades.

Considerando esse cenário, em se tratando de povos indígenas de Roraima, o ano de 2020 iniciou-se com uma grande preocupação com a chegada da epidemia do novo coronavírus em territórios indígenas e seus potenciais consequências para as famílias que ali vivem. Os povos indígenas não estão expostos apenas ao coronavírus, mas também às adversidades do contato interétnico que promove acentuada vulnerabilidade social que dificulta o enfrentamento do processo epidêmico.

De fato, a situação mais grave e preocupante é a dos povos que vivem em territórios invadidos por grileiros, fazendeiros, madeireiros e, principalmente, por garimpeiros. Além disso, ressalta-se que, em um primeiro momento, as políticas públicas de prevenção relativas ao coronavírus foram veiculadas em linguagens e meios muitas vezes inacessíveis aos povos indígenas, como é o caso das etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Taurepang, Wai Wai, Yekuana, Yanomami, Saporá, Pirititi e Wamiri Atroari de Roraima, que totalizam 70.596 indígenas de 342 comunidades em Roraima.

Tomando como referência esta temática, o presente estudo objetivou avaliar as implicações da pandemia de coronavírus para comunidades indígenas e respectivas políticas públicas de enfrentamento da epidemia aos povos indígenas de Roraima. Metodologicamente, para a realização deste estudo foram selecionados dados de publicações do Ministério da Saúde (MS), Secretaria Especial de Saúde indígena (SESAI), Secretaria Estadual de Saúde (SESAU/RR) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no período de 01 de março de 2020 a 20 de abril de 2020, relativos à pandemia de coronavírus em povos indígenas de Roraima.

Entre os resultados obtidos em Roraima, constatou-se que um adolescente da etnia Yanomami, de 15 anos, que estava infectado pelo novo coronavírus em Roraima, morreu no dia 09 de março de 2020, terceira morte confirmada no estado pela COVID-19. Após, em 17 de abril de 2020, duas crianças venezuelanas da etnia Warao tiveram confirmação da infecção por COVID-19. Além disso, no mesmo período, foi confirmada a morte por COVID-19 de um funcionário da Casa de Saúde do Índio (CASAI), órgão ligado ao Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei Leste Roraima).

A Fundação Nacional do Índio (Funai) suspendeu, por trinta dias, as autorizações de entrada em terras indígenas devido à pandemia do novo coronavírus. A medida, adotada por meio da Portaria nº 419, de 17 de março de 2020, foi uma forma de evitar a disseminação do vírus nas comunidades, uma vez que essas populações se encontram no grupo de alto risco de contaminação por serem mais suscetíveis e vulneráveis ao contágio.

Ao todo, o Ministério da Saúde, por meio da SESAI, produziu e disponibilizou 12 documentos com informações e orientações destinadas aos 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena, com atendimento a quase 800 mil indígenas aldeados em todo o Brasil. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) desde o início do mês de março, monitora a pandemia do novo coronavírus e oferece apoio às comunidades indígenas através de projeto emergencial para apoiar as lideranças indígenas no combate ao coronavírus nas comunidades, arrecadando recursos e ao mesmo tempo,

distribuindo cestas básicas, máscaras e material de higienização dentro dos territórios.

O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lançou em março uma ação que adota medidas de prevenção frente ao novo coronavírus com foco nas comunidades indígenas de Roraima através da edição de vídeos, áudios, folhetos e cartilhas educativas para os cuidados necessários frente ao problema, em diferentes línguas indígenas sobre formas de transmissão, higiene, isolamento social e outros cuidados por meio de canais de comunicação: página oficial do Insikiran, Facebook, Instagram, Whatsapp, dentre outros.

Contudo, essa Política Pública não acontece por si só, depende de equipes que precisam de investimento financeiro, estrutural, tecnológico e de insumos nesse momento de grande enfrentamento epidemiológico. É imperativo que os governos de forma articulada, instaurem medidas de contingência de forma imediata e urgente que garantam sustentabilidade, segurança e capacidade de respostas a contenção às demandas do novo coronavírus.

Conclui-se com base nos resultados obtidos nesta pesquisa que importa instituir protocolos adequados aos diferentes cenários sociais, garantindo a quantidade de insumos necessária ao aumento dos atendimentos em virtude do potencial de contaminação dos povos indígenas de Roraima.

Palavras-chave: COVID-19; comunidades indígenas; pandemia; Roraima.

O NOVO CORONAVÍRUS COMO UMA NOVA AMEAÇA E A SECURITIZAÇÃO DA SAÚDE NO USO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Elói Martins Senhoras

Em um curtíssimo espaço de tempo, entre o final dos meses de novembro de 2019 e os primeiros meses de 2020, uma epidemia localizada na China, se espalhou em termos multilaterais atingindo mais de 200 países, modificando o fluxo de pessoas, bens e serviços gerando impactos, para além dos epidemiológicos, econômicos e políticos, sobretudo, na articulação de respostas entre os governos, externa e internamente.

Partindo desta crítica temática, a justificativa dessa pesquisa tem em vista os efeitos da pandemia na geopolítica internacional, onde levou a chefes de estados de diversos países em diversas partes do mundo a adotarem o estratagema de estado de emergência como resposta ao combate da Covid-19, empregando as Forças Armadas de modo a complementar as medidas sanitárias adotadas na área da saúde, no âmbito do combate à pandemia, trabalhando de modo colaborativo, medidas criadas até então, para aplicações em combates armados.

Tal como no caso dos Estados Unidos que aplicou a Lei de Produção de Defesa (*Defense Production Act*) em maio de 2020, utilizado pela última vez em 1950 na guerra das Coreias. Outros países incluindo o Brasil tem decretado estado de emergência para o uso das Forças Armadas, razão pela qual a presente pesquisa tem o objetivo de analisar o emprego delas no combate a disseminação do novo coronavírus no Brasil.

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa fundamentaram-se em uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método de análise conjuntural cujos procedimentos de levantamentos de dados foram de revisão bibliográfica e documental.

Como procedimento de análise de dados, a pesquisa valeu-se da utilização da técnica em análise de conteúdo e hermenêutica internacionalista. No Brasil, o histórico de utilização das Forças Armadas para resolução de problemas intra-domésticos segue a emergência das novas concepções de ameaça no sistema internacional, logo sua utilização passou a ser mobilizada também no âmbito da segurança interna e não mais apenas em situações de Defesa Nacional, conforme específica delimitação constitucional de situações e dispositivos.

Não obstante, os resultados apresentados na pesquisa, relacionados ao caso brasileiro, demonstram que já havia a concepção do emprego das Forças Armadas antes mesmo do decreto de estado de emergência. Em 18 de março de 2020, o Ministério da Defesa publica a Portaria Nº 1.232/GM-MD, e aprovou a Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD, que estabelecem e regulam a disposição das Forças Armadas no apoio as medidas voltadas para a mitigação das consequências do novo coronavírus.

Após a elevação do estado mundial para pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), devido à rapidez na disseminação do vírus, o Congresso Nacional aprova o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública nacional. No mesmo dia o Governo Federal aciona o Ministério da Defesa, o qual ativa a Operação Covid-19 por meio da Diretriz Ministerial de Execução nº 07/2020.

Tal diretriz estipulou a disponibilidade de recursos operacionais e logísticos quando se fizessem necessários. A título de exemplo, o Exército atuou na construção de hospitais de campanha nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Campo Grande e Boa Vista e auxiliou na construção de outros em cidades como Porto Alegre, Caxias do Sul, Criciúma, Florianópolis, Curitiba, Valinhos e Campinas.

Já a Aeronáutica esteve responsável pela logística aérea, com transporte nacional e internacional de pessoas e cargas (entre elas equipamentos e materiais para os hospitais de campanha). A Marinha forneceu o apoio logístico fluvial, e a fiscalização de tráfego fluvial em

áreas de fronteira, para além de ações de descontaminação de locais públicos.

Outrossim, os resultados mostram que a pandemia da Covid-19 se caracteriza como uma nova ameaça de natureza transescalar, multidimensional e complexa, razão pela qual houve o uso das Forças Armadas na securitização da saúde de modo complementar às ações de outras áreas, findando garantir uma melhor resposta a doença.

Observou-se o uso de ações multifacetadas das Forças Armadas na produção e doação de máscaras, desinfecção de locais públicos como praças, aeroportos e unidades de saúde, patrulhamento e conscientização da população nas ruas e distribuição de cestas básicas, etc.

Conclui-se com base nessas discussões que o uso das Forças Armadas se caracterizou como instrumento adequado em uma situação emergencial visando garantir um melhor resultado no combate a pandemia, tendo em vista as consequências políticas, econômicas e sociais causadas pelo novo coronavírus e a incapacidade do sistema de saúde em lidar sozinho com a alta demanda.

Palavras-chave: Brasil; coronavírus; Forças Armadas; novas ameaças; políticas públicas.

USO SUBSIDIÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS EM RORAIMA

Marcos de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

O anúncio de pandemia declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março deste ano em virtude da rápida disseminação geográfica da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, em diversas localidades do globo numa escala de tempo muito curto, trouxe uma crise sem precedentes à diversos países do mundo. No Brasil, não seria diferente, ainda que cerca de um mês antes da declaração de pandemia, o Estado brasileiro tenha decretado o estado de emergência na saúde no país com a finalidade preventiva da chegada do vírus oriundo da China.

Partindo desta temática, a pesquisa aborda o uso subsidiário das Forças Armadas (FA) do Brasil, as quais são compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica e possuem atribuições bem definidas na Constituição Federal e em leis específicas, como é o caso da Lei Complementar no 97 de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das mesmas, sendo esta essencial para o cumprimento de missões subsidiárias, notadamente no estado de Roraima.

Neste sentido, a justificativa do presente trabalho, fundamenta-se no avanço exponencial motivado pela pandemia do coronavírus em escala mundial, de modo a identificar as principais ações e atividades desenvolvidas pelas FA no estado de Roraima no combate ao vírus. Portanto, o objetivo do presente trabalho visa fazer breves apontamentos a respeito do emprego de ações e atividades realizadas pelas FA na prestação de políticas públicas no estado de Roraima frente à pandemia existente em decorrência da COVID-19.

Para tanto, para desenvolver o presente trabalho, utilizou-se de um recorte metodológico exploratório-explicativo-descrito, fundamentado por método analítico de dados extraídos de revisão bibliográfica e documental. No estado de Roraima, as FA atuam por meio das três forças em frentes distintas, ainda que sejam incipientes suas atuações, são consideradas de grande valia na prevenção e no combate frente ao inimigo comum e invisível que assola toda a comunidade mundial em diferentes escalas e posição geográfica de Estados Nacionais.

No que concerne à Marinha do Brasil, aqui representa por meio de Agência Fluvial na cidade de Caracarái, atual diretamente com apresentações de palestras, panfletagens e orientações com informações sobre a COVID-19 junto às populações ribeirinhas daquela cidade e de seu entorno, uma que sua representatividade no estado é recente e possui número reduzido em seu efetivo.

No caso da Força Aérea do Brasil, representada pela ALA 7 no estado, possui participação precípua na prestação de apoio logístico na recepção de materiais de saúde que serão utilizados no combate ao vírus, como respiradores e camas de Unidade de Tratamento Intensivo, de pessoal, bem como base de apoio no transporte aéreo para outros estados da confederação e, outras nações nacionais.

Enquanto ao Exército Brasileiro, representado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, por possuir maior efetivo dentre as três forças, é o mais empregado junto ao combate ao vírus, dentre elas destacam aquelas de apoio logístico diversos: na capacitação de pessoal em defesa química, biológica, radiológica e nuclear; confecção de máscaras cirúrgicas; posto de triagem móvel; instalações de barracas em apoio à hospitais; patrulhamentos em regiões fronteiriças; montagem de hospital de campanha, dentre outras.

Como medida mais efetiva realizada pelas FA no estado de Roraima, em parceria com as agências diversas, dentre elas a Agência das Nações Unidas para Refugiados, e agências de saúde estatal e municipal, tens a instalação de um hospital de campanha de capacidade de 1.200 leitos, cuja finalidade visa desafogar eventual saturação no sistema de

saúde estadual e municipal, para tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus na região.

A atuação das FA em Roraima trouxe à tona uma problemática direta para os integrantes das FA que atuam nas diversas ações no combate ao vírus, principalmente dentro do contexto da Operação Acolhida que atende os refugiados da Venezuela na cidade de Boa Vista, por parte de militares que totalizam mais de uma centena que já foram infectados pela COVID-19, porém sem nenhuma vítima fatal até o momento, e uma eventual subnotificação de migrantes oriundos da Venezuela.

Por fim, conclui-se que após a decretação de pandemia por meio da OMS, o Estado brasileiro incrementou uma série de ações e atividades por meio de suas FA em todo território nacional. Em Roraima, as ações são incipientes e pontuais, porém efetivas com a prestação de serviços públicos a população local, a fim de combater a disseminação do vírus, por meios de suas três forças.

Palavras-chave: Brasil; COVID-19; Forças Armadas; Roraima.

POLÍTICAS PÚBLICAS E COVID-19: GESTÃO EM SAÚDE QUANTO AOS LEITOS HOSPITALARES EM RORAIMA

Gracistonio Queiroz de Lucena Júnior

Renan da Silva Bentes

Randielly Mendonça da Costa

O presente trabalho apresenta dados de gestão em saúde no estado de Roraima dentro do contexto da pandemia da COVID-19. Nesse cenário, ocorreu um planejamento do serviço de saúde para o aumento do número de leitos associado ao isolamento social. A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil no final de janeiro de 2020 quando se acreditava ter atingido o país apenas ao final de fevereiro do mesmo ano, indicando subnotificação dos casos.

Dessa maneira, houve organização dos setores de gestão em saúde dos estados brasileiros em relação à quantidade de leitos hospitalares, sendo as ações realizadas em Roraima meta de análise deste estudo de caso de política pública. O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de gestão em saúde relacionadas a leitos hospitalares bem como comparar e discutir os valores encontrados com os nacionais.

Quanto à metodologia, a pesquisa apresenta caráter exploratório, descritivo e quantitativo quanto à coleta e qualitativo em relação à análise dos dados, a partir de revisão bibliográfica e documental por meio do MEDLINE (Sistema de Recuperação de Literatura Médica), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PUBMED (Biblioteca Virtual de Medicina dos Estados Unidos) e sites de noticiários locais e nacionais.

A literatura médica de política pública recomenda uma taxa de 3,2 leitos para cada mil habitantes, na qual nesse número também estão inseridos os leitos de unidades de terapia intensiva. Apesar disso, até o final de abril de 2020, a Itália foi um dos países europeus que mais sofreu

com a carência de leitos durante a pandemia do COVID-19, mesmo tendo essa proporção sugerida.

Assim, nota-se que mesmo um país desenvolvido e com número de leitos adequado, ao se deparar com essa grave síndrome respiratória, apresentou colapso do sistema de saúde, exigindo medidas de política pública. E como no Brasil a proporção era de 1,95 leitos para cada mil habitantes, a situação não foi distinta e o resultado foi a carência de leitos.

Além disso, no Brasil há questões a serem salientadas. A primeira é a distribuição irregular dos leitos hospitalares com unidades de terapia intensiva (UTI), pois segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, a distribuição corresponde por região do país a uma média de leitos de: 5,2% (Norte), 8,4% (Centro-Oeste), 14,6% (Sul), 18,3% (Nordeste) e 53,4% (Sudeste).

E a segunda questão, reiterando o supracitado, é o fato de a Região Norte ter apresentado de maneira proporcional, anteriormente a pandemia por COVID-19, o menor número de leitos por habitantes, que é de 1,23/10 mil habitantes, cujas taxas por estado correspondem a: Acre (0,4%), Amazonas (1,6%), Amapá (0,4%), Pará (2,6%), Rondônia (0,9%), Roraima (0,2%) e Tocantins (0,6%). Por conseguinte, destes o estado de Roraima é o que apresentou a menor taxa de leitos por habitante.

Foi nesse contexto de número de leitos escassos e em cenário de pandemia pela COVID-19 que foi construído em Roraima o Hospital de Campanha do Canarinho, tendo 120 leitos reservados para casos leves de COVID-19 e quadros estáveis de outras doenças. O Hospital Maternidade com 281 leitos (42 de UTI) e o Hospital do Santo Antônio com 164 leitos (10 de UTI) foram reservados para mulheres em gestação de risco e crianças, respectivamente.

Já os hospitais Dr. Wilson Franco (150 leitos) e Lotty Íris (80 leitos) foram colocados como hospitais de retaguarda para pacientes com outras doenças. O Hospital Geral de Roraima está reservado para indivíduos adultos com casos graves de COVID-19, cuja capacidade é de 240 leitos, sendo 20 de UTI. Ademais, um estudo chinês realizado em 522 hospitais com 1099 pacientes positivos para COVID-19 verificou que

apenas 5% dos pacientes necessitaram de leitos em UTI devido a insuficiência respiratória e posterior necessidade de ventilação mecânica.

Assim, verifica-se que como estado de Roraima apresentou 806 casos confirmados e 32 hospitalizações até o dia 5 de maio de 2020, sendo destas 10 em UTI (taxa de 1,2% de pacientes graves), uma taxa menor que a relatada por essa pesquisa observacional asiática, isso pode indicar sucesso das medidas de isolamento social, a despeito de ser precoce a análise, uma vez que o ritmo de contágio no período é crescente.

Em relação ao cenário exposto, a criação do Hospital de Campanha do Canarinho foi essencial para o aumento do número de leitos e recepção de casos leves. Além disso, o isolamento social pode ter auxiliado quanto ao menor número de hospitalizações, devendo ser praticado como política pública em situações de pandemia como a provocada pela COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19; gestão em saúde; saúde; Unidade de Terapia Intensiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS E COVID-19: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA CONECTE SUS E A RELAÇÃO COM RORAIMA

Marcelo Caetano Hortegal Andrade

Dorian Lopes Costa

Renan da Silva Bentes

O presente trabalho tem como tema a análise de políticas públicas do programa denominado Conecte do Sistema Único de Saúde (Conecte SUS) e as ações digitais realizadas no estado de Roraima em um contexto deflagrado pela pandemia da doença covid-19. Este manuscrito científico justifica-se pelo fato de políticas públicas digitais em âmbito de saúde em Roraima e no Brasil serem relevantes para uma maior comunicação entre as esferas municipal, estadual e federal a fim de reforça ações de prevenção quanto a pandemia pela COVID-19.

O objetivo desta pesquisa é analisar as ações do programa Conecte SUS como ferramenta de gestão em saúde e sua relação com o estado de Roraima em um contexto da pandemia pela COVID-19. Em relação à metodologia, é tipificada pelo caráter exploratório, descritivo e quantitativo quanto à coleta, bem como qualitativo em relação à análise dos dados, a partir de revisão bibliográfica e documental por meio do MEDLINE (Sistema de Recuperação de Literatura Médica), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PUBMED (Biblioteca Virtual de Medicina dos Estados Unidos) e sites de noticiários locais e nacionais cuja análise está centrada na gestão em saúde através do programa Conecte SUS em um cenário de pandemia gerada pela doença COVID-19.

Em relação aos resultados, verifica-se que o programa Conecte SUS foi criado pelo Governo Federal com o intuito de manter a gestão em saúde do ponto de vista da comunicação de maneira integrada através de uma plataforma digital designada como Rede Nacional de Dados em Saúde, cujas ações são de priorizar as necessidades nacionais de combate a pandemia por COVID-19. Nesse contexto, as estratégias para o enfrentamento se baseiam em cinco pilares estabelecidos pelo Ministério

da Saúde: comunicação; conexão de pessoas, profissionais e serviços; captura de informação; integração das informações coletadas; disponibilização de informações.

Ou seja, há um sistema nacional alimentado pelas secretarias estaduais de saúde que notificam a sociedade quanto aos seguintes parâmetros epidemiológicos tanto em números absolutos quanto em taxa em relação a pandemia de COVID-19: infectados, número de óbitos, hospitalizados e taxa de letalidade.

Por exemplo, até a data de 12 de abril de 2020, o Brasil notificou nesse sistema informatizado 168.991 pessoas infectadas (0,08% da população), 11.638 óbitos (taxa de letalidade de 6,9%), 65.108 pessoas curadas (39% dos que foram infectados) e 13.952 hospitalizados (8% dos infectados necessitaram de internação hospitalar) ao passo que o sistema de informática de saúde do estado de Roraima nutriu esses dados nacionais com 1.328 casos confirmados, (0,22% da população), 27 óbitos (taxa de letalidade de 2,0%), 287 pessoas curadas (21,6% dos que foram infectados) e 58 hospitalizados (42% dos infectados necessitaram de internação hospitalar).

Em relação aos dados acima elucidados, em todo o período analisado, a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima notificou a população via online por meio de seu endereço eletrônico específico bem como nutriu o sistema nacional Conecte SUS. Essas iniciativas quanto à informatização e notificação de casos confirmados de COVID-19 à população é relevante, pois consolida a política pública de isolamento social e funciona como mecanismo de transparência por parte do Estado.

Concluindo o exposto, é notado que as medidas acima salientadas tendo como ponto de partida a iniciativa do Governo Federal e implementadas em Roraima foram fundamentais para permitir a notificação a sociedade civil do real cenário da pandemia pela COVID-19 e assim manter uma política pública de transparência e reforço ao isolamento social em todo o período analisado.

Palavras-chave: COVID-19; pandemia; Programa Conecte; Roraima; Sistema Único de Saúde.

NOVO CORONAVÍRUS E AMBIENTES MÓRBIDOS EM BOA VISTA/RR

Francisleile Lima Nascimento

O objetivo da pesquisa propõe uma discussão sobre a relação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e da doença (COVID-19) com os ambientes mórbidos como os cemitérios, necrotérios e funerárias refletindo sobre os impactos da doença na saúde pública e coletiva de Boa Vista/RR a partir de um comparativo com as demais regiões do globo que enfrentam esse problema devido seu alto nível de contágio aos profissionais que lidam de frente com a pandemia que afeta todos os continentes.

A metodologia utilizada na pesquisa é de cunho bibliográfico e descritivo sob a ótica da abordagem exploratório e qualitativa, com intuito de familiarizarem-se com a problemática da saúde, cemitérios e o coronavírus. Os resultados partem da análise de conteúdo que demonstram que a morte também polui, e que os cemitérios podem armazenar elementos de alto risco de contaminação como bactérias, vírus e protozoários que podem se proliferar pela inumação, tumulação e cremação, se estes não forem bem instalados e gerenciados.

Dessa forma, o crescimento urbano de Boa Vista/RR próximo aos cemitérios urbanos torna-se uma problemática, em especial no que se refere à saúde pública e ambiental relacionada ao alto risco de infecção da doença (COVID-19), pois os cemitérios são fontes de contaminação física, química e biológica das águas e que por sua vez podem contaminar a população. Acrescenta-se ao cenário ambiental o surgimento de normas que regulamentam acerca dos cemitérios de Boa Vista/RR.

A legislação orienta tanto para a implantação de cemitério quanto para resguardar a profissão de coiveiro ao qual se dedicam aos cuidados com os mortos. Entretanto, não existe uma Lei Federal específica que possa disciplinar o Regime dos Bens Funerários, especialmente no que diz respeito aos cemitérios e às sepulturas. Com isso, não existe um

Instrumento Legal que possa obrigar os municípios a darem benefícios às questões funerárias.

Desta forma, se o serviço funerário é predominantemente uma competência dos municípios, existe assim, segundo os autores, uma porcentagem de liberdade por parte dos gestores governamentais, no que se refere à prioridade de oportunidade para investir no setor destinado a isso. Todavia, ao considerar que os cemitérios são espaço de construção de condições invioláveis por esse motivo pesquisas científicas voltadas para esse setor são restritas.

Considerando o alto risco de contaminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e da doença (COVID-19) que pode ser transmitido pela exposição ao sangue e fluidos corporais infectados, bem como objetos ou outras superfícies ambientais contaminadas, o Ministério da Saúde (MS) estabelece algumas normas de proteção individuais para os profissionais que lidam diretamente como o paciente contaminado ou com o cadáver.

De acordo com as recomendações da MS os profissionais da saúde que tem contato direto com casos suspeitos ou confirmados da doença (COVID-19), devem estar estritamente equiparados dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) como: Gorro; Óculos de proteção ou protetor facial; Avental impermeável de manga comprida; Máscara cirúrgica; Luvas; Botas impermeáveis.

Quanto aos profissionais que atuam no necrotério, as recomendações devem ser seguidas como as descritas para o manejo dos corpos de óbitos ocorridos em ambiente hospitalar respeitando as normas adotadas para quaisquer outras doenças infecciosas de biossegurança. Com relação ao processo funerário, o MS tem vetado no período de quarentena os velórios e funerais de pacientes confirmados ou suspeitos da doença (COVID-19).

Entretanto, se ocorrer recomenda-se manter durante toda cerimônia a urna funerária fechada para evitar qualquer contato com o corpo, realizando assim, o funeral em local aberto ou ventilado e evitando a presença do grupo de risco com número reduzido de pessoas respeitando o isolamento social.

Quanto ao sepultamento recomenda-se que o enterro ocorra com no máximo 10 (dez) pessoas respeitando as medidas de isolamento social de 02 (dois) metros de distância entre elas não pelo risco biológico do corpo, mas sim pela contra indicação de aglomerações. OMS ainda ressalta que os mortos acometidos com a doença (COVID-19) até o presente momento obedecendo às normas de biossegurança para doenças infecciosas podem ser enterrados ou cremados.

Todavia, é importante ressaltar que as atividades de sepultamento de cadáveres geram fontes poluidoras do meio físico, sendo assim, devem ser consideradas como uma atividade com aspecto de impacto ambiental.

Conclui-se que, a infraestrutura que existe ou faltam nas necrópoles brasileiras - Boa Vista no estado de Roraima se encaixa nesse perfil - onde cerca de 15% a 20% apresentam incidência de casos de contaminação do subsolo e de água subterrânea com presença principalmente de Íons de Cloreto e Nitrato; Vírus e Bactérias; e a presença de Necrochorume.

Palavras-chave: cemitério; coronavírus; COVID-19; morte; saúde.

OS DESAFIOS DO ENSINO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Brunna Costa de Oliveira

Ananda Monteiro Fernandes

Karine Moura Lisboa

Diante da pandemia da COVID-19 e com os aumentos no número de casos do novo coronavírus no Brasil, tivemos como consequência a suspensão de aulas da rede pública e privada em todo o país, o que causou um impacto na vida de estudantes, pais e educadores. Porém, a suspensão das aulas pode ocasionar um grande atraso e dificuldade no aprendizado dos estudantes, podendo não conseguirem recuperar o tempo perdido quando as aulas retornarem, caso a pandemia dure muito tempo.

De acordo com isso, estabelecimentos de ensino têm adotado a educação a distância (EAD), com uso de computadores e atividades complementares, para dar continuidade à aprendizagem dos alunos. Essa medida serve para evitar aglomerações, deslocamentos e a propagação do vírus, que de acordo com autoridades de saúde, uma das melhores formas de parar a transmissão de casos é ficar em isolamento social.

Apesar da medida adotada, há uma grande desigualdade e dificuldade com a estrutura de ensino virtual, porque muitos estudantes não têm condições de acesso à internet e computadores, outra problemática é a dificuldade de adaptação de vários alunos com o novo modo de estudo, principalmente crianças mais novas, que têm mais dificuldades de concentração e adaptação.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as dificuldades e as consequências na educação do Brasil durante a atual pandemia e compreender como a COVID-19 está influenciando o ensino em geral, mudando a vida dos estudantes e dos professores, já que existem carências para diferentes níveis de turmas, disciplinas e localidades.

Usamos como método, a pesquisa exploratória para fazer um levantamento de informações sobre o problema atual que a Educação no Brasil vem sofrendo pela pandemia mundial, de forma a aumentar a familiaridade com a situação e formular problemas e hipóteses mais precisos. Usamos técnicas de documentação indireta com pesquisa documental, bibliográfica e dados de pesquisas.

Para solucionar o problema de suspensão das aulas, o Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 18 de março, publicou uma nota autorizando a realização de atividades à distância a partir do ensino fundamental ao ensino superior referente a paralisação das aulas por conta da pandemia, com o objetivo de não afetar a rotina de estudos dos alunos.

Mas com as realizações das atividades à distância, os alunos e professores estão enfrentando várias dificuldades, pois o Brasil não tem uma estrutura adequada para que todos alunos tenham acesso à internet e computadores. Hoje a educação a distância em nosso país existe mais no ensino superior, que têm algumas experiências com atividades regulares presenciais complementadas com algumas atividades à distância.

Mas o Brasil tem uma grande limitação que é a questão da conectividade, pois o Ministério da Educação não consegue prover acesso à internet nas escolas públicas e nem ajudar as famílias dos alunos que frequentam a escola. Além disso, uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil aponta que em 2019, 58% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores e 33% não dispõem de internet.

Entre as classes mais baixas, o acesso é ainda mais restrito, entre agosto e dezembro de 2018 os dados apontam que, nas áreas rurais, nem mesmo as escolas têm acesso à rede mundial de computadores: 43% delas afirmavam que o problema é a falta de infraestrutura para o sinal chegar aos locais mais remotos. Esse fato revela que esses dados retratam um cenário de desigualdade para uma parte da população que não consegue então ter acesso a internet, o que acaba prejudicando a questão de adotar um modelo EAD como forma de medida para o ensino em geral.

Apesar de ser um modelo de ensino que existe há algum tempo, não são todos que se adaptam ou conseguem ter acesso. Podemos concluir que a tentativa de implementação do modelo de educação a distância pelas

instituições privadas e públicas na teoria pode ser de uma eficiente ajuda na diminuição dos prejuízos causados no ensino pela pandemia.

Mas a realidade brasileira nos mostra que nem todos têm acesso à internet em seus lares ou conseguem se adaptar ao modelo, pela falta de estrutura financeira e tecnológica, embora os estudantes e professores fossem pegos de surpresa assim como o CNE e o MEC em admitir que seria a escapatória para se continuar os dias letivos, mesmo com tantos fatores negativos.

Palavras-chave: Brasil; COVID-19; educação à distância; pandemia.

ENSINO À DISTÂNCIA E COVID-19: UM ESTUDO DE CASO DE UMA FACULDADE EM BOA VISTA/RR

Waltencir Barroso Simão

Em meio ao isolamento social, surge a necessidade de reinventarmos os afazeres diários (trabalho e estudo), através de Home Office e do uso em 100% do ensino a distância (EAD). O EAD cada vez mais se incorpora ao modelo tradicional, ele vem superando de forma temporal e espacial, os encontros presenciais. É o uso adequado da tecnologia que utiliza recursos inovadores e transformam as práticas de ensino.

O uso do EAD remonta ao século XVIII, quando uma instituição de Boston (EUA), oferecia cursos por correspondência. Mas foi a partir do século XIX na Europa, que países como Suécia, Reino Unido e Espanha apresentaram o modelo de ensino por correspondência. No Brasil, as primeiras experiências EAD surgem no ano de 1904, por conta do início do processo industrial no país, criando demandas educacionais para formação profissional.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada pelo Presidente da República à Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece as diretrizes da educação no Brasil. Em 19 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.622, consolida a regulamentação do EAD no Brasil, com definições de competências de regulação e equiparação dos cursos EAD com os presenciais.

Portanto, sobre a modalidade de ensino EAD no âmbito privado no município de Boa Vista/RR, foi criada a Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil - FACETEN, publicado no D.O.U no dia 12/04/2017 através da portaria n. 493, onde dispõe de cursos autorizados e reconhecidos nas áreas de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância.

Essa pesquisa aborda a efetivação do ensino a distância como política de educação em meio a pandemia do novo coronavírus, causador

da doença COVID-19: um estudo de caso de uma faculdade em Boa Vista/RR, e tornou-se necessário para o entendimento, perspectivas e desafios do EAD como política educacional da IES.

Portanto, essa temática, justifica-se por ser um tema de relevância social, onde os resultados contribuirão para futuros estudos e pesquisas acadêmicas. O objetivo geral centra-se em análises dos procedimentos de política educacional adotados pela FACETEN na efetivação do EAD junto aos discentes, e especificamente, verificar quais os cursos ofertados e o fator de sua criação; averiguar os critérios de composição do corpo docente e conhecer qual a plataforma usada pela IES, verificar a qualidade de conexão de internet no uso de EAD e interpretar a postura estratégica da IES entre o corpo docente e discente.

Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi possível entrevistar a diretora acadêmica. Os resultados apresentados apontam para a abertura de discussões sobre o uso efetivo do EAD, e abre a oportunidade de conhecer a atuação da FACETEN, trazendo dados para pesquisas e análise das Políticas Públicas de Educação no Estado.

Portanto, a pesquisa indica que os procedimentos de política educacional adotados pela IES são da promoção na formação integral do indivíduo, fomentando a visão crítica e construtiva do conhecimento e seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional. Verificou-se que a IES oferta cursos de bacharelado presencial e EAD em Teologia, Psicologia e Administração e Licenciatura presencial e EAD em Pedagogia e Filosofia, e especialização (*lato sensu*), como forma de suprir a demanda emergente nesta modalidade de ensino.

Averiguou-se que a IES busca a excelência e conta com um corpo docente composto por profissionais habilitados e experientes no mercado local e nacional, e faz uso do sistema “Moodle” para plataforma EAD. Verificou-se ainda que a qualidade da internet no Estado dificulta a disponibilização de materiais e atividades aos alunos e professores, causando transtornos que geram insatisfações e reações negativas, avaliações insatisfatórias e atendimento deficitário aos usuários.

Sobre postura estratégica, interpretou-se que a sala de aula é, sem dúvida, um dos espaços mais oportunos e propícios à construção de ações partilhadas e imediatas, com o uso de atividades planejadas e executadas, através de uma interação constante no processo ensino-aprendizagem, impulsionado pelas boas relações estabelecidas entre professores e alunos.

Portanto, conclui-se que IES busca a promoção do EAD no Estado com o intuito da promoção social e intelectual do indivíduo, mas esbarra em sistema de internet inconstante que inviabiliza o pleno funcionamento das atividades.

Conclui-se ainda que a postura estratégica usada pela IES é senso comum, que os cursos oferecidos, são diferenciados de outros polos EAD no Estado e que a plataforma usada é a mesma que órgãos federais de ensino utilizam. Desde modo, sugere-se a criação de cursos direcionados para as atuais necessidades do mercado, sugere-se a ampliação do corpo docente e por fim, sugere-se que ofertem capacitação eventualmente a todos os profissionais envolvidos com a plataforma EAD da IES.

Palavras-chave: FACETEN; ensino a distância; ensino superior; estudo de caso.

O AUXÍLIO EMERGENCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Maria Vitoria de Araújo Mourão

Thiago Nascimento Paiva

No início do ano de 2020, o surgimento e o acelerado desdobramento em nível internacional do novo coronavírus, atingindo a maioria dos países, deixando números aterradores de contaminados, fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS), manifestasse situação de emergência de saúde internacional.

Essa declaração fez com que diversos países, dentre eles o Brasil, adotassem uma postura de alerta e desenvolvessem políticas públicas para assim atender às demandas de proteção epidemiológica de sua população. Não obstante, é observável que o governo brasileiro apresentou falhas tanto no desenho, quanto na execução de suas políticas em relação aos impactos da COVID-19 na sociedade brasileira.

Com base nos argumentos supracitados, a justificativa da presente pesquisa fundamenta-se no visível despreparo das autoridades governamentais brasileiras em relação a atual problemática global de uma pandemia, demonstrando que as consequências da doença variam conforme o grau de sensibilidade e vulnerabilidade dos países, gerando medidas assimétricas.

A pesquisa tem por objetivo instigar o debate a respeito de uma das políticas públicas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para auxiliar a população mais prejudicada pelo isolamento social, o Auxílio Emergencial, através de uma análise crítica de sua execução. Em um segundo momento, busca fazer uma comparação às medidas econômicas adotadas por outros países, como Estados Unidos e França.

Sobre os procedimentos metodológicos, foram utilizados o de revisão bibliográfica e documental, bem como um estudo de caso da

situação conjuntural referente do presente trabalho. Ademais, foram analisados artigos publicados no Boletim de Conjuntura (BOCA), informações e dados de jornais como G1, Le Parisien, Rede Brasil e Exame.

O presente trabalho apresentou três resultados. A priori, foi possível observar que ao longo dos séculos a evolução da humanidade vem sendo marcada por divergentes ondas evolutivas, sendo elas de impactos positivos ou negativos.

A partir disso, subentende-se que, as epidemias estão inseridas na realidade de um mundo cada vez mais globalizado, gerando saldos negativos, e de acordo com o FMI, o perfil de políticas econômicas em resposta à pandemia da COVID-19 é claramente assimétrico entre países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

Em segundo lugar, é um consenso para os economistas brasileiros que o auxílio de R\$600,00 destinado a desempregados, autônomos e informais com baixa renda é de extrema importância para deter o colapso que ocorreria em milhares de famílias. Porém, fazer com que esse recurso chegasse efetivamente a esses cidadãos tornou-se algo desafiador.

O mau desenho do projeto se caracterizou principalmente no uso de um aplicativo digital para a inscrição no mesmo e o descarte do uso do Sistema Único de Assistência Social, como meio para disponibilização desses recursos para as famílias – tendo em vista que os mesmos possuem uma forte capilaridade.

Estima-se que cerca de cinco milhões de brasileiros com renda de até meio salário mínimo, correspondentes para receber o auxílio, não possuem conta em banco ou acesso regular à internet, demonstrando que são eles que correm o maior risco de não receberem o benefício.

Ainda, a falta de alfabetização digital e de acessibilidade à internet, possibilitou que houvesse uma concentração do recebimento do auxílio entre aqueles que não se encaixam no grupo de vulnerabilidade.

Em terceiro lugar, como resultado, foi notável que análogo às medidas econômicas adotadas no Brasil, o governo dos Estados Unidos optou por mandar cheques no valor de US\$1.200,00 às famílias

americanas a partir de determinada renda, ainda, seus cidadãos poderão adiar os pagamentos de impostos à receita por até 90 dias, sem risco de juros ou multas.

Outrossim, o atual presidente da França, Emmanuel Macron, suspendeu a cobrança de impostos da população, anunciando, também, ajuda à pequenas empresas francesas.

Conclui-se, portanto, que o auxílio emergencial é uma política adequada, sendo ela replicada tanto no Brasil como em outros países e que, contudo, apresentou, no caso brasileiro, problemas de desenho, à medida que os mais vulneráveis tendem por serem penalizados na obtenção do recurso.

Ou seja, é necessário que, antes de transformar planos de cunho social ou econômico em políticas públicas, o governo brasileiro leve em consideração a sua estrutura social para a melhor efetividade de planejamento e operacionalização de políticas públicas.

Palavras-chave: auxílio emergencial; Brasil; COVID-19; pandemia; políticas públicas.

CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO DA GESTÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Severino Casé dos Santos

Jeremias Gomes Oruca

Cícero João Paulo Farias

A Grande Depressão de 1929 e o pós II Guerra Mundial serviram como pontos inflexivos para a adoção do Estado de Bem-Estar Social, cujo conceito operacional fundamentou-se no uso ativo da política econômica e na promoção da cidadania. Atualmente, em um quadro global semelhante quanto à recessão, os países passaram a adotar políticas de transferência direta de renda, incluindo o Brasil, sendo esse o objetivo da presente obra.

Verifica-se que há necessidade de avaliação do contexto da transferência direta de renda dos mecanismos estabelecidos pelo Governo Federal via bancos oficiais, principalmente a Caixa Econômica Federal por um modelo de digitalização da população no contexto de difusão da pandemia da COVID-19.

O objetivo da pesquisa é analisar a transferência direta de renda a população por um modelo de digitalização através de cadastramento e confirmação eletrônica por meio de smartphones. Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de natureza exploratória e descritiva quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios.

Foi utilizado o método histórico-dedutivo a partir de uma revisão bibliográfica e documental, bem como análise hermenêutica para interpretação dos dados. A pandemia da COVID-19 impactou econômica e socialmente o Brasil e o mundo e a política anteriormente orquestrada de previsão do crescimento econômico teve que ser refeita.

Além disso, o isolamento social que contribui positivamente para o achatamento da curva de não alastramento dessa doença também foi

responsável pela difusão de uma recessão econômica devido ao fechamento temporário dos fluxos de oferta e demanda. Dessa maneira, foi necessário a criação do Programa Auxílio Emergencial. Este consiste de um auxílio estabelecido pelo Governo Federal de R\$600,00 por três meses, direcionado a parte da sociedade em vulnerabilidade social autônoma e às mães chefes de família que receberão R\$1.200,00.

Ademais, todos os indivíduos cadastrados nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com faixa etária maior que 18 anos automaticamente foram incluídas no benefício, porém condicionados ao acesso dos recursos não por meio dos CRAS, mas por meio do sistema bancário.

Os resultados da pesquisa apontam disparidade quanto ao acesso desse benefício, uma vez que há a inclusão digital de apenas uma parcela da população, um limitado acesso à internet ou ainda celulares sem suporte a softwares dos aplicativos criados pela Caixa Econômica Federal.

Diante disso, a população carente mais vulnerável passou a ter uma limitação estrutural ao acesso dos benefícios. Alguns dos problemas identificados na operacionalização desta política de transferência de renda podem ser evidenciados, tanto, pelas enormes filas de indivíduos sem acesso digital em unidades bancárias da Caixa Econômica Federal, quanto pela necessidade de regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF) pelos usuários.

Ambas as problemáticas impactaram em reversões das políticas planejadas, por meio do cancelamento da regularização do CPF e acesso aos recursos em qualquer banco, demonstrando deficiências no planejamento estratégico para a distribuição do auxílio emergencial.

Palavras-chave: analfabetismo digital; auxílio emergencial; Brasil; COVID-19; pandemia.

AUTORES

AUTORES

Adria Aragao Leidens

Alexsandra Araujo de Castro

Aline Almeida Lima

Amanda de Almeida Duarte

Ana Carolina Gonçalves Pires

Ana Célia Machado Rodriguez

Ananda Monteiro Fernandes

André Pereira Triani

Ariag Munila Ferreira Costa

Artur Rosa Filho

Bruna Kempfer Bassoli

Brunna Costa de Oliveira

Bruno Sobral Barrozo

Cândida Alzira Bentes de
Magalhães Senhoras

Célio Rodrigues

Cícero João Paulo Farias

Cláudio Travassos Delicato

Clinton Junior George

Cristóvão Sousa Costa

Cynthia Dantas de Macedo Lins

Diana Calixto da Silva

Dorian Lopes Costa

Edgard Vinícius Cacho Zanette

Elisângela Gonçalves Lacerda

Eliseu Adilson Sandri

Elizete Camilo Araújo

Elói Martins Senhoras

Elton Carlos de Oliveira Borges

Emanuelle Bezerra Mendonça
de Oliveira

Felipe Oliveira Guimarães

Francimar Bezerra Dionisio

Francisleile Lima Nascimento

AUTORES

Gabriela Paiva

Gilberto Pivetta Pires

Gilmara Pinheiro de Andrade

Graciela Míssio

Gracistonio Queiroz De Lucena
Júnior

Hagata Windy dos Santos
Ramos

Humbertiza Demétrio

Iara Loureto Calheiros

Izabelly Barbosa Rodrigues

Jeremias Gomes Oruca

Jimmy Iran dos Santos Melo

Joana de Sousa Resende

Joana Muñoz Palomino

João Victor da Costa Alecrim

José Victor da Costa Alecrim
Neto

Karine Moura Lisboa

Ketiane da Costa Guerreiro

Leila Adriana Baptaglin

Lorena Vasconcelos Moraes

Luciana Alves da Silva

Luisa Catarina de Santana
Gomes Moreira

Lukas Raphael Monteiro
Rezende

Marcelo Caetano Hortegal
Andrade

Marcos Andre da Silva Lucio

Marcos de Lima Gomes

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

Maria de Nazare da Silva Moura

Maria Vitoria de Araújo Mourão

Mirella Nunes Lasmar

Naiane Souza da Silva

AUTORES

Nathália Santos Veras

Sandra Maria de Moraes Gomes

Otávio Penna Pellizzetti

Sandra Milena Palomino Ortiz

Pâmola Andreia Lemke Walter

Severino Casé dos Santos

Paulo Henrique Rodrigues da
Costa

Simone Lopes de Almeida

Thiago Nascimento Paiva

Priscilla Brito de Souza

Vanessa Francisca Chagas de
Oliveira

Rafaela Kéroleen Silva Maia

Randielly Mendonça da Costa

Victor da Silva Santos

Renan da Silva Bentes

Wagner da Silva Dias

Rozane Pereira Ignácio

Waltencir Barroso Simão

Sammuel Felipe Chagas de
Souza

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção “Comunicação & Políticas Públicas” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 150 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção “Comunicação & Políticas Públicas”

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.



+ 55 (95) 981235533 /



nupsbooks@gmail.com



www.livroeletronico.net

